

EDITAL SMA Nº 100 , DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

REGULAMENTA O CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO EM CARGOS DE CONSULTOR LEGISLATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO.

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, tendo em vista a autorização constante dos processos 05/001.236/2014 e CMRJ nº 1216/2014 e, em conformidade com o disposto na Resolução SMA Nº 1640, de 28 de dezembro de 2010, torna público que fará realizar o **Concurso Público para provimento em Cargos de Consultor Legislativo**, no âmbito da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

I.- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 – Da Escolaridade, do Cargo, da Especialidade/Área de Atuação, das Vagas, da Carga Horária e da Taxa de Inscrição

ESCOLARIDADE	CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	*VAGAS			CARGA HORÁRIA	TAXA DE INSCRIÇÃO
			R	NI	PD		
Superior Completo	Consultor Legislativo	Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	2	---	---	40h	80,00
		Direito	3	1	---		
		Educação e Cultura	2	---	---		
		Esportes e Lazer	2	---	---		
		Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira	1	---	---		
		Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social	2	---	---		
		Indústria, Comércio e Turismo	2	---	---		
		Meio Ambiente	2	---	---		
		Obras Públicas, Infraestrutura e Urbanismo	2	---	---		
		Transportes	2	---	---		
		Sem Área Específica	1	---	---		

(*) VAGAS LEGENDA

R = Vagas Regulares

NI = Vagas Negros e Índios

PD = Vagas Pessoa com Deficiência

1.1- As vagas reservadas a pessoa com deficiência e a negros e índios, caso não preenchidas, serão revertidas para o quadro de vagas regulares.

2 – Da Remuneração

Cargo	Remuneração						Total
	Vencimento	Direito Pessoal	GDL*	Aux Alimentação	Aux Transporte	Aux Saúde	
Consultor Legislativo	1.946,90	13,73	2.920,35	1.010,23	744,38	1.010,23	7.645,82

3.- Da Qualificação, das Atribuições e da Lotação

3.1 - Consultor Legislativo – Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática

Qualificação:

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

Atribuições:

- Atividades de nível superior e especializado de consultoria e assessoramento técnico às Comissões e à Mesa Diretora consistindo:
 - na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional da CMRJ;
 - na preparação de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais da CMRJ.
- Executar outras tarefas correlatas a critério do seu superior imediato.

Lotação Privativa:

Consultoria e Assessoramento Legislativo.

3.2 - Consultor Legislativo – Direito

Qualificação:

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

Atribuições:

- Atividades de nível superior e especializado de consultoria e assessoramento técnico às Comissões e à Mesa Diretora consistindo:
 - na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional da CMRJ;
 - na preparação de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais da CMRJ.
- Executar outras tarefas correlatas a critério do seu superior imediato.

Lotação Privativa:

Consultoria e Assessoramento Legislativo.

3.3 - Consultor Legislativo – Área: Educação e Cultura

Qualificação:

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

Atribuições:

- Atividades de nível superior e especializado de consultoria e assessoramento técnico às Comissões e à Mesa Diretora consistindo:
 - na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional da CMRJ;
 - na preparação de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais da CMRJ.

- Executar outras tarefas correlatas a critério do seu superior imediato.

Lotação Privativa:

Consultoria e Assessoramento Legislativo.

3.4 - Consultor Legislativo – Área: Esportes e Lazer

Qualificação:

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

Atribuições:

- Atividades de nível superior e especializado de consultoria e assessoramento técnico às Comissões e à Mesa Diretora consistindo:
 - na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional da CMRJ;
 - na preparação de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais da CMRJ.
- Executar outras tarefas correlatas a critério do seu superior imediato.

Lotação Privativa:

Consultoria e Assessoramento Legislativo.

3.5 - Consultor Legislativo – Área: Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

Qualificação:

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

Atribuições:

- Atividades, de nível superior e especializado de prestação de consultoria e assessoramento em planos e orçamentos públicos às Comissões e à Mesa Diretora consistindo:
 - na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre elaboração, execução, acompanhamento e fiscalização de planos e orçamentos públicos, quando do interesse institucional da CMRJ;
 - na preparação de minutas de proposições e de relatórios sobre planos e orçamentos públicos, e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais da CMRJ, em matéria de planos e orçamentos públicos.
- Executar outras tarefas correlatas a critério do seu superior imediato.

Lotação Privativa:

Consultoria e Assessoramento Legislativo.

3.6 - Consultor Legislativo – Área: Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social

Qualificação:

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

Atribuições:

- Atividades de nível superior e especializado, de consultoria e assessoramento técnico às Comissões e à Mesa Diretora consistindo:
 - na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional da CMRJ;

- na preparação, por solicitação dos parlamentares, de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais da CMRJ.

- Executar outras tarefas correlatas a critério do seu superior imediato.

Lotação Privativa:

Consultoria e Assessoramento Legislativo.

3.7 - Consultor Legislativo – Indústria, Comércio e Turismo

Qualificação:

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

Atribuições:

- Atividades de nível superior e especializado de consultoria e assessoramento técnico às Comissões e à Mesa Diretora consistindo:
 - na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional da CMRJ;
 - na preparação de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais da CMRJ.
- Executar outras tarefas correlatas a critério do seu superior imediato.

Lotação Privativa:

Consultoria e Assessoramento Legislativo.

3.8 - Consultor Legislativo – Área: Meio Ambiente

Qualificação:

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

Atribuições:

- Atividades de nível superior e especializado de consultoria e assessoramento técnico às Comissões e à Mesa Diretora consistindo:
 - na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional da CMRJ;
 - na preparação de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais da CMRJ.
- Executar outras tarefas correlatas a critério do seu superior imediato.

Lotação Privativa:

Consultoria e Assessoramento Legislativo.

3.9 - Consultor Legislativo – Área: Obras Públicas, Infraestrutura e Urbanismo

Qualificação:

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

Atribuições:

- Atividades de nível superior e especializado de consultoria e assessoramento técnico às Comissões e à Mesa Diretora consistindo:

- na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional da CMRJ;
- na preparação de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais da CMRJ.
- Executar outras tarefas correlatas a critério do seu superior imediato.

Lotação Privativa:

Consultoria e Assessoramento Legislativo.

3.10 - Consultor Legislativo – Área: Transportes

Qualificação:

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

Atribuições:

- Atividades de nível superior e especializado de consultoria e assessoramento técnico às Comissões e à Mesa Diretora consistindo:
 - na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional da CMRJ;
 - na preparação de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais da CMRJ.
- Executar outras tarefas correlatas a critério do seu superior imediato.

Lotação Privativa:

Consultoria e Assessoramento Legislativo.

3.11 - Consultor Legislativo (Sem Área Específica)

Qualificação:

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC

Atribuições:

- Atividades de nível superior abrangendo planejamento, coordenação, execução especializada, supervisão de trabalhos legislativos, pareceres técnico-jurídicos e assessoramento na instrução e na elaboração de proposições e outros documentos de natureza parlamentar, bem como de trabalhos de pesquisa e recuperação de informação de processo legislativo, por meio da Consultoria e Assessoramento Legislativo;
- Executar outras tarefas correlatas a critério do seu superior imediato.

Lotação Privativa:

Consultoria e Assessoramento Legislativo.

II - DOS REQUISITOS

1.- São requisitos necessários para a investidura no cargo:

- ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13, do Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;
- estar em dia com as obrigações eleitorais;
- estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, se do sexo masculino;

- ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovadas junto à Gerência de Perícias Médicas da Secretaria Municipal de Administração;
- possuir a qualificação exigida referente ao cargo pretendido, conforme o estabelecido no quadro constante do Título I, item 3, deste Edital.
- atender ao estabelecido no Decreto Nº 35610, de 15/05/2012, que institui o regime “Ficha Limpa” como requisito para o ingresso em cargo ou emprego público no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município do Rio de Janeiro;
- apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse.

III - DAS INSCRIÇÕES

1 As inscrições serão recebidas das **10h do dia 19/09/2014 até às 23h 59min do dia 08/10/2014** (horário de Brasília), incluindo sábados, domingos e feriados, somente via *Internet*, através de requerimento específico disponível no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>:

1.1 AO CANDIDATO SERÁ PERMITIDO REALIZAR APENAS UMA INSCRIÇÃO TENDO EM VISTA QUE AS PROVAS, PARA TODOS OS CARGOS, SERÃO REALIZADAS NO MESMO DIA E HORÁRIO

1.2 para efetuar a inscrição é imprescindível o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato;

1.3 a inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa aceitação, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste Edital e demais instrumentos reguladores, dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, bem como de todos os atos que forem expedidos sobre o concurso;

1.3.1 de forma a evitar ônus desnecessário, orienta-se o candidato a recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Concurso.

1.4 somente haverá devolução de taxa de inscrição nos casos previstos na Lei Municipal n.º 2.937, de 24.11.1999;

1.5 no ato da inscrição no concurso não haverá qualquer restrição ao candidato que não cumprir os requisitos básicos. No entanto, só poderá ser admitido no cargo aquele que, na data de sua convocação cumprir, integralmente o contido nos Títulos I; II e XV;

1.6 o candidato com deficiência visual poderá consultar o presente Edital acessando o aplicativo NVDA, disponibilizado no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>;

1.7 a Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos da Secretaria Municipal de Administração não se responsabiliza por inscrições não recebidas, independente do motivo: ordem técnica dos equipamentos, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a efetivação da inscrição.

2 Procedimentos para inscrição:

2.1 certificar-se, preliminarmente, de que preenche todos os requisitos exigidos para participação no Concurso e para posse no cargo;

2.2 acessar o site <http://concursos.rio.rj.gov.br>, onde estarão disponibilizados o Edital, o requerimento de inscrição, orientações e os procedimentos necessários à efetivação da inscrição;

2.3 cadastrar-se, das **10h do dia 19/09/2014 até às 23h 59min do dia 08/10/2014** (horário de Brasília), incluindo os sábados, domingos e feriados, através de requerimento específico disponível na página eletrônica citada;

2.4 assegurar-se de que preencheu corretamente o requerimento de inscrição.

2.4.1 uma vez efetivada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

2.5 imprimir o requerimento preenchido e guardá-lo consigo;

2.6 efetuar o pagamento da taxa, obrigatoriamente, por meio de DARM, que deverá ser impresso logo após a conclusão de preenchimento do requerimento de inscrição on-line, sendo este o único meio aceito para a efetivação da inscrição.

2.6.1 a impressão do DARM deverá ser feita, exclusivamente, em papel A4, até as **16h do dia 13/10/2014** (horário de Brasília);

2.6.2 após o horário citado no subitem 2.6.1, deste Título, o sistema bloqueará a impressão do DARM, ficando o candidato impossibilitado de solicitar, inclusive, a impressão de uma 2ª via;

Não serão validados os pagamentos realizados através de DARM ou documentos similares que não sejam gerados pelo sistema de inscrição de concursos da Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos.

2.6.3 O PAGAMENTO EFETUADO APÓS A DATA OFICIAL DE VENCIMENTO NÃO SERÁ VALIDADO E RESULTARÁ NO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO.

2.6.4 o **pagamento** da taxa de inscrição deverá ser efetivado **SOMENTE NOS BANCOS ABAIXO DISCRIMINADOS** e respectivos correspondentes bancários, **até o dia 13/10/2014**;

BANCOS CREDENCIADOS

- BRASIL S/A
- SANTANDER S/A
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
- BRASÍLIA S/A
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- BRADESCO S/A
- ITAÚ S/A
- MERCANTIL DO BRASIL S/A
- HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO
- SAFRA S/A
- CITIBANK S/A
- BANCOOB S/A

2.6.5 não será permitido efetuar o referido pagamento através de depósito, transferência bancária e/ou agendamento;

2.6.6 a inobservância ao determinado nos subitens 2.6.1 a 2.6.5 resultará na não participação do candidato no concurso, sendo inaceitável, portanto, reclamações posteriores quanto à não confirmação do pagamento.

2.7 a inscrição será efetivada somente após a confirmação do pagamento da taxa de inscrição pela instituição bancária a este órgão.

3 Não serão aceitas inscrições por fax, condicional ou extemporânea, estando canceladas as que não atendam a todos os requisitos fixados neste Edital, em qualquer uma das etapas do concurso.

4 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outra inscrição ou para outros concursos.

5 Os dados cadastrais informados no ato da inscrição são de exclusiva responsabilidade do candidato, vedada a possibilidade de alteração posterior.

6 A prestação de declaração falsa ou inexata e a não apresentação de quaisquer documentos exigidos implicarão na não validação da inscrição, nulidade de habilitação e perda dos direitos

decorrentes, sem prejuízo das sanções aplicáveis à falsidade de declaração, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

7 O descumprimento das instruções resultará na não efetivação da inscrição.

IV - DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

1 Será admitida isenção da taxa de inscrição nos termos da Lei nº 3.330/2001.

1.1 as inscrições deverão ser efetuadas das **10h do dia 19/09/2014 até às 23h 59min do dia 22/09/2014**, impreterivelmente.

2 O candidato deverá assinalar no requerimento utilizado para inscrição *on-line*, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>, seu pedido de isenção de taxa de inscrição.

2.1 o sistema bloqueará o acesso a esta opção após o período determinado no subitem 1.1;

2.2 o candidato que pretender isenção de taxa de inscrição deverá, obrigatoriamente, comparecer **no dia 29/09, 30/09 ou 01/10/2014, das 10h às 13h ou das 14h às 16h**, em um dos locais, abaixo determinados, para a entrega dos seguintes documentos:

- requerimento de avaliação de hipossuficiência impresso;
- Original e cópia do comprovante de residência (luz, gás ou telefone) no nome do requerente ou do parente que reside no mesmo endereço;
- original e cópia da certidão de nascimento ou certidão de casamento ou decisão judicial de separação ou divórcio ou de óbito do cônjuge;
- original e cópia da certidão de nascimento de filhos, se menores de idade
- original e cópia do último contracheque de todos integrantes da renda familiar ou;
- original e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) das páginas que contenham fotografia, identificação, anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída anotada do último contrato de trabalho;
- declaração, de próprio punho, sobre a renda familiar de parentes de 1º grau devidamente comprovados com os documentos acima solicitados, que residam no mesmo endereço do candidato.

LOCAL	ENDEREÇO
II Região Administrativa	Rua República do Líbano nº54 – Fundos - Centro/ RJ
VIII Região Administrativa	Rua Desembargador Isidro, 41 – Tijuca (Praça Saens Peña) – RJ
Sede da 8ª Coordenadoria Regional de Educação/CRE	Rua Biarritz, 31 – Bangu – RJ

2.2.1 ao entregar **todos** os documentos constantes do item 2 deste Título, o candidato receberá um comprovante de entrega.

2.3 não serão analisados os pedidos de isenção sem as informações e os documentos necessários para a correta avaliação da hipossuficiência do candidato;

2.4 qualquer declaração identificada como falsa sujeitará o candidato ao cancelamento de sua inscrição e às sanções previstas em lei;

2.5 caso o candidato não compareça para a entrega dos documentos no dia, horário e local determinados no subitem 2.2, deste Título, o processo de inscrição será cancelado, pois somente a realização do preenchimento do requerimento com a solicitação de isenção de taxa não significará que a inscrição tenha sido aceita e efetivada.

3 Conforme o estabelecido no art. 1º da Lei nº 3.330/2001, serão considerados hipossuficientes para inscrição gratuita aqueles cuja renda familiar *não exceda três Salários Mínimos* e/ou comprovarem estar desempregados.

3.1 atestada a hipossuficiência do requerente, sua inscrição será, automaticamente, autorizada.

3.1.1 o candidato deverá acessar no site o seu requerimento de inscrição a partir das **16h do dia 06/10/2014**, a fim de tomar ciência do resultado de sua avaliação da hipossuficiência.

3.2 caso a avaliação da hipossuficiência seja indeferida, o requerente poderá, se desejar, concretizar sua inscrição acessando novamente o seu requerimento de inscrição no site para a impressão do DARM **até às 16h do dia 13/10/2014** e efetuar o pagamento da taxa, **até o dia 13/10/2014**, conforme o disposto no Título III, item 2 e seus subitens.

V - DA RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS E ÍNDIOS

1 Conforme o estabelecido na Lei Municipal 5.695 de 27/03/2014, fica reservado a candidatos negros e índios, o equivalente a 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas neste Edital.

2 É considerado negro ou índio o candidato que assim se declare no momento da inscrição.

2.1 caso o candidato não autodeclarar no ato da inscrição, não será permitida qualquer alteração para esse fim.

3 A autodeclaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais deste Edital, caso não opte pela reserva de vagas.

4 As vagas reservadas a candidatos negros e índios, conforme o quantitativo estabelecido no item 1, do Título I, deste Edital, caso não sejam preenchidas, serão revertidas para o quadro de vagas regulares.

4.1 para os cargos, cujo número de vagas não alcancem o quantitativo mínimo para aplicação do sistema de cotas, será oferecido o cadastro reserva para cotas, na hipótese de, durante a validade do concurso, haver a necessidade de criação de novas vagas na carreira, através de Lei e que sejam suficientes ao alcance do percentual mínimo para o oferecimento de reserva das respectivas vagas;

4.2 o candidato interessado em concorrer ao cadastro reserva citado no subitem 4.1 deste Título, deverá estar ciente de que, neste momento, estará concorrendo, somente, às vagas regulares.

5 Detectada a falsidade da declaração a que se refere o item 3 deste Título, que poderá ser identificada pelo servidor a quem o candidato se apresente, será o candidato eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após o procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6 Os candidatos concorrentes às vagas de negros e índios, se aprovados, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação obtida.

7 A nomeação dos candidatos aprovados será de acordo com a ordem de classificação geral no concurso, mas, a cada fração de cinco candidatos convocados, a quinta vaga fica destinada a candidato negro ou índio aprovado, de acordo com a sua ordem de classificação.

8 Caso haja desistência de vaga do candidato negro ou índio aprovado, essa vaga será preenchida por outro candidato negro ou índio, respeitada a ordem de classificação da lista específica.

VI - DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1. Será admitida a inscrição de pessoa com deficiência, nos termos da legislação pertinente, ficando o respectivo deferimento condicionado ao cumprimento do disposto na Lei Municipal nº 4.950 de 02.12.08, Lei Municipal n.º 2.111 de 10.01.94, na Lei Municipal n.º 645 de 05.11.84 e no Decreto Municipal n.º 5.890, de 16.06.86.

2. O candidato inscrito como pessoa com deficiência deverá assinalar o campo próprio do requerimento de inscrição, declarando a deficiência da qual é portador e, se necessário, requerer o método através do qual deseja realizar a prova: com leitor ou prova ampliada e/ou informar dificuldade de locomoção.

2.1 no caso de prova, em que haja necessidade de auxílio de fiscal leitor, o mesmo, além de auxiliar na leitura da prova, sempre sob a supervisão de outro fiscal devidamente treinado, transcreverá as respostas para o cartão-resposta e para o caderno de resposta definitivo do candidato. Ao final da prova será lavrado um termo no qual o candidato concordará com as marcações que foram efetuadas no cartão-resposta e com o texto transcrito no caderno de resposta definitivo.

2.1.1 no caso da Prova Discursiva, além de ditar o texto, o candidato deverá especificar, **oralmente, a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.**

2.2 o candidato com deficiência visual parcial (ambliopia) deverá declarar sua condição, informando no requerimento de inscrição sobre a necessidade da prova ser confeccionada de forma ampliada. Neste caso, será oferecido, **apenas**, cartão resposta ampliado e caderno de questões com tamanho de letra correspondente a corpo 24 (vinte e quatro).

2.3 qualquer outra solicitação referente a atendimento de necessidade especial o candidato deverá proceder conforme o disposto no Título VII deste Edital.

3. O candidato com deficiência auditiva que fizer uso de aparelho auricular, somente poderá utilizá-lo até o sinal de início da prova; momento no qual será solicitado que retire o mesmo.

3.1 caso haja algum aviso no decorrer do período de prova, ao candidato será permitido recolocar o aparelho, garantindo assim, a isonomia de informações.

4 O candidato que não declarar no requerimento de inscrição que é pessoa com deficiência, concorrerá somente às vagas regulares, não sendo admitidas alterações posteriores ao término das inscrições **(08/10/2014)**.

5 O candidato inscrito como pessoa com deficiência participará do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário, ao local de aplicação, ao tempo de realização das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, sendo-lhe, porém, assegurado fácil acesso ao recinto onde serão realizadas as provas.

6 O acesso de pessoas com deficiência às provas e sua eventual aprovação não significa que houve o reconhecimento da compatibilidade de sua deficiência com a atividade pertinente à vaga, a qual será determinada por meio de Perícia Médica.

7 O candidato inscrito como pessoa com deficiência, **se aprovado na Prova Discursiva**, deverá comparecer no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da **publicação do resultado da mesma**, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos, da Secretaria Municipal de Administração, situada na Rua Afonso Cavalcanti n.º 455, Prédio Anexo, 10º andar - Ala B - Cidade Nova, no horário das 10h às 16h, munido do original de documento oficial de identidade, para tomar ciência do dia e horário em que deverá comparecer à Gerência de Perícias Médicas da Secretaria Municipal de Administração - A/CSRH/CVS/GPM, **ficando a Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos desobrigada de realizar qualquer tipo de contato para este fim.**

7.1 o candidato será encaminhado à Gerência de Perícias Médicas da Secretaria Municipal de Administração - A/CSRH/CVS/GPM, para confirmação da deficiência declarada, conforme o disposto na legislação vigente;

7.2 no caso de ser pessoa com deficiência auditiva ou visual ou apresentar paralisia

cerebral, o candidato deverá exibir, também, exame audiométrico, laudo oftalmológico com acuidade visual ou parecer neurológico, respectivamente, dentro do prazo de validade de 30 (trinta) dias, contados da data da emissão até a da apresentação;

7.3 constatada, pela A/CSRH/CVS/GPM, a necessidade de avaliação da capacidade laborativa do candidato pela Junta de Especialistas, o referido órgão informará à Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos da Secretaria Municipal de Administração, para as providências pertinentes;

7.4 a Junta de Especialistas emitirá laudo fundamentado, declarando a compatibilidade ou não da deficiência com as atribuições do cargo a ser ocupado;

7.5 o candidato, cuja deficiência seja considerada pela Junta de Especialistas, incompatível com o regular exercício das atividades do cargo, será eliminado do certame.

8 O candidato considerado pela Gerência de Perícias Médicas **como portador de deficiência** fará jus aos benefícios da legislação pertinente, se obtiver a média para aprovação, conforme o estabelecido neste Edital.

9 O candidato considerado pela Gerência de Perícias Médicas como **não portador de deficiência** concorrerá, somente, às vagas regulares, se obtiver a média para aprovação, conforme o estabelecido neste Edital.

10O candidato inscrito como pessoa com deficiência que não comparecer, no dia, hora e local determinados, para confirmação da deficiência declarada no ato da inscrição ou não cumprir a exigência junto à A/CSRH/CVS/GPM, caso haja, será eliminado do certame.

11O candidato inscrito como pessoa com deficiência que deixar de comparecer, se convocado, para a avaliação da Junta de Especialistas, será eliminado do certame.

12 Ficam reservadas, no presente concurso, 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para pessoas com deficiência, desde que comprovada a deficiência e a devida compatibilidade com as atividades do cargo, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4950 de 02.12.08 e na Lei Municipal n.º 2.111, de 10.01.94. Nos casos em que a reserva inicial das vagas superar este percentual, será observada, durante a vigência deste concurso, a necessária compensação nas convocações subsequentes, as quais, em qualquer caso, observarão o percentual acima estabelecido.

12.1 tendo em vista que o nº de vagas inicial para diversos cargos não alcança o quantitativo mínimo para a aplicação do sistema de cotas, as pessoas com deficiência, amparadas pela legislação vigente, poderão concorrer, sob sua inteira responsabilidade e nos termos da referida legislação, às vagas que vierem a surgir durante a validade do concurso no percentual de 5% das vagas que vierem a ser preenchidas, ou seja, a cada 20 (vinte) candidatos convocados para essas vagas, a vigésima será preenchida pelo candidato com deficiência de acordo com a classificação obtida.

13 Os candidatos considerados "pessoa com deficiência", conforme a legislação vigente, se habilitados, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, observados a respectiva ordem de classificação obtida.

14 Os recursos contra o resultado das avaliações realizadas pela Gerência de Perícias Médicas deverão ser interpostos em até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado da avaliação dos candidatos inscritos como pessoa com deficiência e encaminhados à Gerência de Perícias Médicas da Secretaria Municipal de Administração - A/CSRH/CVS/GPM.

15 Os recursos contra o resultado das avaliações realizadas pela Junta de Especialistas deverão ser interpostos em até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado da avaliação dos candidatos inscritos como pessoa com deficiência e encaminhados à Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos da Secretaria Municipal de Administração – A/CGGT/CRS.

VII - DA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO ESPECIAL

1. O candidato, inscrito como pessoa com deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial durante a realização da prova deverá solicitá-lo à Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos situada na Rua Afonso Cavalcanti, 455, Prédio Anexo, 10º andar - Ala B, Cidade Nova/RJ, no prazo de até 48 horas antes da data de realização da mesma, no horário das 10h às 16h, indicando claramente quais os recursos especiais necessários e apresentar laudo médico redigido em letra legível, justificando o atendimento especial solicitado.

1.1 O candidato que não se manifestar, na forma e no prazo contido no item 1, não terá atendimento especial do dia da realização da prova.

2. Entende-se por necessidade de atendimento especial:

2.1 necessidade de auxílio de fiscal leitor. Neste caso, além de auxiliar na leitura da prova, o fiscal leitor, sempre sob a supervisão de outro fiscal devidamente treinado, transcreverá as respostas para o cartão-resposta e para o caderno de resposta definitivo do candidato. Ao final da prova será lavrado um termo no qual o candidato concordará com as marcações que foram efetuadas no cartão-resposta e com o texto transcrito no caderno de resposta definitivo.

2.1.1 no caso da Prova Discursiva, além de ditar o texto, o candidato deverá especificar, **oralmente, a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.**

2.2 necessidade da prova ser confeccionada de forma ampliada. Neste caso, será oferecido, **apenas**, cartão resposta ampliado e caderno de questões com tamanho de letra correspondente a corpo 24 (vinte e quatro);

2.3 necessidade de sala de mais fácil acesso, no caso de dificuldade de locomoção;

2.4 necessidade de carteira e mesa separadas.

2.4.1 dependendo da disponibilidade do local, o candidato poderá ser alocado em uma sala sozinho. Nesse caso, o candidato será acompanhado por 2 (dois) fiscais.

2.5 candidato que necessitar utilizar óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça;

2.6 candidato que estiver impossibilitado de transcrever as respostas da prova. Nesse caso, o candidato será acompanhado por 2 (dois) fiscais. Ao final da prova será lavrado um termo no qual o candidato concordará com as marcações que foram efetuadas no cartão-resposta.

2.6.1 no caso da Prova Discursiva, além de ditar o texto, o candidato deverá especificar, **oralmente, a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.**

2.7 a candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova, deverá levar um acompanhante, o qual ficará, sempre sob a supervisão de um fiscal, em dependência designada pela Comissão Organizadora e será responsável pela guarda da criança.

2.7.1 ao acompanhante não será permitido a utilização de celular ou quaisquer outros equipamentos eletrônicos ou de comunicação durante a realização do certame.

2.7.1.1 a candidata que não levar acompanhante não realizará a prova.

2.7.2 nos horários de amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

2.7.2.1 na sala reservada para amamentação, ficarão somente a candidata lactante, o lactente e uma fiscal, sendo vedada a permanência do acompanhante e de quaisquer outras pessoas.

2.7.3 não será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar, a título de compensação, durante o período de realização da prova objetiva.

2.8 candidato que não tenha condições de se deslocar sozinho e necessite de acompanhante.

3. Ao acompanhante, nos casos previamente autorizados pela Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos, não será permitido a utilização de celular ou quaisquer outros equipamentos eletrônicos ou de comunicação durante a realização do certame.

3.1 o acompanhante ficará, sempre sob a supervisão de um fiscal, em dependência designada pela Comissão Organizadora.

4. A exigência da solicitação da necessidade de atendimento especial descrita nos itens 2.1, 2.2 e 2.3 aplica-se apenas aos candidatos concorrentes às vagas regulares tendo em vista não existir a opção no requerimento de inscrição.

4.1 para o atendimento das demais necessidades, o candidato, concorrente às vagas regulares ou de portador de deficiência, deverá proceder conforme o estabelecido no item 1 deste Título.

5. A solicitação não garante ao candidato o atendimento especial. O pedido será deferido ou indeferido pela Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos, após análise, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

VIII - DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

1 O candidato deverá acompanhar a **CONFIRMAÇÃO DO PAGAMENTO DE SUA INSCRIÇÃO** através do site **<http://concursos.rio.rj.gov.br> até o dia 17/10/2014.**

1.1 para verificar a confirmação do pagamento, o candidato acessará, no *site* acima mencionado, a opção "*consultar andamento da inscrição*" e, verificar no final do requerimento se consta a mensagem "*confirmado pagamento da taxa de inscrição*;

1.2 se até a data acima citada não estiver confirmado o respectivo pagamento da inscrição, o candidato deverá comparecer, impreterivelmente, **no dia 20/10/2014** à Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos, da Secretaria Municipal de Administração, situada na Rua Afonso Cavalcanti n.º 455, Prédio Anexo, 10º andar - Ala B - Cidade Nova, no horário das 10h às 16h, portando o CPF, DARM e o respectivo comprovante de pagamento;

1.3 a inobservância ao determinado no item 1 e subitem 1.2 deste Título, implicará a não participação do candidato no concurso, não sendo aceitas, portanto, reclamações quanto a não confirmação do pagamento de sua inscrição;

1.4 não haverá inclusão de candidato após a data determinada no subitem 1.2 deste Título.

2 As informações referentes a data, horário, tempo de duração e local de realização da prova (nome do estabelecimento, endereço e sala), assim como orientações para realização da prova, estarão disponíveis, oportunamente, no site **<http://concursos.rio.rj.gov.br>**.

2.1 não serão prestadas, por telefone, informações a respeito de locais e horários de realização da prova;

2.2 o Cartão de Confirmação de Inscrição estará disponível no site para conhecimento do candidato.

3 O candidato deverá, obrigatoriamente, conferir todas as informações contidas no site **<http://concursos.rio.rj.gov.br>** e/ou no requerimento de inscrição e/ou no Cartão de Confirmação de Inscrição – CCI.

3.1 quando houver inexatidão de informação tais como: identidade e data de nascimento, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala a devida correção, no momento em que for assinar a lista de presença na sala de prova;

3.2 caso haja inexatidão na informação relativa à sua eventual condição de pessoa com deficiência que demande tipo de prova diferenciada (ledor ou ampliada) e/ou esteja concorrendo às vagas reservadas para pessoas com deficiência, o candidato deverá comparecer, impreterivelmente, **até o dia 14/11/2014** à Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos, da Secretaria Municipal de Administração, situada na Rua Afonso Cavalcanti n.º

455, Prédio Anexo, 10º andar - Ala B - Cidade Nova, no horário das 10h às 16h;

3.3 serão de exclusiva responsabilidade do candidato as consequências advindas de eventual omissão quanto à solicitação de correção.

4 A existência de informações quanto à data, horário e local da realização da prova no cartão de confirmação de inscrição disponível na Internet, não exime o candidato do dever de observar, pelo Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, as publicações de todos os atos e editais referentes ao certame.

5 O candidato não poderá alegar desconhecimento dos locais de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, será considerado como desistência do candidato e resultará em **sua eliminação do certame**.

IX - DA AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS

1 A avaliação dos candidatos será feita através de Provas Objetivas e Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório e de Títulos, apenas de caráter classificatório, conforme a seguir, com base no conteúdo programático constante do Anexo Único deste Edital.

NÍVEL	CARGO	PROVA	CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	TOTAL EM PONTOS POR CONTEÚDO	MÍN EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO POR CONTEÚDO	MÍN EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO, NO TOTAL DA PROVA
SUPERIOR	Consultor Legislativo (sem especialidade)	Objetiva (P1)	Língua Portuguesa	10	1,0	10,0	2,0	36,0
			Raciocínio Lógico Quantitativo e Analítico	10	1,0	10,0	2,0	
			Noções de Informática	10	1,0	10,0	2,0	
			Direito Financeiro e Controle Externo e Interno	10	1,0	10,0	2,0	
			Administração e Políticas Públicas	15	1,0	15,0	3,0	
			Ética do Servidor na Administração Pública	5	1,0	5,0	1,0	
				60	-	60,0	-	
		Objetiva (P2)	Atualidades	10	1,0	10,0	2,0	72,0
			Legislação Municipal , Processo e Poder Legislativo	20	1,0	20,0	4,0	
			Área de Conhecimento: Direito Administrativo, Direito Constitucional e Administração	30	3,0	90,0	18,0	
				60	-	120,0	-	
		Discursiva	Área de Conhecimento: Direito Administrativo, Direito Constitucional e Administração	2	20,0	40,0	----	30,0
			Legislação Municipal , Processo e Poder Legislativo	1	20,0	20,0	----	

NÍVEL	CARGO	PROVA	CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	TOTAL EM PONTOS POR CONTEÚDO	MÍN EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO POR CONTEÚDO	MÍN EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO, NO TOTAL DA PROVA
SUPERIOR	Consultor Legislativo - ÁREA: Direito	Objetiva (P1)	Língua Portuguesa	20	1,0	20,0	4,0	36,0
			Noções de Informática	5	1,0	5,0	1,0	
			Direito Financeiro e Controle Externo e Interno	15	1,0	15,0	3,0	
			Administração e Políticas Públicas	15	1,0	15,0	3,0	
			Ética do Servidor na Administração Pública	5	1,0	5,0	1,0	
				60	-	60,0	-	
		Objetiva (P2)	Atualidades	10	1,0	10,0	2,0	72,0
			Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	20	1,0	20,0	4,0	
			Área de Conhecimento: Direito Administrativo, Constitucional, Tributário, Civil e Leis especiais	30	3,0	90,0	18,0	
				60	-	120,0	-	
		Discursiva	Área de Conhecimento: Direito Administrativo, Constitucional, Tributário, Civil e Leis especiais	2	20,0	40,0	----	30,0
			Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	1	20,0	20,0	----	

NÍVEL	CARGO	PROVA	CONTEÚDO	N DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	TOTAL EM PONTOS POR CONTEÚDO	MÍN EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO POR CONTEÚDO	MÍN EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO, NO TOTAL DA PROVA
SUPERIOR	Consultor Legislativo - Área Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira	Objetiva (P1)	Língua Portuguesa	20	1,0	20,0	4,0	36,0
			Direito Constitucional	10	1,0	10,0	2,0	
			Direito Administrativo	10	1,0	10,0	2,0	
			Administração e Políticas Públicas	15	1,0	15,0	3,0	
			Ética do Servidor na Administração Pública	5	1,0	5,0	1,0	
				60	-	60,0	-	
		Objetiva (P2)	Atualidades	10	1,0	10,0	2,0	72,0
			Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	20	1,0	20,0	4,0	
			Área de Conhecimento: Direito Financeiro e Administração Financeira e Orçamentária Pública, Controle Externo e Interno e Finanças Públicas	30	3,0	90,0	18,0	
				60	-	120,0	-	
		Discursiva	Área de Conhecimento: Direito Financeiro e Administração Financeira e Orçamentária Pública, Controle Externo e Interno e Finanças Públicas	2	20,0	40,0	----	30,0
			Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	1	20,0	20,0	----	

NÍVEL	CARGO	PROVA	CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	TOTAL EM PONTOS POR CONTEÚDO	MÍN EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO POR CONTEÚDO	MÍN EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO, NO TOTAL DA PROVA
SUPERIOR	Consultor Legislativo - Área: Meio Ambiente / Higiene, Saúde Pública e Bem-estar Social / Educação e Cultura / Transportes / Obras Públicas, Infraestrutura e Urbanismo / Esportes e Lazer / Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática / Indústria Comércio e Turismo	Objetiva (P1)	Língua Portuguesa	10	1,0	10,0	2,0	36,0
			Direito Constitucional	10	1,0	10,0	2,0	
			Direito Administrativo	10	1,0	10,0	2,0	
			Direito Financeiro e Controle Externo e Interno	10	1,0	10,0	2,0	
			Administração e Políticas Públicas	15	1,0	15,0	3,0	
			Ética do Servidor na Administração Pública	5	1,0	5,0	1,0	
			60	-	60,0	-		
		Objetiva (P2)	Atualidades	10	1,0	10,0	2,0	72,0
			Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	20	1,0	20,0	4,0	
			Específico da Área de Conhecimento	30	3,0	90,0	18,0	
			60	-	120,0	-		
		Discursiva	Específico da Área de Conhecimento	2	20,0	40,0	----	30,0
			Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	1	20,0	20,0	----	

1.1 será considerado habilitado na Prova Objetiva o candidato que alcançar, no mínimo, 20% (vinte por cento) de pontos por conteúdo e 60% (sessenta por cento) de pontos do total da prova, conforme o estabelecido nos quadros acima;

1.2 será considerado habilitado na Prova Discursiva o candidato que alcançar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de pontos do total da prova e nota diferente de 0 (zero) em cada questão, conforme o estabelecido nos quadros acima.

1.3 toda e qualquer legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação na prova do Concurso.

2 DAS PROVAS OBJETIVAS

2.1 as provas objetivas (P1 e P2), para todos os cargos, serão realizadas no mesmo dia, sendo P1 no turno da manhã e P2 no turno da tarde;

2.2 a prova objetiva constará de questões de múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D) e uma única resposta correta, de acordo com o enunciado da questão;

2.3 Por motivo de segurança, poderão ser aplicadas provas de mesmo teor, porém com gabaritos diferenciados, de forma que, caberá ao candidato, sentar-se em carteira com a mesma numeração de gabarito constante do seu Cartão-Respostas e, quando da distribuição dos Caderno de Questões, conferir se o TIPO DE GABARITO constante em seu Cartão-Resposta corresponde ao do caderno recebido. Caso haja qualquer divergência, o candidato deverá, imediatamente, informar ao Fiscal de Sala e solicitar a correção, arcando o candidato com as consequências de sua omissão.

2.4 os cartões-resposta serão corrigidos por meio de processamento eletrônico;

2.5 o candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o cartão-resposta, que é o único documento válido para a correção eletrônica, com caneta esferográfica, fabricada em material transparente, obrigatoriamente, de tinta azul ou preta (para assegurar a perfeita leitura ótica), apondo, ainda, sua assinatura no cartão.

2.5.1 como medida de segurança, o candidato deverá transcrever, em letra cursiva, de próprio punho, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, o texto apresentado no caderno de questões, para posterior exame grafológico e confirmação de sua identificação, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.

2.5.1.1 caso não tenha condições de transcrever a frase, será lavrado Termo de Ocorrência e colhida a impressão digital do candidato.

2.6 o preenchimento do cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste regulamento, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para a realização das provas, conforme o disposto no Título VI item 2.1 e Título VII itens 2.1 e 2.6.

2.6.1 haverá, no cartão-resposta, para cada questão, quatro campos de marcação: um campo para cada uma das quatro opções A, B, C e D, sendo que o candidato deverá, obrigatoriamente, marcar, para cada questão, um, e somente um, dos quatro campos do cartão-resposta, sob pena de anulação da respectiva questão.

2.6.2 não serão computadas as questões não assinaladas, rasuradas ou emendadas, ainda que legíveis, e as que tiverem mais de uma opção assinalada como resposta;

2.6.3 o candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o cartão-resposta, sob pena de reprovação, por impossibilidade de realização da leitura ótica;

2.6.4 em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.

2.7 o tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão-resposta.

2.7.1 o candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais: nome, número de inscrição, número do documento de identidade e data de nascimento.

2.8 os gabaritos das provas serão publicados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponíveis também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

3 DA PROVA DISCURSIVA

3.1 a prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada apenas aos candidatos aprovados nas Provas Objetivas.(P1 e P2)

3.2 a prova tem o objetivo de avaliar o conhecimento acerca do conteúdo abordado na questão, a capacidade de expressão na modalidade escrita e, ainda, a coerência, coesão, consistência, clareza e objetividade, bem como a utilização correta do vocabulário e das normas gramaticais em vigência.

3.3 a prova discursiva constará de 3 (três) questões dissertativas que poderão somar até 60 (sessenta) pontos;

3.3.1 o candidato deverá responder à cada questão discursiva utilizando o mínimo de **15 linhas e o máximo de 30 linhas**.

3.4 as questões da prova discursiva serão entregues aos candidatos já impressas, não sendo permitido solicitar esclarecimentos sobre enunciados ou sobre modo de resolvê-las;

3.5 a prova discursiva deverá ser feita pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, **fabricada em material transparente**, não sendo

permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para a realização das provas, conforme o disposto no Título VI item 2.1 e Título VII itens 2.1 e 2.6.

3.6 o caderno de respostas definitivo será o documento válido para avaliação da prova discursiva e não será substituído por erro de preenchimento do candidato.

3.6.1 o caderno de respostas definitivo não poderá ser assinado, rubricado, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique na capa, fora ou no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, sob pena de anulação da prova. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora acarretará sua anulação e a consequente eliminação do candidato do concurso;

3.6.2 o candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o caderno de respostas definitivo, sob pena de reprovação;

3.6.3 a folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e **não** será considerado para correção.

3.7 não será permitida a consulta à legislação, livros, impressos ou anotações;

3.8 a avaliação da prova discursiva será composta de duas notas atribuídas por dois examinadores: um corretor e um revisor. O resultado será a média das duas notas obtidas.

3.8.1 será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecida;

3.8.2 nos casos de fuga ao tema ou à tipologia textual, de não haver texto ou de identificação em local indevido, o candidato receberá nota ZERO.

3.9 o candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais: nome, número de inscrição, número do documento de identidade e data de nascimento..

4 DA PROVA DE TÍTULOS

4.1 os Títulos deverão ser entregues na data de realização da Prova Discursiva.

4.1.1 o candidato, após o término da prova discursiva, deverá entregar os títulos em sala específica determinada pela Coordenação do local em que estiver realizando prova;

4.1.2 ao entregar os títulos, o candidato receberá o protocolo de entrega dos títulos;

4.1.3 o candidato deverá, obrigatoriamente, estar de posse dos documentos a serem entregues para a Prova de Títulos quando do ingresso no local de provas. Não será admitido, no dia de realização das provas, que o candidato se retire do local, mesmo que este já tenha terminado sua prova, para buscar documentos referentes a títulos ou que receba estes documentos de pessoas estranhas ao certame, mesmo que estejam fora do perímetro do local de realização das provas.

4.2 somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na Prova Discursiva. A aferição dos Títulos terá caráter classificatório, com valoração máxima de 36 pontos, em conformidade com os critérios determinados na tabela a seguir:

TÍTULO FORMAÇÃO ACADÊMICA			
DENOMINAÇÃO	DOCUMENTO	Nº MÁXIMO DE TÍTULOS	PONTOS POR TÍTULO
Curso de Pós-Graduação "Strictu Sensu", em nível de Doutorado	Fotocópias autenticadas dos Diplomas ou certificados expedidos por instituição oficialmente reconhecida pelo MEC	01	20,0 (vinte)
Curso de Pós-Graduação "Strictu Sensu" em nível de Mestrado	Fotocópias autenticadas dos Diplomas ou certificados expedidos por instituição oficialmente reconhecida pelo MEC	01	10,0 (dez)
Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em nível de Especialização	Fotocópias autenticadas dos Diplomas ou Históricos Escolares ou certificados de curso de pós-graduação em nível de especialização <i>lato sensu</i> , com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, expedido por instituição oficialmente reconhecida pelo MEC	01	6,0 (seis)
TOTAL		03	36 (trinta e seis)

4.2.1 os títulos analisados serão somente os certificados acadêmicos de conclusão de pós-graduação, em cópia autenticada, que não será devolvida;

4.2.1.1 não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não autenticadas.

4.2.2 Os títulos deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data;

4.2.3 somente serão avaliados e pontuados os títulos que forem correlatos com a área de atuação;

4.2.4 a entrega dos documentos referentes aos títulos não implica, necessariamente, que a pontuação postulada seja concedida. Os documentos serão analisados de acordo com as normas estabelecidas neste edital.

4.3 os títulos deverão ser entregues pelo **candidato**, acondicionados em **envelope tamanho A4**, identificado por formulário, cujo modelo estará disponível no [site http://concursos.rio.rj.gov.br](http://concursos.rio.rj.gov.br);

4.3.1 o formulário, devidamente preenchido (nome, nº de inscrição, cargo/área de atuação, identidade, CPF, nº de títulos entregues) com letra legível ou de forma e assinado, deverá ser colado na parte externa do envelope;

4.3.2 ao entregar os títulos, o candidato receberá o protocolo de entrega dos títulos.

4.4 não será aceita, sob qualquer pretexto, a entrega de títulos fora da forma estabelecida no item 4.3 e subitem 4.3.1 deste Título, do dia, local e horário determinados.

4.4.1 não serão aceitos títulos encaminhados via fax, via postal e nem via correio eletrônico.

4.5 o candidato será responsabilizado pela veracidade da documentação e da informação apresentada.

4.5.1 no ato da entrega dos títulos, o candidato deverá assinar declaração de veracidade dos documentos apresentados, sob pena de exclusão do certame;

4.5.2 a declaração falsa estará sujeita na eliminação do candidato do certame, e nas sanções das leis aplicáveis.

4.6 o candidato que não apresentar os documentos para avaliação de títulos receberá **nota 0 (zero)** e será classificado somente pela pontuação obtida nas Provas Objetivas e Discursiva;

4.7 os certificados e declarações de conclusão de cursos serão aferidos apenas quando oriundos de Instituição de Ensino Superior, pública ou particular, devidamente reconhecida, e observadas as normas que lhes regem a validade, entre as quais, se for o caso, as pertinentes ao respectivo registro;

4.8 a comprovação de títulos referentes a cursos para os que ainda não foram expedidos diplomas e históricos escolares, será feita mediante declaração de conclusão de curso. A declaração só será aceita se informar **EXPRESSAMENTE** a portaria do MEC que autoriza o curso de pós-graduação realizado. A declaração deverá conter, ainda, a data de término do curso, com conclusão e apresentação de monografia (se houver);

4.9 não serão pontuados como títulos declarações que apenas informem que o candidato está regularmente matriculado em curso de pós-graduação, mesmo que nessa declaração conste a previsão de seu término. A declaração de conclusão de curso somente será considerada válida se informar **EXPRESSAMENTE** que o curso foi integralmente concluído.

4.10 os certificados de conclusão de cursos expedidos em língua estrangeira somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado e validados pelo Ministério da Educação – MEC;

4.11 os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, deverão atender ao seguinte:

a) os realizados sob a égide da Resolução CNE/CES 1, de 3 de abril de 2001, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União, de 9 de abril de 2001, Seção I, p. 12 deverão conter - ou ser acompanhados de - histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno em cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico; título da monografia ou do trabalho final do curso e nota ou conceito obtido; declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES 1 e indicação do ato legal de credenciamento da instituição, no caso de Cursos ministrados à distância. Esta exigência está amparada pelo art. 12 da Resolução CNE/CES 1;

b) os realizados sob a égide da Resolução CNE/CES 3, de 5 de outubro de 1999, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União, de 7 de outubro de 1999, Seção I, p. 52 deverão mencionar a área específica do conhecimento a que corresponde, e conter, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, sua carga horária, a nota ou conceito obtido pelo aluno; o nome e a titulação do professor por elas responsável; o período em que o curso foi realizado e a declaração de que o curso cumpriu todas as disposições da dita Resolução. Esta exigência está amparada pelo art. 5º da Resolução CNE/CES 3;

c) os realizados sob a égide da Resolução CNE/CES 2, de 20 de setembro de 1996, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 1996, Seção I, p. 21183, deverão conter, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno em cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; o critério adotado para avaliação do aproveitamento; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico e declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES 2. Esta exigência está amparada pelo art. 11 da Resolução CNE/CES 2;

d) os realizados sob a égide da Resolução CNE/CES 12, de 6 de outubro de 1983, emitida pelo Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 1983, Seção I, p. 18.233 deverão conter - ou ser

acompanhado de - histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente, cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; o critério adotado para avaliação do aproveitamento; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico e declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES 12. Esta exigência está amparada pelo parágrafo único do art. 5 da Resolução 12/83;

e) outras Resoluções que amparem os diplomas expedidos.

4.12 outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina - tais como declarações, certidões, comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, além dos mencionados nos itens 4.8 e 4.9, ou documentos que não estejam em consonância com as Resoluções citadas não serão considerados para efeito de pontuação.

X - DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

1 As provas serão aplicadas na Cidade do Rio de Janeiro, em função da disponibilidade de locais para realização.

1.1 a Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos não se obriga a realizar as provas no bairro onde o candidato residir;

2 Os locais, a data e o horário de realização das provas serão publicados no Diário Oficial do Município, no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M. e divulgados no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

3 O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, portando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente e o ORIGINAL do documento de identidade oficial, reconhecido em todo o território nacional.

3.1 o documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura;

3.2 não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento;

3.3 serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelo Comando Militar, pela Secretaria de Segurança Pública, pelo Instituto de Identificação e pelo Corpo de Bombeiro Militar; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997);

3.4 não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, protocolos de documentos nem documentos, **mesmo que original**, ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados ou quaisquer outros, que não tenham validade como documento de identidade em todo o território nacional;

3.5 o candidato que deixar de apresentar, no dia de realização da prova, documento original que o identifique, reconhecido em todo o território nacional alegando qualquer justificativa, não realizará a prova, sendo excluído do certame.

4 As provas objetivas (P1 e P2) e a prova discursiva deverão ser feitas, obrigatoriamente, à **caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.**

4.1 não será permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha durante a realização das provas.

5 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, após a assinatura da lista de presença, serão adotados os seguintes procedimentos.

5.1 o candidato não poderá retirar-se da sala de prova sem autorização e acompanhamento da fiscalização;

5.2 o candidato não poderá consultar qualquer material, inclusive jornal e revista, enquanto aguardar o horário de início da prova.

6 Recomenda-se que o candidato não leve nenhum aparelho eletrônico no dia de realização das provas.

6.1 os candidatos que portarem pertences pessoais, inclusive aparelho(s) celular(es) desligado(s) ou outros aparelhos eletrônicos, terão os referidos objetos guardados em saco plástico, que deverá ser identificado, lacrado e colocado embaixo da carteira onde o candidato estiver sentado. Demais pertences ficarão à vista da fiscalização de sala, durante todo o período de permanência dos candidatos em sala, não se responsabilizando a Secretaria Municipal de Administração pela guarda, por perdas ou extravios durante a realização da prova, nem por danos a eles causados.

6.1.1 é de responsabilidade do candidato acondicionar os objetos citados no item 6.1.

6.2 o telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, desde o momento da entrada até a retirada do candidato do local de realização das provas;

6.3 o candidato que descumprir o estabelecido no item 6 e subitens deste Título, poderá ser eliminado do certame, conforme decisão da organizadora do concurso.

7 Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando arma de qualquer espécie, ainda que detenha autorização para o respectivo porte.

8 Os portões dos prédios onde serão realizadas as Provas Objetivas P1 e P2 serão fechados, impreterivelmente, às 9h e 15h respectivamente, mediante preenchimento “Termo de Fechamento de Portão”, lavrado pelo Supervisor ou pelo Coordenador na presença de duas testemunhas.

8.1 no caso da Prova Discursiva, os portões dos prédios serão fechados, impreterivelmente, às 9h.

8.2 o candidato que chegar após o fechamento dos portões, independente do motivo alegado, terá vedada sua entrada no prédio e será automaticamente eliminado do certame.

9 Será vedado ao candidato o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc., salvo se autorizado, previamente, pela Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos, conforme estabelecido no item 1 do Título VII deste Edital.

10 Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da Prova.

11 Não será permitido o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos.

12 A inviolabilidade das provas será comprovada no momento do rompimento do lacre dos malotes, mediante termo formal e a presença de, no mínimo, 2 (dois) candidatos.

13 Nos locais de prova poderá haver revista pessoal por meio de utilização de detector de metais e rastreamento eletrônico.

14 Não será permitido ao candidato fumar na sala de prova.

15 Após o início da prova não será permitida a permanência de pessoas não autorizadas previamente no local de prova.

16 Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do concurso, poderá entregar o Caderno de Questões e o Cartão-Resposta devidamente

assinado (Provas Objetivas P1 e P2), o Caderno de Questões/Rascunho e o Caderno de Resposta Definitivo (Prova Discursiva) e retirar-se do recinto.

17 Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o Caderno de Questões e o Cartão-Resposta devidamente assinado (Provas Objetivas P1 e P2), o Caderno de Questões/Rascunho e o Caderno de Resposta Definitivo (Prova Discursiva), sob pena de exclusão do certame.

17.1 os Cadernos de Questões (Provas Objetivas P1 e P2) e os Cadernos de Questões/Rascunho (Prova Discursiva) retidos, serão eliminados posteriormente.

18 Somente durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos do cartão-resposta, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.

18.1 o disposto no item 18 não caberá no caso da Prova Discursiva.

18.2 o candidato que descumprir o estabelecido no item 18, deste título, poderá ser eliminado do certame, conforme decisão da organizadora do concurso.

19 Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.

20 O candidato que insistir em sair de sala, descumprindo o disposto nos itens 16 a 19 deste Título, deverá assinar o Termo de Desistência e, caso se negue, será lavrado um Termo de Ocorrência, testemunhado por 2 (dois) outros candidatos, pelos fiscais e pelo Coordenador Local.

21 Qualquer observação por parte dos candidatos será igualmente lavrada na ata, ficando seus nomes e números de inscrição registrados pelos fiscais.

22 Não haverá prorrogação do tempo previsto para aplicação da prova, e nem compensação em decorrência de afastamento do candidato da sala de prova, seja qual for o motivo.

23 No dia de realização da prova não serão fornecidas, por nenhum membro da equipe de aplicação desta e nem pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

24 Não haverá aplicação de prova fora dos dias, locais e horários pré-estabelecidos.

XI - DA EXCLUSÃO DO CERTAME

1 Será excluído do concurso o candidato que:

1.1 faltar, chegar ao local de prova após o fechamento dos portões ou comparecer para a realização da prova em local diferente do designado;

1.2 ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão-resposta e/ou o caderno de questões (Provas Objetivas P1 e P2); o caderno de resposta definitivo e/ou o caderno de questões/rascunho (Prova Discursiva);

1.3 o candidato que insistir em sair de sala, descumprindo o disposto nos itens 16 a 19 do Título X;

1.4 deixar de cumprir o disposto no item 3 do Título X;

1.5 deixar de assinar o cartão-resposta e a lista de presença e/ou não transcrever a frase para o cartão-resposta conforme estabelecido no subitem 2.3.1 do Título IX;

1.6 dispensar tratamento incorreto e/ou descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas ou autoridade, bem como perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

1.7 for surpreendido, durante a realização da prova:

- 1.7.1 utilizando qualquer tipo de consulta a material impresso, anotações ou similares ou em comunicação verbal, escrita ou gestual, com outro candidato;
- 1.7.2 dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;
- 1.7.3 portando qualquer tipo de anotação, impressas ou manuscritas;
- 1.7.4 utilizando qualquer aparelho eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva;
- 1.7.5 portando qualquer tipo de arma.

1.8 fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;

- 1.9 recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
- 1.10 recusar-se a entregar o cartão-resposta e/ou o caderno de questões (Provas Objetivas P1 e P2); o caderno de resposta definitivo e/ou o caderno de questões/rascunho (Prova Discursiva), ao término do tempo destinado para a realização da prova;
- 1.11 descumprir quaisquer das instruções contidas no caderno de questões;
- 1.12 não alcançar o mínimo de pontos exigidos para habilitação no concurso, conforme estabelecido no presente Edital;
- 1.13 utilizar processos ilícitos, através de meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, mesmo que constatado posteriormente;
- 1.14 deixar de se apresentar, quando convocado em qualquer fase do concurso, ou não cumprir, nos prazos indicados, os procedimentos necessários para a posse;
- 1.15 utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público;
- 1.16 deixar de apresentar qualquer um dos documentos que comprovem o atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital;
- 1.17 fazer declaração identificada como falsa ou inexata em qualquer documento;
- 1.18 não atender às determinações do presente regulamento e de seus atos complementares.

XII - DOS RECURSOS

1 O próprio candidato, ou seu procurador legal, poderão interpor recurso, quando ficar evidenciado erro na formulação da questão, na correção e no critério de julgamento, utilizando-se, para tanto, de formulário próprio, para cada questão, cujo modelo estará disponível no [site http://concursos.rio.rj.gov.br](http://concursos.rio.rj.gov.br).

2 Será vedada a extração de cópia, fotografia ou qualquer outra forma de reprodução em qualquer fase recursal.

2.1 A obtenção de cópia somente se dará através de certidão de inteiro teor, desde que requerida pelo próprio candidato ou seu procurador legal.

3 Os recursos deverão ser interpostos no prazo de:

3.1 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do gabarito no D.O.Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M., quanto às questões da prova objetiva;

3.2 Até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado da prova objetiva no D.O. Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M., para solicitar recontagem de pontos, que só poderá ser feita pelo próprio candidato;

3.3 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado da prova discursiva no D.O. Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M., para solicitar vista da prova discursiva, que só poderá ser feita pelo próprio candidato;

3.4 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da vista da prova discursiva, para solicitar revisão da prova;

3.5 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado da prova de títulos no D.O. Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M., para solicitar revisão;

3.6 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado final no D.O. Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M., exclusivamente para retificação de eventual erro material.

4 O recurso, individual, deverá ser digitado ou preenchido com letra de forma e assinado pelo candidato, com a indicação precisa daquilo em que o candidato se julgar prejudicado e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com a citação de artigos de legislação, itens, páginas de livros, nome de autores etc, juntando, sempre que possível cópia dos comprovantes.

4.1 o recurso contra o gabarito deverá ser único para cada questão.

5 O recurso deverá ser entregue na Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos da Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Anexo, 10º andar / Ala B - Cidade Nova, impreterivelmente, das 10h às 16h.

5.1 **não serão aceitos, em hipótese alguma, recursos após as 16 horas.**

6 Será indeferido, liminarmente, o pedido de recurso não fundamentado ou apresentado fora das condições exigidas e/ou dos prazos estabelecidos, bem como os recursos que apresentarem cópias de fundamentos de outros recursos.

7 Se do exame dos recursos contra o gabarito resultar anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos, indistintamente, a todos os candidatos presentes, independentemente da formulação de recurso.

8 Se, por força de decisão favorável a impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso dessa modificação decorrente das mesmas.

9 Não serão aceitos recursos por *fax*, via postal ou pela *Internet*.

10A Banca Examinadora constitui última instância para recurso e revisão, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual serão indeferidos, liminarmente, recursos ou revisões adicionais.

XIII - DO RESULTADO DAS PROVAS

1 Os resultados das Provas Objetivas serão divulgados por Edital, publicados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O Rio, no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M. e disponibilizados no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>, e dele constarão as notas, por conteúdo, de **todos** os candidatos convocados.

2 O resultado da Prova Discursiva será divulgado por Edital, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O Rio, no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M. e disponibilizado no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>, e dele constarão as notas, por conteúdo, de **todos** os candidatos convocados para esta etapa.

3 O resultado da Prova de Títulos será divulgado por Edital, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O Rio, no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M. e disponibilizado no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>, e dele constarão as notas, por conteúdo, de **todos** os candidatos convocados para esta etapa.

XIV - DO RESULTADO FINAL

1 O resultado final do Concurso Público será divulgado por Edital, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O Rio, no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M. e disponibilizado no *site* **<http://concursos.rio.rj.gov.br>**.

2 Do resultado final constarão, **apenas**, os candidatos aprovados nas Provas Objetivas e Discursiva, em ordem decrescente de pontos, mediante o somatório das notas obtidas na Prova e dos pontos alcançados na aferição dos Títulos.

2.1 na hipótese de igualdade de pontos, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- 1º maior nota na Prova Discursiva;
- 2º maior nota no conteúdo de Área de Conhecimento, na Prova Objetiva;
- 3º maior nota no conteúdo de Legislação Municipal, Processo e Poder, na Prova Objetiva;
- 4º maior nota no conteúdo de Língua Portuguesa , na Prova Objetiva;
- 5º o mais idoso.

2.1.1 em observância à Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, os candidatos por ela amparados terão critério de desempate diferenciado;

2.1.2 para aplicação do critério de desempate estabelecido no item 2.1.1, será considerada a idade que o candidato tiver no último dia de inscrição **(08/10/2014)**.

XV - DO PROVIMENTO E ADMISSÃO NO CARGO

1 O provimento no cargo obedecerá, rigorosamente, à ordem da Classificação Final dos candidatos aprovados e às disposições legais pertinentes, considerando ainda o resultado dos beneficiários da Lei n.º 2.111/1994 e da Lei 5.695/2014.

2 No ato da posse, o candidato deverá comprovar a qualificação essencial exigida para o ingresso no cargo, conforme o constante no item 3 do Título I e do item 6 deste Título.

3 O candidato aprovado, quando convocado, deverá apresentar-se à Gerência de Perícias Médicas, de acordo com escala a ser divulgada na época própria, para exame admissional, devendo, neste momento, estar de posse de exame oftalmológico e, quando com 35 (trinta e cinco) anos ou mais, de exame eletrocardiográfico.

3.1 ao serem avaliados pelos Médicos Peritos da Gerência de Perícias Médicas da Secretaria Municipal de Administração, outros exames poderão ser solicitados, na dependência do exame clínico.

4 Somente serão aceitos exames realizados em até 30 dias imediatamente anteriores ao ato da apresentação.

5 Somente será provido no cargo o candidato considerado APTO no exame de saúde admissional, de caráter eliminatório.

6 Por ocasião da posse, serão exigidos dos candidatos originais e xerox dos seguintes documentos:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- PIS ou PASEP;
- Título de Eleitor e último comprovante de votação;
- Três fotos 3x4 (iguais), coloridas, recentes e de frente;
- Comprovante da qualificação exigida;
- Certificado de Reservista, se do sexo masculino;

- Certidão de Casamento (se casado) ou da Certidão de Nascimento (se solteiro);
- comprovante de residência em seu nome, onde conste seu endereço completo, inclusive o Código de Endereçamento Postal – CEP;
- declaração de não exercer cargo/emprego na Administração Pública Direta ou Indireta, inclusive Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Federal, Estadual ou Municipal, excetuados os casos previstos em lei.

7 Os documentos citados no item 6 serão exigidos, apenas, dos candidatos aprovados e convocados para posse, não sendo aceitos protocolos.

8 O candidato deverá assinar declaração de veracidade dos documentos apresentados, bem como das informações prestadas, sob pena de anulação do ato de nomeação.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1 O certame será regulado por este Edital, organizado e executado pela Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos da Secretaria Municipal de Administração.

2 A Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos não se responsabiliza pela comercialização de apostilas referentes ao concurso.

3 A aprovação no concurso assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e dentro do prazo de validade do concurso.

4 A jornada de trabalho será organizada para atender às necessidades do Município do Rio de Janeiro, observada a carga horária específica do cargo efetivo.

5 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova ou convocação do candidato, desde que verificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.

6 O concurso será homologado pelo Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sendo o ato respectivo publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M.

7 Todas publicações referentes a etapas do concurso (convocações, avisos e resultados) serão publicados, exclusivamente, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O.Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M.

7.1 é de responsabilidade da Câmara Municipal do Rio de Janeiro a convocação dos candidatos para posse.

7.1.1 o candidato habilitado deverá acompanhar as publicações, no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – D.C.M, referentes à convocação para posse.

8 O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Superior.

9 Não será investido no cargo o candidato que, na condição de ex-servidor, tenha nos últimos cinco anos sido demitido de cargo público municipal, tido sua aposentadoria cassada por danos ao serviço público ou tido contrato de trabalho com esta Municipalidade rescindido por justa causa, conforme o disposto no Decreto Municipal n.º 17.930/1999.

10 Os candidatos aprovados e classificados além do número de vagas constantes do quadro do Título I, item 1, farão parte do banco de concursados, suscetível de aproveitamento durante o período de validade do concurso, de acordo com o interesse da Administração Pública Municipal.

11 Durante o desenvolvimento do processo, o candidato é responsável pela atualização de endereço, junto à Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos. **Após a homologação do concurso, o candidato aprovado é responsável pela atualização do endereço junto à**

Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A não atualização poderá gerar prejuízos ao candidato, sem nenhuma responsabilização para a Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos da Secretaria Municipal de Administração e nem para Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

11.1 a Secretaria Municipal de Administração e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro não se responsabilizam nos casos decorrentes de:

- a) endereço não atualizado;
- b) correspondência devolvida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- c) correspondência recebida por terceiros.

12As informações referentes à classificação e à nota do candidato não serão transmitidas por telefone, em hipótese alguma.

13As dúvidas, oriundas das informações neste Edital, poderão ser dirimidas na Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos, Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Anexo, 10º andar - Ala B - Cidade Nova/RJ, de 2ª a 6ª feira, das 10h às 16h; através dos telefones 2976-1612 ou 2976-1103.

14Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital somente poderão ser feitas por meio de outro edital.

15Os casos omissos serão submetidos à apreciação do Secretário Municipal de Administração de comum acordo com o Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2014

PAULO JOBIM FILHO
Secretário Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONSULTOR LEGISLATIVO – SEM ESPECIALIDADE

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Estruturação do texto e dos parágrafos. 1.2 Características e função, considerando o tipo (descritivo, narrativo, dissertativo, injuntivo) e o gênero do texto. 1.3 Localização de informações explícitas; inferência de informações implícitas. 1.4 Sentido e significado de vocábulos e expressões no contexto. **2. Coerência e coesão** na articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. **3. Variação da língua.** 3.1 Seleção vocabular e organização frasal adequadas ao contexto de uso. 3.2 Registro formal escrito: correção, clareza, precisão, concisão. **4. Redação oficial.** **5. Estrutura e formação de palavras** – valor morfológico e semântico dos elementos mórficos. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. **6. Ortografia oficial.** 6.1 Acentuação gráfica – segundo o atual acordo ortográfico. 6.2 Emprego de letras. 6.3 Emprego do hífen. **7. Uso e função das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito.** 7.1 Substantivo, adjetivo, artigo e numeral – a relação determinante/determinado. 7.2 Pronome: classificação, emprego, colocação e formas de tratamento. 7.3 Advérbio, preposição e conjunção: emprego e valor semântico. **8. Flexão verbal.** 8.1 Emprego e valor semântico de tempos, modos e vozes verbais. 8.2 Correlação entre tempos verbais. 8.3. Concordância verbal. **9. Flexão de número e gênero:** concordância nominal. **10. Regência nominal e verbal.** 10.1 Ocorrência de crase. **11. Relações sintáticas e semânticas entre termos, orações e segmentos de texto.** 11.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto – coordenação e subordinação. 11.2 Termos oracionais. 11.3 Figuras de sintaxe. 11.4 Colocação de termos na oração. **12. Equivalência e transformação de estruturas sintático-semânticas.** Reescrita de frases. **13. Emprego dos sinais de pontuação.** **14. Denotação e conotação.** 14.1 Uso e sentido das figuras de palavra e de pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. 2008. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf

OBS. A prova de língua portuguesa priorizará a consciência do uso da língua e, não, o conhecimento de termos técnicos ou a citação de regras gramaticais.

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO E ANALÍTICO

1. Operações com conjuntos. 2. Raciocínio lógico numérico: problemas envolvendo operações com números reais e raciocínio sequencial. 3. Conceito de proposição: valores lógicos das proposições; conectivos, negação e tabela-verdade. 4. Argumentação lógica, estruturas lógicas e diagramas lógicos. 5. Equivalências e implicações lógicas. 6. Quantificadores universal e existencial. 7. Problemas de Contagem: Princípios aditivo e multiplicativo. Arranjos, combinações e permutações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CESAR, Benjamin e MORGADO, Augusto C. - Raciocínio Lógico - Quantitativo. Série Provas e Concursos. 4ª edição. Ed. Campus, 2009.

NUNES, Mauro César; CABRAL, Luiz Cláudio – Raciocínio Lógico e Matemática Para Concursos. 7ª edição – Editora Elsevier/Campus, 2011.

ROCHA, Enrique. Raciocínio Lógico para Concursos - 3ª ed. Editora Impetus, 2010.

LILÓ ABDALLA, Samuel – Raciocínio Lógico para concursos – 1ª edição – Editora Saraiva, 2012.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Microinformática. Noções básicas sobre hardware e software. Conceitos. Características. Componentes e Funções. Dispositivos de armazenamento e de impressão, de entrada e de saída de dados. Barramentos. Interfaces. Conexões. Discos rígidos, pendrives, CD-R, DVD e Blu-Ray, impressoras. Ambientes Microsoft Windows XP/Vista/7/8 BR e Ubuntu Linux: conceitos, características, comandos, atalhos de teclado e emprego dos recursos. Conhecimentos e utilização dos recursos de gerenciamento de arquivos (Windows Explorer/Computador, KDE e Nautilus). Conhecimentos sobre editores de texto, planilhas eletrônicas e editor de apresentações (MS Office 2007/2010 BR e LibreOffice 4.1): conceitos, características, atalhos de teclado e emprego dos recursos. Web, Internet, Intranet, Extranet, E-mail, WebMail: conceitos, características, atalhos de teclado e emprego de recursos de navegadores (browsers Internet Explorer 9 BR X Mozilla Firefox v23.0.1 X Google Chrome v29 X Safari). Outlook do pacote MSOffice 2007/2010BR e Mozilla Thunderbird 3.1.9

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CASTILHO, Ana Lucia. Informática para Concursos: Teoria e Questões: Série Concursos, Ed. Ferreira, 2012.

GAGNE, G. & GALVIN, P. B. & SILBERSCHATZ, A. – Fundamentos de Sistemas Operacionais – Princípios Básicos, LTC, 2013.

HELDMAN, Kim. – Gerência de Projetos, 6ª edição, Campus, 2006.

MANZANO, José Augusto N. G. Guia Prático de Informática, Érica, 2011.

MANZANO, André Luiz N. G. Microsoft Windows 7 Professional, Érica, 2010.

Manuais técnicos oficiais dos fabricantes de equipamentos / periféricos e help/ajuda de hardware e software (Windows 7 BR, MSOffice 2007/2010 BR, Ubuntu Linux e LibreOffice).

TANENBAUM & WETHERALL. Redes de Computadores, Pearson, 2011.

VELLOSO, F. C. Informática – Conceitos Básicos, Campus, 2011.

DIREITO FINANCEIRO E CONTROLE EXTERNO E INTERNO

I- Direito Financeiro

Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercícios Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução;

Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório de Gestão Fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento Aplicado ao Setor Público. Editora Atlas. 2012.
- GIACOMONI, James. Orçamento Público. Editora Atlas. 14ª ed. 2007
- KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.
- Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169 e art. 70 a 75).
- BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*.
- BRASIL. LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (e atualizações posteriores).
- BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), e alterações.
- Portaria MOG nº 42* de 14 de abril de 1999.
- Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 5ª edição 2013. www.tesouro.gov.br
- MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, 5ª EDIÇÃO. (Parte I, II e III) www.tesouro.gov.br

II- Controle Externo e Interno

1. Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), Declaração de Lima e Declaração do México. 2. Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 75 da Constituição Federal). 3. Controle da Administração Pública: conceito; abrangência. 4. Sistema de controle externo. 5. Controle externo no Brasil. 6. Regras constitucionais sobre controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 7. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. 8. Controle de constitucionalidade e os Tribunais de Contas. 9. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 10. Controle interno e os Tribunais de Contas. 11. Controle externo e interno na Constituição Federal. 12. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: Arts. 87 a 98; Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 13. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. 14. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro: NAG 1000 - Normas Gerais; NAG 2000 - Relativas aos Tribunais de Contas; NAG 3000 - Relativas aos Profissionais de Auditoria Governamental; NAG 4000 - Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- ____. Lei Complementar Federal n.º 101/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm
- ____. Lei Complementar Federal n.º 131/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm
- ____. Lei nº 289, de 25 de novembro de 1981, alterada pela Lei Complementar nº 82, de 05 de julho de 2007.
- ____. Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
- ____. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>.
- ____. Deliberação Nº 183/2011. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/Informa/RI2.pdf>

____. Deliberação Nº 198/2014. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

____. Deliberação Nº 199/2014. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Normas de Auditoria Governamental - NAGs:Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro. 2010. 88p. Disponível em: <http://www.irbcontas.org.br/noticia/normas-de-auditoria-governamental-nags/88>

GUERRA, Evandro Martins. Os Controles Externo e Interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2ed. 2005.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª edição., [s.l.]: Malheiros, 2010.

AGUIAR, Ubiratan; ALBUQUERQUE, Marcio; MEDEIROS, Paulo. A Administração Pública Sob a Perspectiva do Controle Externo. : Editora Fórum, 2011.

Dal Pozzo, Bresser Pereira; Tomaselli, Gabriela. As Funções do Tribunal de Contas e o Estado de Direito. Editora [Fórum. 2010.](#)

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Perspectivas teóricas da Administração Pública. 2. Fundamentos de Administração Pública. 3. Trajetória da Administração Pública. 4. Políticas Públicas. 5. Governança e Interações Multiatores em Redes Políticas. 6. Redes de Políticas. 7. Administração Pública brasileira. 8. Reformas administrativas. 9. Papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. 10. Uso de controles e indicadores de produtividade. 11. Gestão financeira e Orçamentária. 12. Gestão fiscal responsável. 13. Gestão da qualidade e foco nos processos, a natureza dos serviços e do negócio, as interações com os clientes, atributos da qualidade, indicadores de desempenho. 14. Gestão de Processos. 15. Empreendedorismo. 16. Governança corporativa. 17. Contabilidade Pública, serviço público, orçamento público, receita pública, despesa pública, licitações. 18. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO. Idalberto. Gestão com pessoas. Rio de Janeiro: Campus, 1999

FILGUEIRAS, José A. Contabilidade Pública. Freitas Bastos Editora: Rio de Janeiro, 2007.

GIL, Antônio L. Gestão da qualidade empresarial. Atlas: S. Paulo, 1997.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública. Rio de Janeiro: Atlas 1996.

MORAES, Elias. Gerenciando a qualidade. Kelps: Goiânia 2002.

MOTTA, Paulo Roberto. A ciência e a arte de ser dirigente. Record: Rio de Janeiro, 1991.

NASCIMENTO, Ronaldo Edson. Gestão Pública. Saraiva: São Paulo, 2010.

PROCOPIUCK, Mário. Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública. Atlas: S. Paulo, 2013.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. Governança corporativa no Brasil e no mundo. Campus: S. Paulo, 2010.

SORDI, José Osvaldo de. Gestão de processos, Saraiva: São Paulo, 2012.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Princípios constitucionais de natureza ética: Moralidade, Impessoalidade, Probidade, Motivação e Publicidade. 2. Normas penais relativas ao Servidor Público; Dos crimes contra a Fazenda Pública; Dos Crimes contra as Finanças Públicas 3. Decreto Municipal 13.319 e respectivas alterações. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL. Código Penal e Legislação Extravagante sobre os tipos penais relativos ao Servidor Público.

BRASIL. Decreto Municipal 13.319 de 20 de Outubro de 1994 e respectivas alterações.

BRASIL. Lei 8.429 de 02 de Junho de 1992 e respectivas alterações.

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais relacionados aos seguintes temas: 1. Política. 2. Economia. 3. Cidadania e Direitos Humanos. 4. Educação e Saúde. 5. Tecnologias da Informação e Comunicação. 6. Cultura, Esporte e Lazer. 7. Meio Ambiente. 8. Infraestrutura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ªed. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26>

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec. p. 121-159, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141998000300019&script=sci_arttext&tIng=pt>

GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3201>>

PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/jorge/v8n1_artigo_3.pdf>

PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007.

PRETTO, Nelson; PINTO, Claudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v.11. n.31. jan./abr. 2006, p.19-30.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2010.

RIO DE JANEIRO. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/controle_atividade_parlamentar.php?m1=legislacao&m2=lei_organica&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/organica.nsf/leiorg?OpenForm&Start=1&Count=30&Collapse=1>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

1. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título I – Dos Princípios Fundamentais (arts.1º a 13); Título II – Da Organização Municipal, Capítulo II – Da Competência do Município (arts.30 a 37), Capítulo III – Das Vedações (art. 38); Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Governo Municipal (art. 39), Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção I – Da Câmara Municipal (arts.40 a 43), Seção II – Das Atribuições da Câmara Municipal (arts.44 e 45), Seção III – Dos Vereadores (arts.46 a 51), Seção IV – Do Funcionamento da Câmara Municipal, Seção V – Do Processo legislativo, Seção VI – Da Procuradoria Geral da Câmara Municipal (art.86), Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts.87 a 98) 2. Constituição da República Federativa do Brasil: Título III – Da Organização do Estado, Capítulo IV – Dos Municípios (arts.29 a 31); Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo (art. 44 a 75) 3. Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivos do Município do Rio de Janeiro. 4. Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 5. Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e alterações*.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações*.

BRASIL. *Lei Municipal 94/79* (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e alterações).

BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro) e alterações.

BRASIL. *Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*.

ÁREA DE CONHECIMENTO (Direito Administrativo, Direito Constitucional e Administração)

I – Direito Administrativo

1. Regime Jurídico Administrativo: Princípios Administrativos (Expressos e Reconhecidos) 2. Administração Pública: conceito; Sentido Objetivo e Sentido Subjetivo. 3. Administração Direta e Indireta: Organização Administrativa: Centralização e Descentralização; Desconcentração; Administração Direta: Conceito; Natureza da Função; Abrangência; Composição; Contratos de Gestão; Administração Indireta: Conceito, Natureza da Função; Abrangência; Composição; Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mistas. 4. Órgãos Públicos: Conceito; Criação e Extinção; Teorias de Caracterização do Órgão; Capacidade Processual; Classificação. 5. Ato Administrativo: Conceito; Elementos; Discricionariedade e Vinculação; Características; Mérito Administrativo; Formação e Efeitos; Classificação; Espécies: Quanto à Forma de Exteriorização e Quanto ao Conteúdo; Extinção; Invalidação (ou Anulação); Convalidação; Revogação. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos. 6. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos: Uso e Abuso de Poder; Poderes Administrativos: Poder Discricionário, Poder Regulamentar e Poder de Polícia; Deveres dos Administradores Públicos; Hierarquia e Disciplina. 7. Contratos Administrativos: Conceito, Disciplina normativa, Sujeitos, Características e Espécies; Cláusulas de Privilégios; Equação Econômico-Financeira; Formalização; Duração, Prorrogação, Renovação e Inexecução do contrato administrativo; Extinção do Contrato Administrativo; Sanções Administrativas. 8. Convênios Administrativos. 9. Consórcios Públicos. 10. Licitação: conceito, natureza jurídica e disciplina normativa; Princípios Básicos e Correlatos; Dispensa e Inexigibilidade. Tipos de Licitação. Modalidades de Licitação. Lei 8.666/93. Pregão. Lei 10.520/2002. 11. Agentes Públicos: Classificação; Agentes de Fato; Servidores Públicos: Classificação; Regimes Jurídicos Funcionais; Organização Funcional; Classificação dos Cargos; Criação, Transformação e Extinção dos Cargos; Cessão de Servidores; Regime Constitucional. 12. Serviços Públicos: Conceito, Características, Classificação, Titularidade e Remuneração. Princípios que regem o serviço público: Generalidade, Continuidade, Eficiência e Modicidade; Execução de Serviço Público: direta e indireta; Regimes de Parceria: Regime de Convênios Administrativos; Regime de Contratos de Gestão; Gestão por Colaboração. 13. Concessão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Modalidades; Exigência de Licitação; Direitos e Obrigações dos Usuários; Prazo da Concessão; Intervenção na Concessão. Extinção da Concessão; Reversão; Permissão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Extinção da Permissão; Lei 8.987/95 e alterações. Diferença entre Concessão e Permissão; Autorização. 14. Bens Públicos: Conceito, Classificação e Regime Jurídico dos Bens Públicos; Afetação e Desafetação; Aquisição, Gestão e Alienação dos Bens Públicos; Espécies de Bens Públicos. 15. Responsabilidade Civil do Estado: Conceito; Evolução; Aplicação da Responsabilidade Objetiva; Improbidade Administrativa. Lei. 8.429/92 e alterações. 16. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. 17. Intervenção do Estado na Propriedade: fundamentos; Modalidades. Desapropriação. 18. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e classificação das formas de controle; Controle Interno e Externo; Controle Exercido pela Administração Sobre Seus Próprios Atos (Controle Administrativo); Controle Parlamentar (Controle Legislativo), Controle Jurisdicional (Controle Judiciário); Meios de Controle Jurisdicional; Controle de Mérito e de Legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL, *Lei Federal 8.666/93* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 10.520/2002* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.987/95* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.429/92* e alterações.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26 ed. Rio de Janeiro. 2013: Atlas.

II – Direito Constitucional

1. Constituição: Conceito, Objeto e Elementos; Classificações das Constituições, Supremacia da Constituição. 2. Poder Constituinte Originário e Derivado. 3. Reforma e Revisão da Constituição; Mutações Constitucionais. 4. Interpretação do Texto Constitucional e Aplicação das Normas Constitucionais; Métodos de Interpretação da Constituição; Princípios da Interpretação Constitucional. 5. Direitos Fundamentais; Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 6. Ações Constitucionais. 7. Organização do Estado: Características Básicas do Estado Federal; Soberania e Autonomia; União; Estados; Distrito Federal e Territórios. 8. Repartição de Competências na Constituição de 1988. 9. Intervenção Federal e Estadual. 10. Controle de Constitucionalidade: Evolução; Controle Preventivo e Repressivo; Controle Concentrado e Difuso; Controle Incidental e Concreto; Decisões no Controle de Constitucionalidade de Normas e seus Efeitos. 11. Poder Legislativo; Processo Legislativo. Iniciativa Comum. Iniciativa Reservada. Iniciativa Privativa de Órgãos do Poder Judiciário. Iniciativa Privativa do Ministério Público. Iniciativa Privativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Iniciativa Privativa do Presidente da República. Discussão. Votação. Sanção ou Veto. Promulgação e Publicação. Espécies Legislativas. 12. Poder Executivo. 13. Poder Judiciário. 14. Funções Essenciais à Justiça. 15. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 16. Princípios da Ordem Tributária. Imunidades. 17. Princípios da Ordem Econômica e Financeira. 18. Ordem Social: Da seguridade Social; Da Educação, Da Cultura e Do Desporto; Da Ciência e Tecnologia; Da Comunicação Social; Do Meio Ambiente; Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, dos Índios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*. 8.ed. 2013: Saraiva.

III- Administração

1. Processo administrativo. 2. A organização e seu ambiente, a natureza das organizações, evolução. 3. Organização em ambiente de mudança global. 4. Gestão por processos. 5. Comportamento organizacional: motivação, liderança e desempenho. 6. Teoria Geral da Administração: introdução, primórdios da administração, abordagem clássica, humanística, neoclássica, estruturalista, comportamental, sistêmica e contingencial da administração. 7. Liderança, motivação e níveis administrativos. 8. Sistemas de Informações Gerenciais. 9. Planejamento. 10. Organização. 11. Direção e controle. 12. Características básicas das organizações formais. 13. Planejamento estratégico. 14. Gestão por Processo. 15. Governança corporativa. 16. Gerenciamento de projetos. 17. Orçamento empresarial. 18. Contabilidade Pública, serviço público, orçamento público, receita pública, despesa pública, licitações. 19. Administração financeira. 20. Gestão de pessoas: recrutamento e seleção; modelagem de cargos e avaliação de desempenho; remuneração e programas de incentivo; treinamento e desenvolvimento. 21. Amplitude de controle e níveis hierárquicos. 22. Estruturas organizacionais. 23. Análise administrativa. 24. Administração de marketing. 25. Gestão da qualidade em serviços. 26. Organização, sistemas e métodos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, L.C. *Organização, sistemas e métodos*. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

BRIGHAM, Eugene. *Fundamentos da moderna administração financeira*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CERTO, Samuel C. *A administração moderna*. Pearson: S. Paulo, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão com pessoas*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DUBRIN, Andrew. *Princípios de administração*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

FILGUEIRAS, José A. *Contabilidade Pública*. Freitas Bastos Editora: Rio de Janeiro, 2007.

GIL, Antônio L. *Gestão da qualidade empresarial*. Atlas: S. Paulo, 1997.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. *Administração de Materiais*. Campus: Rio de Janeiro, 2004.

GROPELLI & NIKBAKHT. Administração financeira. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998.
HALL, Richard. Organizações, estrutura, processos e resultados. S. Paulo: Pearson, 2004.
KERZNER. H. Gerenciamento de projetos. Blucher: S. Paulo, 2011.
KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública. Rio de Janeiro: Atlas 1996.
KOTLER, P. e KOTLER k. Administração de Marketing. Pearson: S. Paulo, 2006.
LAUDON, k.& LAUDON J. Sistemas de informação.. LTC: Rio de Janeiro, 2003.
MARTINS, Petrônio & ALT, Paulo R. Administração de materiais e recursos patrimoniais. Rio de Janeiro: Saraiva, 2000.
MAXIMIANO, Antônio C.A. Teoria geral da administração. Atlas: S. Paulo, 2000.
MORAES, Elias. Gerenciando a qualidade. Kelps: Goiânia 2002.
O'BRIEN, J. Sistemas de informação. Saraiva: S. Paulo, 2001.
PADOVEZE C. e TARANTO. Orçamento empresarial. Pearson: S. Paulo, 2009.
ROBBINS, S. e COULTER M. Administração. Rio de Janeiro: PHB, 1998.
SILVA, Reinaldo da. Teorias da administração. Rio de Janeiro: Pioneira, 2001.
SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. Governança corporativa no Brasil e no mundo. Campus: S. Paulo, 2010.
SORDI, José Osvaldo de. Gestão de processos, Saraiva: São Paulo, 2012.
WAGNER III & HOLLENBECK. Comportamento organizacional. S. Paulo: Saraiva, 2000.

CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA: Direito

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Estruturação do texto e dos parágrafos. 1.2 Características e função, considerando o tipo (descritivo, narrativo, dissertativo, injuntivo) e o gênero do texto. 1.3 Localização de informações explícitas; inferência de informações implícitas. 1.4 Sentido e significado de vocábulos e expressões no contexto. **2. Coerência e coesão** na articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. **3. Variação da língua.** 3.1 Seleção vocabular e organização frasal adequadas ao contexto de uso. 3.2 Registro formal escrito: correção, clareza, precisão, concisão. **4. Redação oficial.** **5. Estrutura e formação de palavras** – valor morfológico e semântico dos elementos mórficos. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. **6. Ortografia oficial.** 6.1 Acentuação gráfica – segundo o atual acordo ortográfico. 6.2 Emprego de letras. 6.3 Emprego do hífen. **7. Uso e função das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito.** 7.1 Substantivo, adjetivo, artigo e numeral – a relação determinante/determinado. 7.2 Pronome: classificação, emprego, colocação e formas de tratamento. 7.3 Advérbio, preposição e conjunção: emprego e valor semântico. **8. Flexão verbal.** 8.1 Emprego e valor semântico de tempos, modos e vozes verbais. 8.2 Correlação entre tempos verbais. 8.3. Concordância verbal. **9. Flexão de número e gênero:** concordância nominal. **10. Regência nominal e verbal.** 10.1 Ocorrência de crase. **11. Relações sintáticas e semânticas entre termos, orações e segmentos de texto.** 11.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto – coordenação e subordinação. 11.2 Termos oracionais. 11.3 Figuras de sintaxe. 11.4 Colocação de termos na oração. **12. Equivalência e transformação de estruturas sintático-semânticas.** Reescrita de frases. **13. Emprego dos sinais de pontuação.** **14. Denotação e conotação.** 14.1 Uso e sentido das figuras de palavra e de pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. 2008. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf

OBS. A prova de língua portuguesa priorizará a consciência do uso da língua e, não, o conhecimento de termos técnicos ou a citação de regras gramaticais.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Microinformática. Noções básicas sobre hardware e software. Conceitos. Características. Componentes e Funções. Dispositivos de armazenamento e de impressão, de entrada e de saída de dados. Barramentos. Interfaces. Conexões. Discos rígidos, pendrives, CD-R, DVD e Blu-Ray, impressoras. Ambientes Microsoft Windows XP/Vista/7/8 BR e Ubuntu Linux: conceitos, características, comandos, atalhos de teclado e emprego dos recursos. Conhecimentos e utilização dos recursos de gerenciamento de arquivos (Windows Explorer/Computador, KDE e Nautilus). Conhecimentos sobre editores de texto, planilhas eletrônicas e editor de apresentações (MS Office 2007/2010 BR e LibreOffice 4.1): conceitos, características, atalhos de teclado e emprego dos recursos. Web, Internet, Intranet, Extranet, E-mail, WebMail: conceitos, características, atalhos de teclado e emprego de recursos de navegadores (browsers Internet Explorer 9 BR X Mozilla Firefox v23.0.1 X Google Chrome v29 X Safari). Outlook do pacote MSOffice 2007/2010BR e Mozilla Thunderbird 3.1.9

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CASTILHO, Ana Lucia. *Informática para Concursos: Teoria e Questões: Série Concursos*, Ed. Ferreira, 2012.

GAGNE, G. & GALVIN, P. B. & SILBERSCHATZ, A. – *Fundamentos de Sistemas Operacionais – Princípios Básicos*, LTC, 2013.

HELDMAN, Kim. – *Gerência de Projetos*, 6ª edição, Campus, 2006.

MANZANO, José Augusto N. G. *Guia Prático de Informática*, Érica, 2011.

MANZANO, André Luiz N. G. *Microsoft Windows 7 Professional*, Érica, 2010.

Manuais técnicos oficiais dos fabricantes de equipamentos / periféricos e help/ajuda de hardware e software (Windows 7 BR, MSOffice 2007/2010 BR, Ubuntu Linux e LibreOffice).

TANENBAUM & WETHERALL. *Redes de Computadores*, Pearson, 2011.

VELLOSO, F. C. *Informática – Conceitos Básicos*, Campus, 2011.

DIREITO FINANCEIRO E CONTROLE EXTERNO E INTERNO

I- Direito Financeiro

Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercícios Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência;

Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório de Gestão Fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento Aplicado ao Setor Público. Editora Atlas. 2012.
- GIACOMONI, James. Orçamento Público. Editora Atlas. 14ª ed. 2007
- KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.
- Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169 e art. 70 a 75).
- BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*.
- BRASIL. LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (e atualizações posteriores).
- BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), e alterações.
- Portaria MOG nº 42* de 14 de abril de 1999.
- Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 5ª edição 2013. www.tesouro.gov.br
- MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, 5ª EDIÇÃO. (Parte I, II e III) www.tesouro.gov.br

II- Controle Externo e Interno

1. Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), Declaração de Lima e Declaração do México. 2. Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 75 da Constituição Federal). 3. Controle da Administração Pública: conceito; abrangência. 4. Sistema de controle externo. 5. Controle externo no Brasil. 6. Regras constitucionais sobre controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 7. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. 8. Controle de constitucionalidade e os Tribunais de Contas. 9. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 10. Controle interno e os Tribunais de Contas. 11. Controle externo e interno na Constituição Federal. 12. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: Arts. 87 a 98; Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 13. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. 14. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro: NAG 1000 - Normas Gerais; NAG 2000 - Relativas aos Tribunais de Contas; NAG 3000 - Relativas aos Profissionais de Auditoria Governamental; NAG 4000 - Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- ____. Lei Complementar Federal n.º 101/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm
- ____. Lei Complementar Federal n.º 131/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm
- ____. Lei nº 289, de 25 de novembro de 1981, alterada pela Lei Complementar nº 82, de 05 de julho de 2007.
- ____. Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
- ____. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>.
- ____. Deliberação Nº 183/2011. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/Informa/RI2.pdf>
- ____. Deliberação Nº 198/2014. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.
- ____. Deliberação Nº 199/2014. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Normas de Auditoria Governamental - NAGs:Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro. 2010. 88p. Disponível em: <http://www.irbcontas.org.br/noticia/normas-de-auditoria-governamental-nags/88>

GUERRA, Evandro Martins. Os Controles Externo e Interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2ed. 2005.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª edição., [s.l.]: Malheiros, 2010.

AGUIAR, Ubiratan; ALBUQUERQUE, Marcio; MEDEIROS, Paulo. A Administração Pública Sob a Perspectiva do Controle Externo. : Editora Fórum, 2011.

Dal Pozzo, Bresser Pereira; Tomaselli, Gabriela. As Funções do Tribunal de Contas e o Estado de Direito. Editora [Fórum. 2010.](#)

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Perspectivas teóricas da Administração Pública. 2. Fundamentos de Administração Pública. 3. Trajetória da Administração Pública. 4. Políticas Públicas. 5. Governança e Interações Multiatores em Redes Políticas. 6. Redes de Políticas. 7. Administração Pública brasileira. 8. Reformas administrativas. 9. Papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. 10. Uso de controles e indicadores de produtividade. 11. Gestão financeira e Orçamentária. 12. Gestão fiscal responsável. 13. Gestão da qualidade e foco nos processos, a natureza dos serviços e do negócio, as interações com os clientes, atributos da qualidade, indicadores de desempenho. 14. Gestão de Processos. 15. Empreendedorismo. 16. Governança corporativa. 17. Contabilidade Pública, serviço público, orçamento público, receita pública, despesa pública, licitações. 18. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão com pessoas. Rio de Janeiro: Campus, 1999

FILGUEIRAS, José A. Contabilidade Pública. Freitas Bastos Editora: Rio de Janeiro, 2007.

GIL, Antônio L. Gestão da qualidade empresarial. Atlas: S. Paulo, 1997.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública. Rio de Janeiro: Atlas 1996.

MORAES, Elias. Gerenciando a qualidade. Kelps: Goiânia 2002.

MOTTA, Paulo Roberto. A ciência e a arte de ser dirigente. Record: Rio de Janeiro, 1991.

NASCIMENTO, Ronaldo Edson. Gestão Pública. Saraiva: São Paulo, 2010.

PROCOPIUCK, Mário. Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública. Atlas: S. Paulo, 2013.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. Governança corporativa no Brasil e no mundo. Campus: S. Paulo, 2010.

SORDI, José Osvaldo de. Gestão de processos, Saraiva: São Paulo, 2012.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Princípios constitucionais de natureza ética: Moralidade, Impessoalidade, Probidade, Motivação e Publicidade. 2. Normas penais relativas ao Servidor Público; Dos crimes contra a Fazenda Pública; Dos Crimes contra as Finanças Públicas 3. Decreto Municipal 13.319 e respectivas alterações. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL. Código Penal e Legislação Extravagante sobre os tipos penais relativos ao Servidor Público.

BRASIL. Decreto Municipal 13.319 de 20 de Outubro de 1994 e respectivas alterações.

BRASIL. Lei 8.429 de 02 de Junho de 1992 e respectivas alterações.

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais relacionados aos seguintes temas: 1. Política. 2. Economia. 3. Cidadania e Direitos Humanos. 4. Educação e Saúde. 5. Tecnologias da Informação e

Comunicação. 6. Cultura, Esporte e Lazer. 7. Meio Ambiente. 8. Infraestrutura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ªed. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26>
- CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec. p. 121-159, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141998000300019&script=sci_arttext&tlng=pt>
- GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3201>>
- PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/jorge/v8n1_artigo_3.pdf>
- PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PRETTO, Nelson; PINTO, Claudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v.11. n.31. jan./abr. 2006, p.19-30.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2010.
- RIO DE JANEIRO. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.camara.rj.gov.br/controlatividadeparlamentar.php?m1=legislacao&m2=leiorganica&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/organica.nsf/leiorg?OpenForm&Start=1&Count=30&Collapse=1>>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

1. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título I – Dos Princípios Fundamentais (arts.1º a 13); Título II – Da Organização Municipal, Capítulo II – Da Competência do Município (arts.30 a 37), Capítulo III – Das Vedações (art. 38); Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Governo Municipal (art. 39), Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção I – Da Câmara Municipal (arts.40 a 43), Seção II – Das Atribuições da Câmara Municipal (arts.44 e 45), Seção III – Dos Vereadores (arts.46 a 51), Seção IV – Do Funcionamento da Câmara Municipal, Seção V – Do Processo legislativo, Seção VI – Da Procuradoria Geral da Câmara Municipal (art.86), Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts.87 a 98) 2. Constituição da República Federativa do Brasil: Título III – Da Organização do Estado, Capítulo IV – Dos Municípios (arts.29 a 31); Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo (art. 44 a 75) 3. Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivos do Município do Rio de Janeiro. 4. Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 5. Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e alterações*.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações*.
- BRASIL. *Lei Municipal 94/79* (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e alterações).
- BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro) e alterações.
- BRASIL. *Regimento Interno da Câmara Municipal* do Rio de Janeiro.

ÁREA DE CONHECIMENTO (Direito Administrativo, Constitucional, Tributário, Civil e Leis especiais)

I- Direito Administrativo

1. Regime Jurídico Administrativo: Princípios Administrativos (Expressos e Reconhecidos) 2. Administração Pública: conceito; Sentido Objetivo e Sentido Subjetivo. 3. Administração Direta e Indireta: Organização Administrativa: Centralização e Descentralização; Desconcentração; Administração Direta: Conceito; Natureza da Função; Abrangência; Composição; Contratos de Gestão; Administração Indireta: Conceito, Natureza da Função; Abrangência; Composição; Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mistas. 4. Órgãos Públicos: Conceito; Criação e Extinção; Teorias de Caracterização do Órgão; Capacidade Processual; Classificação. 5. Ato Administrativo: Conceito; Elementos; Discricionariedade e Vinculação; Características; Mérito Administrativo; Formação e Efeitos; Classificação; Espécies: Quanto à Forma de Exteriorização e Quanto ao Conteúdo; Extinção; Invalidação (ou Anulação); Convalidação; Revogação. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos. 6. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos: Uso e Abuso de Poder; Poderes Administrativos: Poder Discricionário, Poder Regulamentar e Poder de Polícia; Deveres dos Administradores Públicos; Hierarquia e Disciplina. 7. Contratos Administrativos: Conceito, Disciplina normativa, Sujeitos, Características e Espécies; Cláusulas de Privilégios; Equação Econômico-Financeira; Formalização; Duração, Prorrogação, Renovação e Inexecução do contrato administrativo; Extinção do Contrato Administrativo; Sanções Administrativas. 8. Convênios Administrativos. 9. Consórcios Públicos. 10. Licitação: conceito, natureza jurídica e disciplina normativa; Princípios Básicos e Correlatos; Dispensa e Inexigibilidade. Tipos de Licitação. Modalidades de Licitação. Lei 8.666/93. Pregão. Lei 10.520/2002. 11. Agentes Públicos: Classificação; Agentes de Fato; Servidores Públicos: Classificação; Regimes Jurídicos Funcionais; Organização Funcional; Classificação dos Cargos; Criação, Transformação e Extinção dos Cargos; Provimento; Reingresso; Vacância; Cessão de Servidores; Regime Constitucional. 12. Serviços Públicos: Conceito, Características, Classificação, Titularidade e Remuneração. Princípios que regem o serviço público: Generalidade, Continuidade, Eficiência e Modicidade; Execução de Serviço Público: direta e indireta; Delegação Legal e Negocial; Novas Formas de Prestação dos Serviços Públicos; Desestatização e Privatização; Gestão Associada; Regimes de Parceria: Regime de Convênios Administrativos; Regime de Contratos de Gestão; Gestão por Colaboração. 13. Concessão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Modalidades; Exigência de Licitação; Direitos e Obrigações dos Usuários; Prazo da Concessão; Intervenção na Concessão. Extinção da Concessão; Reversão; Permissão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Extinção da Permissão; Lei 8.987/95 e alterações. Concessão Especial de Serviços Públicos (Parcerias público-privadas) Lei 11.079/2004 e alterações. Diferença entre Concessão e Permissão; Autorização. 14. Bens Públicos: Conceito, Classificação e Regime Jurídico dos Bens Públicos; Afetação e Desafetação; Aquisição, Gestão e Alienação dos Bens Públicos; Espécies de Bens Públicos. 15. Responsabilidade Civil do Estado: Conceito; Evolução; Aplicação da Responsabilidade Objetiva; Atos Legislativos; Atos Judiciais; Reparação do Dano; Direito de Regresso; Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa dos Agentes Públicos; Improbidade Administrativa. Lei. 8.429/92 e alterações. 16. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. 17. Intervenção do Estado na Propriedade: fundamentos; Modalidades. Desapropriação. 18. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e classificação das formas de controle; Controle Interno e Externo; Controle Exercido pela Administração Sobre Seus Próprios Atos (Controle Administrativo); Controle Parlamentar (Controle Legislativo), Controle Jurisdicional (Controle Judiciário); Meios de Controle Jurisdicional; Controle de Mérito e de Legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL, *Lei Federal 8.666/93* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 10.520/2002* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.987/95* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 11.079/2004* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.429/92* e alterações.

II – Direito Constitucional

1. Constituição: Conceito, Objeto e Elementos; Classificações das Constituições, Supremacia da Constituição. 2. Poder Constituinte Originário e Derivado. 3. Reforma e Revisão da Constituição; Mutações Constitucionais. 4. Interpretação do Texto Constitucional e Aplicação das Normas Constitucionais; Métodos de Interpretação da Constituição; Princípios da Interpretação Constitucional. 5. Direitos Fundamentais; Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 6. Ações Constitucionais: *Habeas Corpus*; Mandado de Segurança; Mandado de Injunção; *Habeas Data*; Ação Popular; Ação Civil Pública. 7. Organização do Estado: Características Básicas do Estado Federal; Soberania e Autonomia; União; Estados; Distrito Federal e Territórios. 8. Repartição de Competências na Constituição de 1988. 9. Intervenção Federal e Estadual. 10. Controle de Constitucionalidade: Evolução; Controle Preventivo e Repressivo; Controle Concentrado e Difuso; Controle Incidental e Concreto; Decisões no Controle de Constitucionalidade de Normas e seus Efeitos; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. 11. Representação Interventiva. Segurança e Estabilidade das Decisões em Controle Abstrato de Constitucionalidade e a Reclamação Constitucional. Controle Abstrato de Constitucionalidade do Direito Estadual e do Direito Municipal. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e o Controle dos Atos Municipais em Face da Constituição Federal. 12. Poder Legislativo; Processo Legislativo. Iniciativa Comum. Iniciativa Reservada. Iniciativa Privativa de Órgãos do Poder Judiciário. Iniciativa Privativa do Ministério Público. Iniciativa Privativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Iniciativa Privativa do Presidente da República. Discussão. Votação. Sanção ou Veto. Promulgação e Publicação. Espécies Legislativas. 13. Poder Executivo. 14. Poder Judiciário. 15. Funções Essenciais à Justiça. 16. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 17. Princípios da Ordem Tributária. Imunidades. 18. Princípios da Ordem Econômica e Financeira. 19. Ordem Social: Da seguridade Social; Da Educação, Da Cultura e Do Desporto; Da Ciência e Tecnologia; Da Comunicação Social; Do Meio Ambiente; Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, dos Índios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 8.ed. 2013: Saraiva.

III – Direito Tributário

1. Fontes do Direito Tributário. 2. Sistema Tributário Nacional: Princípios do Direito Tributário; Limitações ao Poder de Tributar. Impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Repartição das Receitas Tributárias. 3. Tributos: conceito; natureza jurídica; espécies; imposto; taxa; contribuições de melhoria; empréstimos compulsórios; contribuições. 4. Competência Tributária. 5. Legislação Tributária; Vigência e Aplicação da Legislação Tributária. 6. interpretação e integração da Legislação Tributária. 7. Obrigação Tributária; Fato Gerador; Obrigação Tributária Principal e Acessória; Sujeitos Ativo e Passivo da Obrigação Tributária: contribuinte e responsável; Solidariedade. 8. Domicílio Tributário. 9. Responsabilidade Tributária; Responsabilidade por Transferência e por Substituição; Responsabilidade por Sucessão; Responsabilidade de Terceiros; Responsabilidade por Infrações. 10. Crédito Tributário: Constituição do Crédito Tributário; Lançamento; Modalidades de Lançamento; Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário; Extinção do Crédito Tributário, Exclusão do Crédito Tributário; Garantia e Privilégios do Crédito Tributário. 11. Administração Tributária: fiscalização; dívida ativa; certidões negativas. 12. Impostos da União: Imposto sobre Importação; Imposto sobre Exportação; Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza; Imposto sobre Produtos Industrializados; Imposto sobre Operações

Financeiras; Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural; Imposto sobre Grandes Fortunas
13. Impostos dos Estados e do Distrito Federal: Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação; Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços; Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. 14. Impostos dos Municípios: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL, *Lei Federal 5.172/66 (Código Tributário Nacional)* e alterações.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 19. Ed. Rio de Janeiro. 2013: Renovar.

IV- Direito Civil

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Vigência, Aplicação, Interpretação e Integração das Leis; Conflito das Leis no Tempo; Eficácia da Lei no Espaço. 2. Pessoas Naturais: Existência, Personalidade; Capacidade; Nome; Estado; Domicílio; Direitos da Personalidade, Ausência. 3. Pessoas Jurídicas: Constituição; Extinção; Domicílio, Sociedades de Fato, Associações; Sociedades, Fundações; Desconsideração da Personalidade Jurídica; Responsabilidade. 4. Domicílio. 5. Bens: Conceito e Classificação. 6. Ato Jurídico: Fato e Ato Jurídico. 7. Negócio Jurídico: Disposições Gerais; Classificação; Interpretação; Elementos; Representação; Condição; Termo; Encargo; Defeitos do Negócio jurídico; Validade e Invalidade; Nulidade e Ineficácia do Negócio Jurídico; Conversão; Aproveitamento; Simulação. 8. Prescrição e Decadência. 9. Prova. 10. Obrigações: Características; Obrigações de Dar; Obrigações de Fazer e Obrigações de Não Fazer; Obrigações Alternativas; Obrigações com Faculdade de Substituição; Obrigações Divisíveis e Indivisíveis; Obrigações Solidárias; Obrigações Cíveis e Naturais, Obrigações de Meio. Obrigações de Resultado; Obrigações de Execução Instantânea, Deferida e Continuada; Obrigações Puras e Simples, Condicionais, a Termo e Modais; Obrigações Líquidas e Ilíquidas; Obrigações Principais e Acessórias; Transmissão das Obrigações; Adimplemento e Extinção das Obrigações; Inadimplemento das Obrigações. Mora. 11. Contratos: Disposições Gerais, Extinção; Espécies de Contratos Regulados no Código Civil. Disciplina Específica. 12. Atos Unilaterais. 13. Enriquecimento sem Causa. Pagamento Indevido. Promessa de Recompensa e Gestão de Negócios. 14. Responsabilidade Civil: Conceito; Elementos e Pressupostos. Teorias Subjetiva e Objetiva da Responsabilidade Civil. Responsabilidade por Fato de Outrem; Responsabilidade por fato da Coisa. Responsabilidade sem Culpa; Responsabilidade Solidária; Responsabilidade Civil por Perda de uma Chance. Regresso. Dano Material e Moral; Indenização; Excludentes. 15. Direito das Coisas; Posse; Origem Histórica da Posse; Teorias da Posse; Conceito; Posse e Detenção; Classificação da Posse. Aquisição e Perda da Posse. Efeitos da Posse; Direitos Reais: Conceito, Espécies; Aquisição dos Direitos Reais; Propriedade: Conceito; Elementos Constitutivos; Função Social da Propriedade; Restrições ao Direito de Propriedade. Aquisição da Propriedade Móvel e Propriedade Imóvel. Perda da Propriedade. Direitos de Vizinhança. Condomínio Geral. Condomínio Edilício. Propriedade Resolúvel. Propriedade Fiduciária. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direitos Reais de Garantia. 16. Família; Eficácia do Casamento. Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal. Proteção dos Filhos. Relações de Parentesco. Filiação. Reconhecimento dos Filhos. Poder Familiar: disposições gerais; exercício; suspensão e Extinção. Regime de Bens entre Cônjuges. Alimentos. União Estável. Tutela e Curatela. 17. Direito das Sucessões. Sucessão Legítima. Sucessão Testamentária. Inventário e Partilha. 18. Registros Públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, *Lei Federal 10.406/2002 (Código Civil)* e alterações.

TARTUCE, Flávio. *Manual de Direito Civil – Volume Único*. 4ª. Ed. São Paulo. 2014: Método.

V- Leis Especiais

1. Direitos do Consumidor. Princípios. Direitos Básicos do Consumidor. Fato e Vício do Produto e do Serviço. Responsabilidade do Fornecedor. Prescrição e Decadência. Cláusulas e Práticas Comerciais Abusivas. Oferta e Publicidade. Cobrança de Dívidas Banco de Dados e Cadastros. Defesa do Consumidor em Juízo. Prova. Inversão do ônus da Prova. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Sanções Administrativas e Penais. Política Nacional das Relações de Consumo. Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). 2. Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969 (Pacto de San José da Costa Rica). 3. Direito da Criança e do Adolescente. Princípios e Definições Gerais do Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. Da Família Substituta. Guarda. Adoção. Tutela. Medidas de Proteção. Medidas Aplicadas aos Pais e Responsáveis. Prevenção. Prática de Ato Infracional. Remissão. Medidas Socioeducativas. Juízo da Infância e da Juventude. Ministério Público. Advogado e Defensoria Pública. Serviços Auxiliares. Autorização para Viagem. Conselho Tutelar. Crimes e Infrações Administrativas. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.69/90) Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013). 4. Direito do Idoso. Estatuto do Idoso (Lei. 10.741/2003) 5. Direito das Pessoas com Deficiência. Decreto nº 6.949/2009, Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2006. 6. Direitos dos Animais. Responsabilidade Ambiental. Sanções Ambientais. Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais) Política Nacional do Meio Ambiente. Lei 6.938/81. 7. Direitos da Mulher. Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). 8. Normas Constitucionais aplicáveis ao Meio Ambiente, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, *Lei Federal 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e alterações.*
Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969 (Pacto de San José da Costa Rica)
BRASIL, *Lei Federal 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e alterações.*
BRASIL, *Lei Federal 12.852/2013 (Estatuto da Juventude).*
BRASIL, *Lei Federal 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e alterações.*
BRASIL, Decreto nº 6.949/2009.
BRASIL, *Lei Federal 9.605/98 e alterações.*
BRASIL, *Lei Federal 6.938/81 e alterações.*
BRASIL, *Lei Federal 11.340/2006 e alterações.*
BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações.*

CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA: FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Estruturação do texto e dos parágrafos. 1.2 Características e função, considerando o tipo (descritivo, narrativo, dissertativo, injuntivo) e o gênero do texto. 1.3 Localização de informações explícitas; inferência de informações implícitas. 1.4 Sentido e significado de vocábulos e expressões no contexto. **2. Coerência e coesão** na articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. **3. Variação da língua.** 3.1 Seleção vocabular e organização frasal adequadas ao contexto de uso. 3.2 Registro formal escrito: correção, clareza, precisão, concisão. **4. Redação oficial.** **5. Estrutura e formação de palavras** – valor morfológico e semântico dos elementos mórficos. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. **6. Ortografia oficial.** 6.1 Acentuação gráfica – segundo o atual acordo ortográfico. 6.2 Emprego de letras. 6.3 Emprego do hífen. **7. Uso e função das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito.** 7.1 Substantivo, adjetivo, artigo e numeral – a relação determinante/determinado. 7.2 Pronome: classificação, emprego, colocação e formas de tratamento. 7.3 Advérbio, preposição e conjunção: emprego e valor semântico. **8. Flexão verbal.** 8.1 Emprego e valor semântico de tempos, modos e vozes verbais. 8.2 Correlação entre tempos verbais. 8.3. Concordância verbal. **9. Flexão de número e gênero:** concordância

nominal. **10. Regência nominal e verbal.** 10.1 Ocorrência de crase. **11. Relações sintáticas e semânticas entre termos, orações e segmentos de texto.** 11.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto – coordenação e subordinação. 11.2 Termos oracionais. 11.3 Figuras de sintaxe. 11.4 Colocação de termos na oração. **12. Equivalência e transformação de estruturas sintático-semânticas.** Reescrita de frases. **13. Emprego dos sinais de pontuação.** **14. Denotação e conotação.** 14.1 Uso e sentido das figuras de palavra e de pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. 2008. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf

OBS. A prova de língua portuguesa priorizará a consciência do uso da língua e, não, o conhecimento de termos técnicos ou a citação de regras gramaticais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: Conceito, Objeto e Elementos; Classificações das Constituições, Supremacia da Constituição. 2. Poder Constituinte Originário e Derivado. 3. Reforma e Revisão da Constituição; Mutações Constitucionais. 4. Interpretação do Texto Constitucional e Aplicação das Normas Constitucionais; Métodos de Interpretação da Constituição; Princípios da Interpretação Constitucional. 5. Direitos Fundamentais; Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 6. Ações Constitucionais 7. Organização do Estado: Características Básicas do Estado Federal; Soberania e Autonomia; União; Estados; Distrito Federal e Territórios. 8. Repartição de Competências na Constituição de 1988. 9. Intervenção Federal e Estadual. 10. Controle de Constitucionalidade: Evolução; Controle Preventivo e Repressivo; Controle Concentrado e Difuso; Controle Incidental e Concreto; Decisões no Controle de Constitucionalidade de Normas e seus Efeitos. 11. Poder Legislativo; Processo Legislativo. Iniciativa Comum. Iniciativa Reservada. Iniciativa Privativa de Órgãos do Poder Judiciário. Iniciativa Privativa do Ministério Público. Iniciativa Privativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Iniciativa Privativa do Presidente da República. Discussão. Votação. Sanção ou Veto. Promulgação e Publicação. Espécies Legislativas. 12. Poder Executivo. 13 Poder Judiciário. 14. Funções Essenciais à Justiça. 15. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 16. Princípios da Ordem Tributária. Imunidades. 17. Princípios da Ordem Econômica e Financeira. 18. Ordem Social: Da seguridade Social; Da Educação, Da Cultura e Do Desporto; Da Ciência e Tecnologia; Da Comunicação Social; Do Meio Ambiente; Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, dos Índios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações*.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*. 8.ed. 2013: Saraiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Regime Jurídico Administrativo: Princípios Administrativos (Expressos e Reconhecidos) 2. Administração Pública: conceito; Sentido Objetivo e Sentido Subjetivo. 3. Administração Direta e Indireta: Organização Administrativa: Centralização e Descentralização; Desconcentração; Administração Direta: Conceito; Natureza da Função; Abrangência; Composição; Contratos de Gestão; Administração Indireta: Conceito, Natureza da Função; Abrangência; Composição; Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mistas. 4. Órgãos Públicos: Conceito; Criação e Extinção; Teorias de Caracterização do Órgão; Capacidade Processual; Classificação. 5. Ato Administrativo: Conceito; Elementos; Discricionariedade e Vinculação; Características; Mérito Administrativo; Formação e Efeitos; Classificação; Espécies: Quanto à Forma de Exteriorização e Quanto ao Conteúdo; Extinção; Invalidação (ou Anulação); Convalidação; Revogação. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos. 6. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos: Uso e Abuso de Poder; Poderes Administrativos: Poder Discricionário, Poder Regulamentar e Poder de Polícia; Deveres dos Administradores Públicos; Hierarquia e Disciplina. 7. Contratos Administrativos: Conceito, Disciplina normativa, Sujeitos, Características e Espécies; Cláusulas de Privilégios; Equação Econômico-Financeira; Formalização; Duração, Prorrogação, Renovação e Inexecução do contrato administrativo; Extinção do Contrato Administrativo; Sanções Administrativas. 8. Convênios Administrativos. 9. Consórcios Públicos. 10. Licitação: conceito, natureza jurídica e disciplina normativa; Princípios Básicos e Correlatos; Dispensa e Inexigibilidade. Tipos de Licitação. Modalidades de Licitação. Lei 8.666/93. Pregão. Lei 10.520/2002. 11. Agentes Públicos: Classificação; Agentes de Fato; Servidores Públicos: Classificação; Regimes Jurídicos Funcionais; Organização Funcional; Classificação dos Cargos; Criação, Transformação e Extinção dos Cargos; Cessão de Servidores; Regime Constitucional. 12. Serviços Públicos: Conceito, Características, Classificação, Titularidade e Remuneração. Princípios que regem o serviço público: Generalidade, Continuidade, Eficiência e Modicidade; Execução de Serviço Público: direta e indireta; Regimes de Parceria: Regime de Convênios Administrativos; Regime de Contratos de Gestão; Gestão por Colaboração. 13. Concessão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Modalidades; Exigência de Licitação; Direitos e Obrigações dos Usuários; Prazo da Concessão; Intervenção na Concessão. Extinção da Concessão; Reversão; Permissão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Extinção da Permissão; Lei 8.987/95 e alterações. Diferença entre Concessão e Permissão; Autorização. 14. Bens Públicos: Conceito, Classificação e Regime Jurídico dos Bens Públicos; Afetação e Desafetação; Aquisição, Gestão e Alienação dos Bens Públicos; Espécies de Bens Públicos. 15. Responsabilidade Civil do Estado: Conceito; Evolução; Aplicação da Responsabilidade Objetiva; Improbidade Administrativa. Lei. 8.429/92 e alterações. 16. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. 17. Intervenção do Estado na Propriedade: fundamentos; Modalidades. Desapropriação. 18. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e classificação das formas de controle; Controle Interno e Externo; Controle Exercido pela Administração Sobre Seus Próprios Atos (Controle Administrativo); Controle Parlamentar (Controle Legislativo), Controle Jurisdicional (Controle Judiciário); Meios de Controle Jurisdicional; Controle de Mérito e de Legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL, *Lei Federal 8.666/93* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 10.520/2002* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.987/95* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.429/92* e alterações.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26 ed. Rio de Janeiro. 2013: Atlas.

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Perspectivas teóricas da Administração Pública. 2. Fundamentos de Administração Pública. 3. Trajetória da Administração Pública. 4. Políticas Públicas. 5. Governança e Interações

Multiatores em Redes Políticas. 6. Redes de Políticas. 7. Administração Pública brasileira. 8. Reformas administrativas. 9. Papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. 10. Uso de controles e indicadores de produtividade. 11. Gestão financeira e Orçamentária. 12. Gestão fiscal responsável. 13. Gestão da qualidade e foco nos processos, a natureza dos serviços e do negócio, as interações com os clientes, atributos da qualidade, indicadores de desempenho. 14. Gestão de Processos. 15. Empreendedorismo. 16. Governança corporativa. 17. Contabilidade Pública, serviço público, orçamento público, receita pública, despesa pública, licitações. 18. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão com pessoas*. Rio de Janeiro: Campus, 1999
FILGUEIRAS, José A. *Contabilidade Pública*. Freitas Bastos Editora: Rio de Janeiro, 2007.
GIL, Antônio L. *Gestão da qualidade empresarial*. Atlas: S. Paulo, 1997.
KOHAMA, Heilio. *Contabilidade pública*. Rio de Janeiro: Atlas 1996.
MORAES, Elias. *Gerenciando a qualidade*. Kelps: Goiânia 2002.
MOTTA, Paulo Roberto. *A ciência e a arte de ser dirigente*. Record: Rio de Janeiro, 1991.
NASCIMENTO, Ronaldo Edson. *Gestão Pública*. Saraiva: São Paulo, 2010.
PROCOPIUCK, Mário. *Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública*. Atlas: S. Paulo, 2013.
SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. *Governança corporativa no Brasil e no mundo*. Campus: S. Paulo, 2010.
SORDI, José Osvaldo de. *Gestão de processos*, Saraiva: São Paulo, 2012.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Princípios constitucionais de natureza ética: Moralidade, Impessoalidade, Probidade, Motivação e Publicidade. 2. Normas penais relativas ao Servidor Público; Dos crimes contra a Fazenda Pública; Dos Crimes contra as Finanças Públicas 3. Decreto Municipal 13.319 e respectivas alterações. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.
BRASIL. Código Penal e Legislação Extravagante sobre os tipos penais relativos ao Servidor Público.
BRASIL. Decreto Municipal 13.319 de 20 de Outubro de 1994 e respectivas alterações.
BRASIL. Lei 8.429 de 02 de Junho de 1992 e respectivas alterações.

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais relacionados aos seguintes temas: 1. Política. 2. Economia. 3. Cidadania e Direitos Humanos. 4. Educação e Saúde. 5. Tecnologias da Informação e Comunicação. 6. Cultura, Esporte e Lazer. 7. Meio Ambiente. 8. Infraestrutura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ªed. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26>
CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec. p. 121-159, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141998000300019&script=sci_arttext&tlng=pt>

GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3201>>

PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/jorge/v8n1_artigo_3.pdf>

PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007.

PRETTO, Nelson; PINTO, Claudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v.11. n.31. jan./abr. 2006, p.19-30.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2010.

RIO DE JANEIRO. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.camara.rj.gov.br/controlatividadeparlamentar.php?m1=legislacao&m2=leiorganica&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/organica.nsf/leiorg?OpenForm&Start=1&Count=30&Collapse=1>>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

1. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título I – Dos Princípios Fundamentais (arts.1º a 13); Título II – Da Organização Municipal, Capítulo II – Da Competência do Município (arts.30 a 37), Capítulo III – Das Vedações (art. 38); Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Governo Municipal (art. 39), Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção I – Da Câmara Municipal (arts.40 a 43), Seção II – Das Atribuições da Câmara Municipal (arts.44 e 45), Seção III – Dos Vereadores (arts.46 a 51), Seção IV – Do Funcionamento da Câmara Municipal, Seção V – Do Processo legislativo, Seção VI – Da Procuradoria Geral da Câmara Municipal (art.86), Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts.87 a 98) 2. Constituição da República Federativa do Brasil: Título III – Da Organização do Estado, Capítulo IV – Dos Municípios (arts.29 a 31); Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo (art. 44 a 75) 3. Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivos do Município do Rio de Janeiro. 4. Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 5. Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e alterações*.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações*.

BRASIL. *Lei Municipal 94/79* (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e alterações).

BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro) e alterações.

BRASIL. *Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*.

ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO

I- Direito Financeiro e Administração Financeira e Orçamentária Pública

O orçamento público: história, evolução e natureza jurídica. Constituição Federal: Título III, Capítulos II a VI, Título IV, Títulos VI a VIII, ADCT. Princípios orçamentários. Receita pública: conceito, classificações, estágios, tributos, contribuições sociais, dívida ativa. Despesa pública: conceito, classificações, estágios. Orçamento tradicional, orçamento-programa e orçamento base-zero: conceitos, técnicas, vantagens, limitações, processo decisório. O ciclo orçamentário ampliado: PPA, LDO e LOA. Planejamento governamental e orçamento público: visão histórica e contemporânea. Planejamento na Constituição. Integração planejamento-orçamento. Plano Plurianual: caracterização, finalidade, estrutura básica, prazos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias: caracterização, conteúdo e prazos. A Lei Orçamentária Anual: caracterização, conteúdo, prazos, classificações. Processo Legislativo orçamentário: Emendamento, discussão, participação, votação e aprovação das leis de natureza orçamentária. Ciclos legislativos orçamentários. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título V – da Tributação Municipal da Receita e Despesa e do Orçamento, Capítulo III. Código de

Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. Proposta orçamentária e sua integração com PPA e LDO. Execução orçamentária e financeira. Descentralização orçamentária. Transferências constitucionais, legais e voluntárias. Legislação sobre o tema. Decreto 6.170/2007 e suas alterações. Portaria Interministerial 507/2011 e suas alterações. Créditos adicionais. Controle e avaliação da execução orçamentária. Restos a pagar. Reabertura de créditos orçamentários. Superávit financeiro. Apuração dos resultados fiscais nas leis orçamentárias: Riscos Fiscais, Metas Fiscais, Margem de expansão das despesas obrigatórias, Resultado primário. Lei de Responsabilidade Fiscal: Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN; Resultado Nominal, Resultado Primário, Receita Corrente Líquida, Regra de Ouro, Alienação de Bens, Operações de Créditos e outros Limites e condições da Lei. Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Limites constitucionais de gastos com ensino, saúde e legislativo. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, Claudiano. MEDEIROS, Márcio Bastos. FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas. Editora Gestão Pública. 3ª edição, Volume I, Brasília: 2013.
BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento Aplicado ao Setor Público. Editora Atlas. 2012.
GIACOMONI, James. Orçamento Público. Editora Atlas. 14ª ed. 2007.
KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.
OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. Editora Revista dos Tribunais. 2006
BRASIL. Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169) .
BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*.
BRASIL. LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.
BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (e atualizações posteriores).
BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), e alterações.
Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.
Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Resolução do Senado Federal nº 40, de 20/12/2001.
Resolução do Senado Federal nº 43, de 21/12/2001.
MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 5ª edição 2013. www.tesouro.gov.br
MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, 5ª edição.(parte I, II e III).
www.tesouro.gov.br

II- Controle Externo e Interno

1. Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 75 da Constituição Federal). 2. Controle da Administração Pública: conceito; abrangência. 3. Controle de constitucionalidade e os Tribunais de Contas. 4. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 5. Controle interno e os Tribunais de Contas. 6. Controle externo e interno na Constituição Federal 7. O papel da Câmara Municipal e da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. 8. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: Arts. 87 a 98. 9. O sistema de controle interno. 10. O controle externo e o papel do Tribunal de Contas do Município. 11. Exame de contas. 12. O papel da Câmara Municipal no Sistema de Controle. 13. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. 14. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro: NAG 1000 - Normas Gerais; NAG 2000 - Relativas aos Tribunais de Contas; NAG 3000 - Relativas aos Profissionais de Auditoria Governamental; NAG 4000 - Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 101/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 131/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm

____. Lei n.º 289, de 25 de novembro de 1981, alterada pela Lei Complementar n.º 82, de 05 de julho de 2007.

____. Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

____. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>.

____. Deliberação N.º 183/2011. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/Informa/RI2.pdf>

____. Deliberação N.º 198/2014. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

____. Deliberação N.º 199/2014. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Normas de Auditoria Governamental - NAGs:Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro. 2010. 88p. Disponível em: <http://www.irbcontas.org.br/noticia/normas-de-auditoria-governamental-nags/88>

GUERRA, Evandro Martins. Os Controles Externo e Interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2ed. 2005.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª edição., [s.l.]: Malheiros, 2010.

AGUIAR, Ubiratan; ALBUQUERQUE, Marcio; MEDEIROS, Paulo. A Administração Pública Sob a Perspectiva do Controle Externo. : Editora Fórum, 2011.

Dal Pozzo, Bresser Pereira; Tomaselli, Gabriela. As Funções do Tribunal de Contas e o Estado de Direito. Editora [Fórum. 2010.](#)

CRUZ, Flávio da & GLOCK, José Osvaldo. Controle interno nos municípios: orientação para a implantação e relacionamento com os Tribunais de Contas. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

D'AVILA, Marcos Zähler & OLIVEIRA, Marcelo Aparecido Martins. Conceitos e técnicas de controles internos de organizações. São Paulo: Nobel, 2002.

MIGLIAVACCA, Paulo N. Controles internos nas organizações. São Paulo: Edicta, 2004.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

III- Finanças Públicas

Evolução das funções do Governo. Papel do Governo na economia: estabilização econômica, promoção do desenvolvimento e redistribuição de renda. A função do Bem-Estar. Políticas alocativas, distributivas e de estabilização. Falhas de mercado. Bens públicos, semi-públicos e privados. Conceito de Déficit e Dívida Pública; financiamento do déficit; economia da dívida pública. Política fiscal. Comportamento das contas públicas e financiamento do déficit público no Brasil. Finanças públicas no Brasil - experiências recentes entre 1980/2010. O financiamento dos gastos públicos. Incidência tributária. Princípios teóricos da tributação. Tipos de tributos; progressividade, regressividade e neutralidade. Reforma do Estado (Reforma Administrativa e Reforma Previdenciária). Reforma Fiscal. Privatização. Parceria Público-Privada. Constituição Federal 1988: TÍTULO VI, ADCT. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título IV - Capítulo V - Do Patrimônio Municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. Finanças públicas teoria e prática no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011.

REZENDE, Fernando. Finanças públicas. 2ª ed. Ed Atlas, 2001.

PEREIRA, José Matias. Curso de Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais. 3ª ed. Ed Atlas, 2010.

BALEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. 18ª ed. Ed. Forense, 2012.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*.

CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA: MEIO AMBIENTE

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Estruturação do texto e dos parágrafos. 1.2 Características e função, considerando o tipo (descritivo, narrativo, dissertativo, injuntivo) e o gênero do texto. 1.3 Localização de informações explícitas; inferência de informações implícitas. 1.4 Sentido e significado de vocábulos e expressões no contexto. **2. Coerência e coesão** na articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. **3. Variação da língua.** 3.1 Seleção vocabular e organização frasal adequadas ao contexto de uso. 3.2 Registro formal escrito: correção, clareza, precisão, concisão. **4. Redação oficial.** **5. Estrutura e formação de palavras** – valor morfológico e semântico dos elementos mórficos. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. **6. Ortografia oficial.** 6.1 Acentuação gráfica – segundo o atual acordo ortográfico. 6.2 Emprego de letras. 6.3 Emprego do hífen. **7. Uso e função das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito.** 7.1 Substantivo, adjetivo, artigo e numeral – a relação determinante/determinado. 7.2 Pronome: classificação, emprego, colocação e formas de tratamento. 7.3 Advérbio, preposição e conjunção: emprego e valor semântico. **8. Flexão verbal.** 8.1 Emprego e valor semântico de tempos, modos e vozes verbais. 8.2 Correlação entre tempos verbais. 8.3. Concordância verbal. **9. Flexão de número e gênero:** concordância nominal. **10. Regência nominal e verbal.** 10.1 Ocorrência de crase. **11. Relações sintáticas e semânticas entre termos, orações e segmentos de texto.** 11.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto – coordenação e subordinação. 11.2 Termos oracionais. 11.3 Figuras de sintaxe. 11.4 Colocação de termos na oração. **12. Equivalência e transformação de estruturas sintático-semânticas.** Reescrita de frases. **13. Emprego dos sinais de pontuação.** **14. Denotação e conotação.** 14.1 Uso e sentido das figuras de palavra e de pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. 2008. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf

OBS. A prova de língua portuguesa priorizará a consciência do uso da língua e, não, o conhecimento de termos técnicos ou a citação de regras gramaticais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: Conceito, Objeto e Elementos; Classificações das Constituições, Supremacia da Constituição. 2. Poder Constituinte Originário e Derivado. 3. Reforma e Revisão da Constituição; Mutações Constitucionais. 4. Interpretação do Texto Constitucional e Aplicação das Normas Constitucionais; Métodos de Interpretação da Constituição; Princípios da Interpretação Constitucional. 5. Direitos Fundamentais; Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 6. Ações Constitucionais 7. Organização do Estado: Características Básicas do Estado Federal; Soberania e Autonomia; União; Estados; Distrito Federal e Territórios. 8. Repartição de Competências na Constituição de 1988. 9. Intervenção Federal e Estadual. 10. Controle de Constitucionalidade: Evolução; Controle Preventivo e Repressivo; Controle Concentrado e Difuso; Controle Incidental e Concreto; Decisões no Controle de Constitucionalidade de Normas e seus Efeitos. 11. Poder Legislativo; Processo Legislativo. Iniciativa Comum. Iniciativa Reservada. Iniciativa Privativa de Órgãos do Poder Judiciário. Iniciativa Privativa do Ministério Público. Iniciativa Privativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Iniciativa Privativa do Presidente da República. Discussão. Votação. Sanção ou Veto. Promulgação e Publicação. Espécies Legislativas. 12. Poder Executivo. 13. Poder Judiciário. 14. Funções Essenciais à Justiça. 15. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 16. Princípios da Ordem Tributária. Imunidades. 17. Princípios da Ordem Econômica e Financeira. 18. Ordem Social: Da seguridade Social; Da Educação, Da Cultura e Do Desporto; Da Ciência e Tecnologia; Da Comunicação Social; Do Meio Ambiente; Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, dos Índios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações*.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*. 8.ed. 2013: Saraiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Regime Jurídico Administrativo: Princípios Administrativos (Expressos e Reconhecidos) 2. Administração Pública: conceito; Sentido Objetivo e Sentido Subjetivo. 3. Administração Direta e Indireta: Organização Administrativa: Centralização e Descentralização; Desconcentração; Administração Direta: Conceito; Natureza da Função; Abrangência; Composição; Contratos de Gestão; Administração Indireta: Conceito, Natureza da Função; Abrangência; Composição; Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mistas. 4. Órgãos Públicos: Conceito; Criação e Extinção; Teorias de Caracterização do Órgão; Capacidade Processual; Classificação. 5. Ato Administrativo: Conceito; Elementos; Discricionariedade e Vinculação; Características; Mérito Administrativo; Formação e Efeitos; Classificação; Espécies: Quanto à Forma de Exteriorização e Quanto ao Conteúdo; Extinção; Invalidação (ou Anulação); Convalidação; Revogação. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos. 6. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos: Uso e Abuso de Poder; Poderes Administrativos: Poder Discricionário, Poder Regulamentar e Poder de Polícia; Deveres dos Administradores Públicos; Hierarquia e Disciplina. 7. Contratos Administrativos: Conceito, Disciplina normativa, Sujeitos, Características e Espécies; Cláusulas de Privilégios; Equação Econômico-Financeira; Formalização; Duração, Prorrogação, Renovação e Inexecução do contrato administrativo; Extinção do Contrato Administrativo; Sanções Administrativas. 8. Convênios Administrativos. 9. Consórcios Públicos. 10. Licitação: conceito, natureza jurídica e disciplina normativa; Princípios Básicos e Correlatos; Dispensa e Inexigibilidade. Tipos de Licitação. Modalidades de Licitação. Lei 8.666/93. Pregão. Lei 10.520/2002. 11. Agentes Públicos: Classificação; Agentes de Fato; Servidores Públicos: Classificação; Regimes Jurídicos Funcionais; Organização Funcional; Classificação dos Cargos; Criação, Transformação e Extinção dos Cargos; Cessão de Servidores; Regime Constitucional. 12. Serviços Públicos: Conceito, Características, Classificação, Titularidade e Remuneração. Princípios que regem o serviço público: Generalidade, Continuidade, Eficiência e Modicidade; Execução de Serviço Público: direta e indireta; Regimes de Parceria: Regime de Convênios Administrativos; Regime de Contratos de Gestão; Gestão por Colaboração. 13.

Concessão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Modalidades; Exigência de Licitação; Direitos e Obrigações dos Usuários; Prazo da Concessão; Intervenção na Concessão. Extinção da Concessão; Reversão; Permissão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Extinção da Permissão; Lei 8.987/95 e alterações. Diferença entre Concessão e Permissão; Autorização. 14. Bens Públicos: Conceito, Classificação e Regime Jurídico dos Bens Públicos; Afetação e Desafetação; Aquisição, Gestão e Alienação dos Bens Públicos; Espécies de Bens Públicos. 15. Responsabilidade Civil do Estado: Conceito; Evolução; Aplicação da Responsabilidade Objetiva; Improbidade Administrativa. Lei. 8.429/92 e alterações. 16. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. 17. Intervenção do Estado na Propriedade: fundamentos; Modalidades. Desapropriação. 18. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e classificação das formas de controle; Controle Interno e Externo; Controle Exercido pela Administração Sobre Seus Próprios Atos (Controle Administrativo); Controle Parlamentar (Controle Legislativo), Controle Jurisdicional (Controle Judiciário); Meios de Controle Jurisdicional; Controle de Mérito e de Legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL, *Lei Federal 8.666/93* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 10.520/2002* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.987/95* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.429/92* e alterações.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26 ed. Rio de Janeiro. 2013: Atlas.

DIREITO FINANCEIRO E CONTROLE EXTERNO E INTERNO

I- Direito Financeiro

Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercícios Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório de Gestão Fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEZERRA FILHO, João Eudes. *Orçamento Aplicado ao Setor Público*. Editora Atlas. 2012.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. Editora Atlas. 14ª ed. 2007

KOHAMA, Heilio. *Contabilidade Pública: teoria e prática*. 12ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.

Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169 e art. 70 a 75).

BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*.

BRASIL. LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (e atualizações posteriores).

BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), e alterações.

Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.

Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 5ª edição 2013. www.tesouro.gov.br

II- Controle Externo e Interno

1. Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), Declaração de Lima e Declaração do México. 2. Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 75 da Constituição Federal). 3. Controle da Administração Pública: conceito; abrangência. 4. Sistema de controle externo. 5. Controle externo no Brasil. 6. Regras constitucionais sobre controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 7. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. 8. Controle de constitucionalidade e os Tribunais de Contas. 9. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 10. Controle interno e os Tribunais de Contas. 11. Controle externo e interno na Constituição Federal. 12. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: Arts. 87 a 98; Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 13. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. 14. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro: NAG 1000 - Normas Gerais; NAG 2000 - Relativas aos Tribunais de Contas; NAG 3000 - Relativas aos Profissionais de Auditoria Governamental; NAG 4000 - Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 101/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 131/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm

____. Lei nº 289, de 25 de novembro de 1981, alterada pela Lei Complementar nº 82, de 05 de julho de 2007.

____. Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

____. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>.

____. Deliberação Nº 183/2011. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/Informa/RI2.pdf>

____. Deliberação Nº 198/2014. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

____. Deliberação Nº 199/2014. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Normas de Auditoria Governamental - NAGs:Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro. 2010. 88p. Disponível em: <http://www.irbcontas.org.br/noticia/normas-de-auditoria-governamental-nags/88>

GUERRA, Evandro Martins. Os Controles Externo e Interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2ed. 2005.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª edição., [s.l.]: Malheiros, 2010.

AGUIAR, Ubiratan; ALBUQUERQUE, Marcio; MEDEIROS, Paulo. A Administração Pública Sob a Perspectiva do Controle Externo. : Editora Fórum, 2011.

Dal Pozzo, Bresser Pereira; Tomaselli, Gabriela. As Funções do Tribunal de Contas e o Estado de Direito. Editora [Fórum. 2010.](#)

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Perspectivas teóricas da Administração Pública. 2. Fundamentos de Administração Pública. 3. Trajetória da Administração Pública. 4. Políticas Públicas. 5. Governança e Interações Multiatores em Redes Políticas. 6. Redes de Políticas. 7. Administração Pública brasileira. 8.

Reformas administrativas. 9. Papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. 10. Uso de controles e indicadores de produtividade. 11. Gestão financeira e Orçamentária. 12. Gestão fiscal responsável. 13. Gestão da qualidade e foco nos processos, a natureza dos serviços e do negócio, as interações com os clientes, atributos da qualidade, indicadores de desempenho. 14. Gestão de Processos. 15. Empreendedorismo. 16. Governança corporativa. 17. Contabilidade Pública, serviço público, orçamento público, receita pública, despesa pública, licitações. 18. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão com pessoas*. Rio de Janeiro: Campus, 1999
FILGUEIRAS, José A. *Contabilidade Pública*. Freitas Bastos Editora: Rio de Janeiro, 2007.
GIL, Antônio L. *Gestão da qualidade empresarial*. Atlas: S. Paulo, 1997.
KOHAMA, Heilio. *Contabilidade pública*. Rio de Janeiro: Atlas 1996.
MORAES, Elias. *Gerenciando a qualidade*. Kelps: Goiânia 2002.
MOTTA, Paulo Roberto. *A ciência e a arte de ser dirigente*. Record: Rio de Janeiro, 1991.
NASCIMENTO, Ronaldo Edson. *Gestão Pública*. Saraiva: São Paulo, 2010.
PROCOPIUCK, Mário. *Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública*. Atlas: S. Paulo, 2013.
SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. *Governança corporativa no Brasil e no mundo*. Campus: S. Paulo, 2010.
SORDI, José Osvaldo de. *Gestão de processos*, Saraiva: São Paulo, 2012.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Princípios constitucionais de natureza ética: Moralidade, Impessoalidade, Probidade, Motivação e Publicidade. 2. Normas penais relativas ao Servidor Público; Dos crimes contra a Fazenda Pública; Dos Crimes contra as Finanças Públicas 3. Decreto Municipal 13.319 e respectivas alterações. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.
BRASIL. Código Penal e Legislação Extravagante sobre os tipos penais relativos ao Servidor Público.
BRASIL. Decreto Municipal 13.319 de 20 de Outubro de 1994 e respectivas alterações.
BRASIL. Lei 8.429 de 02 de Junho de 1992 e respectivas alterações.

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais relacionados aos seguintes temas: 1. Política. 2. Economia. 3. Cidadania e Direitos Humanos. 4. Educação e Saúde. 5. Tecnologias da Informação e Comunicação. 6. Cultura, Esporte e Lazer. 7. Meio Ambiente. 8. Infraestrutura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ªed. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26>
CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec. p. 121-159, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141998000300019&script=sci_arttext&tlng=pt>
GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3201>>

PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: Revista Espaço para a Saúde. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/jorge/v8n1_artigo_3.pdf>

PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007.

PRETTO, Nelson; PINTO, Claudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v.11. n.31. jan./abr. 2006, p.19-30.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2010.

RIO DE JANEIRO. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.camara.rj.gov.br/controlatividadeparlamentar.php?m1=legislacao&m2=leiorganica&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/organica.nsf/leiorg?OpenForm&Start=1&Count=30&Collapse=1>>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

1. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título I – Dos Princípios Fundamentais (arts.1º a 13); Título II – Da Organização Municipal, Capítulo II – Da Competência do Município (arts.30 a 37), Capítulo III – Das Vedações (art. 38); Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Governo Municipal (art. 39), Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção I – Da Câmara Municipal (arts.40 a 43), Seção II – Das Atribuições da Câmara Municipal (arts.44 e 45), Seção III – Dos Vereadores (arts.46 a 51), Seção IV – Do Funcionamento da Câmara Municipal, Seção V – Do Processo legislativo, Seção VI – Da Procuradoria Geral da Câmara Municipal (art.86), Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts.87 a 98) 2. Constituição da República Federativa do Brasil: Título III – Da Organização do Estado, Capítulo IV – Dos Municípios (arts.29 a 31); Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo (art. 44 a 75) 3. Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivos do Município do Rio de Janeiro. 4. Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 5. Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e alterações*.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações*.

BRASIL. *Lei Municipal 94/79* (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e alterações).

BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro) e alterações.

BRASIL. *Regimento Interno da Câmara Municipal* do Rio de Janeiro.

ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO

Noções gerais de Botânica. Biomas. Ecossistemas aquáticos. Poluição e seus efeitos: tipos de poluição; bioindicadores de poluição; Bacia hidrográfica. Qualidade físico-química da água. Comunidades aquáticas. Biodiversidade e Conservação. Impacto sobre os solos, sobre fauna e flora, sobre a água e ar. Noções gerais de Ecologia. Ecologia de Ecossistemas. Problemas ambientais. Avaliação de impacto, medidas mitigadoras, alternativas tecnológicas disponíveis, dimensionamento de sistemas de tratamento de resíduos sólidos urbanos. Medidas mitigadoras para a implantação e operação de sistemas de infraestrutura de saneamento. Educação ambiental. Ecologia florestal. Caracterização ambiental dos biomas brasileiros. Análise de vegetação. Recuperação de áreas degradadas. Desenvolvimento sustentável. Estudo de diversidade. Aspectos legais e institucionais do meio ambiente. Avaliação de impactos ambientais. Programas de reciclagem e minimização da geração de resíduos. Organismos governamentais e legislação ambiental. A Política Nacional de Resíduos Sólidos. A Política Nacional de Saneamento Básico. Estudo de impactos ambientais (EIA). Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA). A legislação Ambiental no Brasil. As Metodologias do EIA/RIMA. O gerenciamento ambiental; zoneamento econômico ecológico, licenciamento e monitoramento. Licenciamento ambiental. Planejamento e gestão ambiental. Sistemas de gestão ambiental. Gestão de Risco Ambiental. Planos diretores de desenvolvimento.

Biodiversidade e florestas. Normas e regulamentos dos planos de manejo. Influência das florestas no regime dos rios. Influência e efeitos do manejo de bacias hidrográficas no controle de enchentes. Gestão ambiental. Política e legislação ambiental. Aspectos socioeconômicos e ambientais da ocupação dos biomas fluminenses. Política de desenvolvimento florestal. Zoneamento ambiental. Estudos ambientais: tipos e aplicações. Extensão florestal. Política ambiental e desenvolvimento sustentável. Agenda 21. Planejamento territorial, vocação e uso do solo. Gestão, conservação e manejo de recursos naturais. Gestão e manejo em unidades de conservação. Biopirataria e tráfico de animais silvestres. Gestão de Bacia Hidrográfica. Manejo da água. Hidrologia e hidráulica aplicadas à agricultura. Irrigação e drenagem para fins agrícolas. Controle da poluição; Operações e processos unitários de tratamento de águas residuárias; Tecnologias e sistemas de tratamento de águas residuárias. Planejamento dos recursos naturais; Modelos de gerenciamento de bacias hidrográficas; Fundamentos e objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos; Conceituação dos aspectos legais; Outorga e Cobrança pelos direitos de uso dos recursos hídricos; Precificação da água; Sistemas de Suporte a Decisão nos problemas hídricos; Funções de demanda de água; Otimização de usos múltiplos dos recursos hídricos. Desenvolvimento Econômico e Ambiental Relacionado aos Recursos Hídricos; A água como Elemento Mobilizador da Sociedade para Implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos; Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos; Aspectos Sociais e Culturais dos Comitês Federais de Bacia Hidrográficas; Cidadania, Meio Ambiente e Recursos Naturais; Atribuições, competências e atuação normativa dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e dos demais órgãos da administração pública federal que atuam na área ambiental. Geoprocessamento. Geoposicionamento. Cartografia. Política Nacional de Meio Ambiente: sistemas de meio ambiente e instrumentos de gestão ambiental. Política de Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro: sistemas de meio ambiente e instrumentos de gestão ambiental. Espaços especialmente protegidos. Matriz energética brasileira; Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho; Equipamentos de Proteção Individual – EPI. O ambiente e as doenças do trabalho; Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA; gestão de Segurança e Saúde do Trabalho; atividades insalubres e perigosas; legislação e normas técnicas de Segurança do Trabalho; Prevenção e Controle de Riscos no Ambiente do Trabalho. Noções sobre manuseio e segurança com produtos químicos e sistemas de gestão de qualidade. Noções básicas de Engenharia Ambiental, Estatística e Normas Técnicas de Legislação Ambiental; Fontes e controle de efluentes líquidos, emissões atmosféricas e resíduos; monitoramento e tecnologias de tratamento; Qualidade da água de reservatórios e rios - características físico-químicas. Tratamento de água de abastecimento para pequenas e grandes comunidades. Tratamento coletivo e individual de águas residuárias domésticas. Tratamento de efluentes industriais. Potencial e limitações do reuso da água. Conflitos entre os principais atores e forças no cenário nacional: grupos econômicos, sociedade civil organizada, organizações não governamentais (ONG), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), instituições de ensino superior e institutos de pesquisa. Acordos internacionais: aspectos técnicos e políticos, posições brasileiras e dos principais atores, situação das negociações. Questões ambientais globais: mudanças climáticas, diversidade biológica, florestas, desertificação, desenvolvimento sustentável. Meio ambiente e defesa civil. Tecnologias para previsão e prevenção de desastres naturais. Legislação Ambiental: Constituição Federal e Meio Ambiente; Principais leis federais/ estaduais sobre meio ambiente. Normatização: CONAMA e INEA. Legislação Ambiental: Conceitos, Importância e Aplicações. Política Nacional de Meio Ambiente. Crimes Ambientais. Impacto Ambiental. Licenciamento Ambiental. Aplicações da Lei de Licenciamento Ambiental. Gestão ambiental na Indústria do Petróleo e gás. Conceitos básicos do Código Florestal Brasileiro. Instrumentos e Legislação aplicada à Química Industrial – Camada de Ozônio /Plano Diretor / Zoneamento Industrial / Resíduos Perigosos. Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos – Qualidade da Água/Recursos hídricos/ Qualidade do ar/ Legislação de agrotóxicos/ Legislação da energia nuclear/. Estudo Crítico de Legislação Aplicada à Química Industrial. Legislação e normas administrativas aplicada à engenharia química e aos processos industriais. Responsabilidade

Social Corporativa. Ética Social. Gestão Social e Auditorias Sociais. Políticas de desenvolvimento e sustentabilidade. Indicadores de desenvolvimento sustentável (IDH, Dow Jones, Ethos, entre outros). O pacto global. As empresas e a inovação. Sistema ISO/ABNT aplicado à gestão ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. Gestão ambiental. São Paulo: Pearson Education, Makron Books - 2ª. Ed, 2002.

ALBERGUINI, Leny Borghesan A. Tratamento de resíduos químicos. São Carlos, SP: Rima, 2005.

ALBUQUERQUE, J. L. (Org.). Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, J. R. Gestão ambiental: para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Thex, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR8419: apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR8849: apresentação de projetos de aterros controlados de resíduos sólidos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10004: resíduos sólidos: classificação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13896: aterros de resíduos não perigosos: critérios para projeto, implantação e operação: procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1997.

ABNT NBR ISO 14001: 2004 - Sistemas de Gestão Ambiental: Requisitos com orientações para uso. 2ª ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ABNT NBR ISO 9001: 2008 - Sistemas de gestão da qualidade: Requisitos. 2ª ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

ABNT NBR 16001: 2004 – Responsabilidade Social – Sistema da gestão - Requisitos. 1ª ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ABNT NBR 18801: 2010 – Sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho - Requisitos. 1ª ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

ASSUMPCÃO, Luiz Fernando Joly. Sistema de gestão ambiental. 2ª. Ed. Curitiba: Juruá, 2009.

BARTH, F. T. et al. Modelos para gerenciamento de recursos hídricos. São Paulo: Coleção ABRH de Recursos Hídricos, 1987.

BAIRD, Colin. Química ambiental. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

BIDONE, F. R. A. Resíduos sólidos provenientes de coletas especiais: eliminação e valorização. Porto Alegre: ABES, 2001.

BRANCO, S. M.; ROCHA, A. A. Elementos de ciências do ambiente. São Paulo: CETESB/ASCETESB, 1987.

BRAGA, B. et. al. Introdução à engenharia ambiental. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

BRITO, O. Gestão de riscos: uma abordagem orientada a riscos operacionais. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza; LERÍPIO, Alexandre de Ávila. Auditoria ambiental: uma ferramenta de gestão. São Paulo: Atlas, 2009.

CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2010.

CARVALHO, A. et al. Sistema ISO de gestão ambiental. São Paulo: CQ - Qualidade, 1996.

CAVALCANTI, Jose Eduardo W. A. Manual de tratamento de efluentes industriais. Sl.: J. E. CAVALCANTI, 2009.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de gerenciamento de áreas contaminadas. São Paulo: CETESB. 2001. Disponível em:

<http://www.cetesb.sp.gov.br/solo/areas_contaminadas/manual.asp>. CUNHA, V. C. et al. A gestão da água. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

D'ALMEIDA, M. L. O.; VILHENA, A. Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: IPT, 2000.

D'AVIGNON, A.; LA ROVERE, E. L. Manual de auditoria ambiental. 2.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

FELTRE, Ricardo. Química. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2008.

FELLENBERG, Günter Introdução aos problemas da poluição ambiental. São Paulo: E.P.U., 2009.

FIGUEIREDO, B. R. Minérios e ambiente. Campinas: Unicamp, 2010.

GARCEZ, Lucas Nogueira. Hidrologia básica. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

GILBERT, M. J. Sistema de gerenciamento ambiental. São Paulo: IMAM, 1995.

LEFF, E. A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

LISBOA, Henrique de Melo. Controle da poluição atmosférica Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.lcqr.ufsc.br/aula_livro.php> .

MENDES, C. A. B.; CIRILO, J. A. Geoprocessamento em recursos hídricos: princípios, integração e aplicação. Porto Alegre: ABRH, 2001.

MATOS, Antonio Teixeira de. Poluição ambiental: impactos no meio físico. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2010.

MANO, E. B.; PACHECO, E. B. A. V.; BONELLI, C.M.C. Meio ambiente: poluição e reciclagem. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2010.

MILANO, M.S.; BERNARDES, A.T. & FERREIRA, L.M. Possibilidades alternativas para o manejo e o gerenciamento .

NAGHETTINI, M. PINTO, E. Hidrologia Estatística. Serviço Geológico do Brasil - CPRM, 2007.

ODUM, Eugene P.; BARRETT, Gary W. Fundamentos de ecologia. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

OTTAWAY, James Henry. Bioquímica da poluição. São Paulo: E.P.U. ; EDUSP, 1982.

PICHAT, P. A gestão dos resíduos. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1998.

POPP, José Henrique. Geologia geral. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC , 2010.

RIBEIRO, Daniel Veras. Resíduos sólidos: problema ou oportunidade? Niterói, RJ: Interciência, 2009.

ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C.; PHILIPPI Jr., A. Curso de gestão ambiental. Barueri: Manole, 2004.

SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTOS, L. M. M. Avaliação ambiental de processos industriais. São Paulo: Signus, 2006.

SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Sistemas de gestão ambiental (ISO 14001) e segurança ocupacional (OSHAS 18001). Vantagens da Implantação Integrada. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEWELL, Granville H. Administração e controle da qualidade ambiental. São Paulo: EPU, 2010.

SILVA, J. X.; Z Aidan, R. T.(Orgs.). Geoprocessamento & análise ambiental: aplicações. 5. ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2011.

VERDUM, R.; MEDEIROS, R. M. V. RIMA - relatório de impacto ambiental: legislação, elaboração e resultados. 5.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

ZARPELON, M. Gestão e Responsabilidade Social. Qualitymark Editora, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Lei 12.305/10 - A Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Lei 11.455/04 - A Política Nacional de Saneamento Básico.

Lei 8723/93 – Emissão de poluentes por veículos automotores.

Decreto-lei 227/67 – Código de minas.

Lei 6657/78 – Expedição e aprovação de recursos minerais.

Decreto-lei 24.643/34 – Código das águas.

Lei 7345/85 – trata de ação civil pública de responsabilidade por danos ao meio ambiente.

Leis nos 4.771/1965 – Código florestal e suas alterações.

Lei 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente.

Lei 9.433/1997 – Recursos Hídricos - Código das águas.

Lei 11.428, de 2006 - Lei da Mata Atlântica.
Lei 11.445, de 2007 - Política Nacional de Saneamento Básico.
Lei 9.985/2000 (SNUC), lei 4771/65
Lei 12.651/12 – Código florestal brasileiro.
Lei 9.966, de 2000 – Poluição causada por óleo.
Lei 11.105, de 2005 - Lei de Biossegurança de OGM.
Medida Provisória 2.186-16, de agosto de 2001, que regulamenta o acesso aos recursos genéticos.
Leis 12.187 e 12.114, de 2009 - Política e Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.
Lei 11.428/2006. Resoluções CONAMA mais atualizadas no 001/1986, 009/90, 010/90, 237/1997, 303/2002, 369/2006, 371/2006, 377/2006, 385/2006, 387/2007, 412/2009 – Impacto ambiental.
Lei 10.650/2003 - Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.
Decreto-Lei Estadual 134/75 – Prevenção e controle da poluição.
Decreto Estadual 1.633/1977 - Regulamenta parte do decreto lei nº 134 (dispõem sobre prevenção e controle de poluição) no âmbito do licenciamento de atividades poluidoras.
Lei 1.356/88 - Dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental.
Lei Estadual 5067/2007 – Zoneamento ecológico.
Decreto 99.274/90 - Fixa critérios gerais a serem adotados no licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais e potencialmente poluidoras.
Lei nº 9.605 de 12/08/1998 - Crimes Ambientais.
Lei 10.973/2004 – Inovação Tecnológica.
Decreto lei 5.563/2005 – Regulamenta a Lei 10.973/2004.
Lei 9433/97 e Resolução CNRH nº 16/2001– Uso dos recursos hídricos.
Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002.
Relatório Ethos – Bases, indicadores de sustentabilidade e sua implementação nas empresas – Disponível em <<http://www3.ethos.org.br>>.
Índice Dow Jones de sustentabilidade e relatórios de sustentabilidade – Disponível em <<http://www.sustainability-indices.com/>>.
Atlas de Desenvolvimento Humano – Disponível em <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>.
Pacto Global – Disponível em <<http://www.unglobalcompact.org>>. Comunicação de progresso com pacto global/RSC – Disponível em <<http://www.edeaweb.com.ar>>.
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Disponível em <<http://www.ibase.org.br>>.
Responsabilidade Social Institucional – Disponível em <<http://www.responsabilidadesocial.com>>.
Ministério do Meio Ambiente – Biomas, projetos, água, áreas protegidas, biodiversidade, cidades sustentáveis, clima, educação ambiental, florestas, gestão territorial, governança ambiental, patrimônio genético, responsabilidade socioambiental, segurança química, programas do governo e publicações disponíveis – Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>.
Constituição Federal, artigos 23, 24, 30, 225 e 231.

CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA: HIGIENE, SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Estruturação do texto e dos parágrafos. 1.2 Características e função, considerando o tipo (descritivo, narrativo, dissertativo, injuntivo) e o gênero do texto. 1.3 Localização de informações explícitas; inferência de informações implícitas. 1.4 Sentido e significado de vocábulos e expressões no contexto. **2. Coerência e coesão** na articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos,

operadores sequenciais. **3. Variação da língua.** 3.1 Seleção vocabular e organização frasal adequadas ao contexto de uso. 3.2 Registro formal escrito: correção, clareza, precisão, concisão. **4. Redação oficial.** **5. Estrutura e formação de palavras** – valor morfológico e semântico dos elementos mórficos. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. **6. Ortografia oficial.** 6.1 Acentuação gráfica – segundo o atual acordo ortográfico. 6.2 Emprego de letras. 6.3 Emprego do hífen. **7. Uso e função das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito.** 7.1 Substantivo, adjetivo, artigo e numeral – a relação determinante/determinado. 7.2 Pronome: classificação, emprego, colocação e formas de tratamento. 7.3 Advérbio, preposição e conjunção: emprego e valor semântico. **8. Flexão verbal.** 8.1 Emprego e valor semântico de tempos, modos e vozes verbais. 8.2 Correlação entre tempos verbais. 8.3. Concordância verbal. **9. Flexão de número e gênero:** concordância nominal. **10. Regência nominal e verbal.** 10.1 Ocorrência de crase. **11. Relações sintáticas e semânticas entre termos, orações e segmentos de texto.** 11.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto – coordenação e subordinação. 11.2 Termos oracionais. 11.3 Figuras de sintaxe. 11.4 Colocação de termos na oração. **12. Equivalência e transformação de estruturas sintático-semânticas.** Reescrita de frases. **13. Emprego dos sinais de pontuação.** **14. Denotação e conotação.** 14.1 Uso e sentido das figuras de palavra e de pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. 2008. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf

OBS. A prova de língua portuguesa priorizará a consciência do uso da língua e, não, o conhecimento de termos técnicos ou a citação de regras gramaticais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: Conceito, Objeto e Elementos; Classificações das Constituições, Supremacia da Constituição. 2. Poder Constituinte Originário e Derivado. 3. Reforma e Revisão da Constituição; Mutação Constitucional. 4. Interpretação do Texto Constitucional e Aplicação das Normas Constitucionais; Métodos de Interpretação da Constituição; Princípios da Interpretação Constitucional. 5. Direitos Fundamentais; Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 6. Ações Constitucionais 7. Organização do Estado: Características Básicas do Estado Federal; Soberania e Autonomia; União; Estados; Distrito Federal e Territórios. 8. Repartição de Competências na Constituição de 1988. 9. Intervenção Federal e Estadual. 10. Controle de Constitucionalidade: Evolução; Controle Preventivo e Repressivo; Controle Concentrado e Difuso; Controle Incidental e Concreto; Decisões no Controle de Constitucionalidade de Normas e seus Efeitos. 11. Poder Legislativo; Processo Legislativo. Iniciativa Comum. Iniciativa Reservada. Iniciativa Privativa de Órgãos do Poder Judiciário. Iniciativa Privativa do Ministério Público. Iniciativa Privativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Iniciativa Privativa do Presidente da República. Discussão. Votação. Sanção ou Veto. Promulgação e Publicação. Espécies Legislativas. 12. Poder Executivo. 13. Poder

Judiciário. 14. Funções Essenciais à Justiça. 15. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 16. Princípios da Ordem Tributária. Imunidades. 17. Princípios da Ordem Econômica e Financeira. 18. Ordem Social: Da seguridade Social; Da Educação, Da Cultura e Do Desporto; Da Ciência e Tecnologia; Da Comunicação Social; Do Meio Ambiente; Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, dos Índios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional.

8.ed. 2013: Saraiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Regime Jurídico Administrativo: Princípios Administrativos (Expressos e Reconhecidos) 2. Administração Pública: conceito; Sentido Objetivo e Sentido Subjetivo. 3. Administração Direta e Indireta: Organização Administrativa: Centralização e Descentralização; Desconcentração; Administração Direta: Conceito; Natureza da Função; Abrangência; Composição; Contratos de Gestão; Administração Indireta: Conceito, Natureza da Função; Abrangência; Composição; Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mistas. 4. Órgãos Públicos: Conceito; Criação e Extinção; Teorias de Caracterização do Órgão; Capacidade Processual; Classificação. 5. Ato Administrativo: Conceito; Elementos; Discricionariedade e Vinculação; Características; Mérito Administrativo; Formação e Efeitos; Classificação; Espécies: Quanto à Forma de Exteriorização e Quanto ao Conteúdo; Extinção; Invalidação (ou Anulação); Convalidação; Revogação. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos. 6. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos: Uso e Abuso de Poder; Poderes Administrativos: Poder Discricionário, Poder Regulamentar e Poder de Polícia; Deveres dos Administradores Públicos; Hierarquia e Disciplina. 7. Contratos Administrativos: Conceito, Disciplina normativa, Sujeitos, Características e Espécies; Cláusulas de Privilégios; Equação Econômico-Financeira; Formalização; Duração, Prorrogação, Renovação e Inexecução do contrato administrativo; Extinção do Contrato Administrativo; Sanções Administrativas. 8. Convênios Administrativos. 9. Consórcios Públicos. 10. Licitação: conceito, natureza jurídica e disciplina normativa; Princípios Básicos e Correlatos; Dispensa e Inexigibilidade. Tipos de Licitação. Modalidades de Licitação. Lei 8.666/93. Pregão. Lei 10.520/2002. 11. Agentes Públicos: Classificação; Agentes de Fato; Servidores Públicos: Classificação; Regimes Jurídicos Funcionais; Organização Funcional; Classificação dos Cargos; Criação, Transformação e Extinção dos Cargos; Cessão de Servidores; Regime Constitucional. 12. Serviços Públicos: Conceito, Características, Classificação, Titularidade e Remuneração. Princípios que regem o serviço público: Generalidade, Continuidade, Eficiência e Modicidade; Execução de Serviço Público: direta e indireta; Regimes de Parceria: Regime de Convênios Administrativos; Regime de Contratos de Gestão; Gestão por Colaboração. 13. Concessão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Modalidades; Exigência de Licitação; Direitos e Obrigações dos Usuários; Prazo da Concessão; Intervenção na Concessão. Extinção da Concessão; Reversão; Permissão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Extinção da Permissão; Lei 8.987/95 e alterações. Diferença entre Concessão e Permissão; Autorização. 14. Bens Públicos: Conceito, Classificação e Regime Jurídico dos Bens Públicos; Afetação e Desafetação; Aquisição, Gestão e Alienação dos Bens Públicos; Espécies de Bens Públicos. 15. Responsabilidade Civil do Estado: Conceito; Evolução; Aplicação da Responsabilidade Objetiva; Improbidade Administrativa. Lei. 8.429/92 e alterações. 16. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. 17. Intervenção do Estado na Propriedade: fundamentos; Modalidades. Desapropriação. 18. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e classificação das formas de controle; Controle Interno e Externo; Controle Exercido pela Administração Sobre Seus Próprios Atos (Controle Administrativo); Controle Parlamentar (Controle Legislativo), Controle Jurisdicional (Controle Judiciário); Meios de Controle Jurisdicional; Controle de Mérito e de Legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.
BRASIL, *Lei Federal 8.666/93* e alterações.
BRASIL. *Lei Federal 10.520/2002* e alterações.
BRASIL. *Lei Federal 8.987/95* e alterações.
BRASIL. *Lei Federal 8.429/92* e alterações.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26 ed. Rio de Janeiro. 2013: Atlas.

DIREITO FINANCEIRO E CONTROLE EXTERNO E INTERNO

I- Direito Financeiro

Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercícios Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório de Gestão Fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEZERRA FILHO, João Eudes. *Orçamento Aplicado ao Setor Público*. Editora Atlas. 2012.
GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. Editora Atlas. 14ª ed. 2007
KOHAMA, Heilio. *Contabilidade Pública: teoria e prática*. 12ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.
Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169 e art. 70 a 75).
BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*.
BRASIL. LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.
BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (e atualizações posteriores).
BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), e alterações.
Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.
Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 5ª edição 2013. www.tesouro.gov.br
MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, 5ª EDIÇÃO. (Parte I, II e III) www.tesouro.gov.br

II- Controle Externo e Interno

1. Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), Declaração de Lima e Declaração do México. 2. Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 75 da Constituição Federal). 3. Controle da Administração Pública: conceito; abrangência. 4. Sistema de controle externo. 5. Controle externo no Brasil. 6. Regras constitucionais sobre controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 7. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. 8. Controle de constitucionalidade e os Tribunais de Contas. 9. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 10. Controle interno e os Tribunais de Contas. 11. Controle externo e interno na Constituição Federal. 12. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: Arts. 87 a 98; Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 13. Código de ética (ATRICON) do

Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. 14. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro: NAG 1000 - Normas Gerais; NAG 2000 - Relativas aos Tribunais de Contas; NAG 3000 - Relativas aos Profissionais de Auditoria Governamental; NAG 4000 - Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 101/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 131/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm

____. Lei nº 289, de 25 de novembro de 1981, alterada pela Lei Complementar nº 82, de 05 de julho de 2007.

____. Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

____. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>.

____. Deliberação Nº 183/2011. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/Informa/RI2.pdf>

____. Deliberação Nº 198/2014. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

____. Deliberação Nº 199/2014. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Normas de Auditoria Governamental - NAGs:Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro. 2010. 88p. Disponível em: <http://www.irbcontas.org.br/noticia/normas-de-auditoria-governamental-nags/88>

GUERRA, Evandro Martins. Os Controles Externo e Interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2ed. 2005.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª edição., [s.l.]: Malheiros, 2010.

AGUIAR, Ubiratan; ALBUQUERQUE, Marcio; MEDEIROS, Paulo. A Administração Pública Sob a Perspectiva do Controle Externo. : Editora Fórum, 2011.

Dal Pozzo, Bresser Pereira; Tomaselli, Gabriela. As Funções do Tribunal de Contas e o Estado de Direito. Editora [Fórum. 2010.](#)

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Perspectivas teóricas da Administração Pública. 2. Fundamentos de Administração Pública. 3. Trajetória da Administração Pública. 4. Políticas Públicas. 5. Governança e Interações Multiatores em Redes Políticas. 6. Redes de Políticas. 7. Administração Pública brasileira. 8. Reformas administrativas. 9. Papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. 10. Uso de controles e indicadores de produtividade. 11. Gestão financeira e Orçamentária. 12. Gestão fiscal responsável. 13. Gestão da qualidade e foco nos processos, a natureza dos serviços e do negócio, as interações com os clientes, atributos da qualidade, indicadores de desempenho. 14. Gestão de Processos. 15. Empreendedorismo. 16. Governança corporativa. 17. Contabilidade Pública, serviço público, orçamento público, receita pública, despesa pública, licitações. 18. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão com pessoas. Rio de Janeiro: Campus, 1999

FILGUEIRAS, José A. Contabilidade Pública. Freitas Bastos Editora: Rio de Janeiro, 2007.

GIL, Antônio L. Gestão da qualidade empresarial. Atlas: S. Paulo, 1997.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública. Rio de Janeiro: Atlas 1996.

MORAES, Elias. Gerenciando a qualidade. Kelps: Goiânia 2002.

MOTTA, Paulo Roberto. A ciência e a arte de ser dirigente. Record: Rio de Janeiro, 1991.

NASCIMENTO, Ronaldo Edson. *Gestão Pública*. Saraiva: São Paulo, 2010.
PROCOPIUCK, Mário. *Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública*. Atlas: S. Paulo, 2013.
SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. *Governança corporativa no Brasil e no mundo*. Campus: S. Paulo, 2010.
SORDI, José Osvaldo de. *Gestão de processos*, Saraiva: São Paulo, 2012.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Princípios constitucionais de natureza ética: Moralidade, Impessoalidade, Probidade, Motivação e Publicidade. 2. Normas penais relativas ao Servidor Público; Dos crimes contra a Fazenda Pública; Dos Crimes contra as Finanças Públicas 3. Decreto Municipal 13.319 e respectivas alterações. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.
BRASIL. Código Penal e Legislação Extravagante sobre os tipos penais relativos ao Servidor Público.
BRASIL. Decreto Municipal 13.319 de 20 de Outubro de 1994 e respectivas alterações.
BRASIL. Lei 8.429 de 02 de Junho de 1992 e respectivas alterações.

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais relacionados aos seguintes temas: 1. Política. 2. Economia. 3. Cidadania e Direitos Humanos. 4. Educação e Saúde. 5. Tecnologias da Informação e Comunicação. 6. Cultura, Esporte e Lazer. 7. Meio Ambiente. 8. Infraestrutura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ªed. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26>
CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec. p. 121-159, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141998000300019&script=sci_arttext&tlng=pt>
GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3201>>
PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/jorge/v8n1_artigo_3.pdf>
PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007.
PRETTO, Nelson; PINTO, Claudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v.11. n.31. jan./abr. 2006, p.19-30.
RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2010.
RIO DE JANEIRO. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/controle_atividade_parlamentar.php?m1=legislacao&m2=lei_organica&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/organica.nsf/leiorg?OpenForm&Start=1&Count=30&Collapse=1>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

1. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título I – Dos Princípios Fundamentais (arts.1º a 13); Título II – Da Organização Municipal, Capítulo II – Da Competência do Município (arts.30

a 37), Capítulo III – Das Vedações (art. 38); Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Governo Municipal (art. 39), Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção I – Da Câmara Municipal (arts.40 a 43), Seção II – Das Atribuições da Câmara Municipal (arts.44 e 45), Seção III – Dos Vereadores (arts.46 a 51), Seção IV – Do Funcionamento da Câmara Municipal, Seção V – Do Processo legislativo, Seção VI – Da Procuradoria Geral da Câmara Municipal (art.86), Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts.87 a 98) 2. Constituição da República Federativa do Brasil: Título III – Da Organização do Estado, Capítulo IV – Dos Municípios (arts.29 a 31); Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo (art. 44 a 75) 3. Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivos do Município do Rio de Janeiro. 4. Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 5. Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e alterações.*

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações.*

BRASIL. *Lei Municipal 94/79* (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e alterações).

BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro) e alterações.

BRASIL. *Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.*

ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO

1. Perfil demográfico, epidemiológico e nutricional da população brasileira. 1.1 Evolução histórica e transição demográfica, epidemiológica e nutricional. 1.1.1 Principais resultados do Censo Demográfico 2010 – IBGE de interesse para a saúde. 1.1.2 Principais indicadores demográficos e sua evolução histórica – fertilidade, natalidade, mortalidade, esperança de vida ao nascer. 1.2 Perfil epidemiológico atual da população brasileira. 1.2.1 Principais indicadores de saúde e sua evolução histórica – mortalidade geral e específica (principais causas de óbito), mortalidade infantil, mortalidade materna, morbidade e indicadores de oferta de serviços de saúde. 1.3 Estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos. 1.3.1 Principais resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 – IBGE de interesse para a saúde. 1.4 Sistemas de informação em saúde. 2. Estrutura e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). 2.1 - Bases legais constitucionais. 2.2 Lei 8.080, de 1990 (Lei Orgânica da Saúde). 2.3 Lei 8.142, de 1990. 2.4 Financiamento do setor saúde e a Emenda Constitucional 29, de 2000. 2.5 O processo de descentralização e municipalização. 2.6 Instâncias de deliberação e pactuação. 2.6.1 Comissões intergestores bipartite e tripartite. 2.6.2 Pacto pela Saúde. 2.7 Participação comunitária e controle social. 2.7.1 Conselhos e conferências de saúde. 2.8 Incorporação tecnológica. 2.8.1 Lei 12.401, de 2011 (Assistência terapêutica e incorporação de tecnologia em saúde). 2.9 Assistência farmacêutica no SUS. 2.9.1 Medicamentos genéricos. 2.10 Política Nacional de Atenção básica. 2.10.1 Estratégia de Saúde da Família. 2.10.2 - Consultórios de Rua. 2.11 Atenção às urgências e emergências. 2.12 Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde. 2.13 - Gestão Estratégica e Participativa no SUS. 2.13.1 - Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - ParticipaSUS. 2.13.2. Implantação de Ouvidorias no SUS. 2.14 - Bases legais municipais do SUS . 2.14.1 - Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, Capítulo IV, Seção IV, da Saúde e Higiene. 3. Saúde suplementar. 3.1 Mercado de serviços privados de saúde no Brasil e sua evolução.. 3.2 Planos privados de assistência à saúde e sua regulamentação. 3.2.1 Lei 9.656, de 1998 (Lei dos planos de saúde). 3.2.2 Lei 9.961, de 2000 (Lei de criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS). 4. Controle de doenças e agravos à saúde. 4.1 Situação epidemiológica atual, tendências das principais doenças e agravos à saúde e tecnologias de controle sanitário. 4.1.1 Doenças crônicas não transmissíveis 4.1.1.1 Doenças cardiovasculares. 4.1.1.2 Câncer. 4.1.1.3 Hipertensão arterial. 4.1.1.4 Diabetes. 4.1.1.5 Obesidade. 4.1.2 Doenças infecciosas. 4.1.2.1 Dengue. 4.1.2.2 Tuberculose. 4.1.2.3 Aids. 4.1.2.4 Hepatites. 4.1.2.5 Hanseníase. 4.1.3 Traumas, acidentes e causas externas. 4.2 Programa Nacional de Imunizações. 4.2.1 -

Calendário de Vacinações - Portaria 1.498 de 19 de julho de 2013. 5. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços. 5.1 Saúde da criança. 5.1.1 Crescimento e Desenvolvimento da Criança. 5.1.2. Programa Saúde da Criança do Município do Rio de Janeiro. 5.1.3 - Programa Cegonha Carioca. 5.2. Saúde do Adolescente. 5.2.1. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde 5.3. Saúde da mulher. 5.3.1 Rede Cegonha. 5.3.2 - Controle do Câncer de Colo de Útero. 5.3.3. Controle do Câncer de Mama. 5.4 Saúde do homem. 5.4.1 - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. 5.5 Saúde da pessoa idosa. 5.5.1 - Informações sobre serviços e direitos para a pessoa idosa. 5.6 Saúde mental. 5.6.1 Lei 10.216, de 2001 (Reforma psiquiátrica). 5.6.2. Situações de saúde mental comuns na Atenção Básica. 5.6.3 Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas (Portaria 3.088 de 23/12/2011). 5.6.4 Programa Nacional de Controle do Tabagismo. 5.7 Saúde dos povos indígenas. 5.7.1 - Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 5.8 Saúde bucal. 5.9 Saúde do trabalhador. 5.9.1 Risco e acidentes de trabalho. 5.9.2 Principais doenças ocupacionais. 5.10 Doação e transplante de órgãos. 5.10.1 Lei 9.434, de 1997. 5.10.2 Política Nacional de Transplantes. 6. Vigilância Sanitária. 6.1 Política Nacional de Vigilância em Saúde e Sanitária: competências gerais e específicas. 6.2 Legislação de vigilância em saúde e sanitária (Portaria 1.378 de 9 de julho de 2013). 6.2.1 - Informações para o consumidor - Vigilância Sanitária no Município do Rio de Janeiro 6.3 Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados. 6.3.1 Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados. 6.3.2 Lei 10.205, de 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Competências gerais e específicas. Disponível em <http://www.anvisa.gov.br/institucional/anvisa/comp.htm>

Assistência Farmacêutica no SUS - Coleção Progestores 2011 Vol. 7 - Para entender a gestão do SUS - CONASS/Ministério da Saúde. disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao_sus_v.7.pdf

Bases legais do SUS - disponível em:

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/legislacao>

Controle do Câncer de colo de Útero. Plano de Ação para Redução da Incidência e Mortalidade por Câncer do Colo do Útero. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/Sumario_executivo.pdf

Controle do Câncer de Mama. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/Sumario_executivo.pdf

DATASUS - Sistemas de Informação em Saúde - disponível em:

<http://datasus.saude.gov.br>

Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf

Doenças Infecciosas - Doenças Infecciosas e Parasitárias - Guia de Bolso, 8a ed, 2010. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guiabolso.pdf

Estratégias para o Enfrentamento das DCNT no Brasil 2011-2022 - disponível em: http://www.saude.rj.gov.br/arquivos-para-baixar/doc_download/8213-plano-dcnt-ms-2011-a-2022.html

Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde - Coleção Progestores 2011 Vol. 9- Para entender a gestão do SUS - CONASS/Ministério da Saúde. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao_sus_v.9.pdf

Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde - Coleção Progestores 2011 Vol. 12- Para entender a gestão do SUS - CONASS/Ministério da Saúde. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao_sus_v.12.pdf

Guia de Orientações Básicas para Implantação de Ouvidorias no SUS - disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_orientacoes_implantacao_ouvidorias_sus.pdf
Guia do Consumidor (Alimentos) - Disponível em:
<http://www2.rio.rj.gov.br/vigilanciasanitaria/guiaconsumidor.cfm>
Informações sobre serviços e direitos para a pessoa idosa. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/idoso_cidadao_brasileiro.pdf
Lei 10.211, de 23 de março de 2001 - Disponível em
http://www.transplante.rj.gov.br/Site/Arq/lei_10211_01.pdf
Lei 10.216, de 2001 (Reforma psiquiátrica). - Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm
Lei 12.401, de 28 de abril de 2011 - disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12401.htm
Lei 9.656 de 3 de junho de 1998. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9656.htm
Lei 9.968 de 28 de janeiro de 2000. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9961.htm
Lei 9434 de 4 de fevereiro de 1997 - disponível em
http://www.transplante.rj.gov.br/Site/Arq/lei_9434_97.pdf
Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001 - disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10205.htm
Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro - disponível em
<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>
Manual Instrutivo da Rede Nacional de Atenção às Urgências e Emergências no SUS. Disponível em
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_rede_atencao_urgencias.pdf
Mortalidade Infantil do Município do Rio de Janeiro - Portal da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro - disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/exibeConteudo?id=1368679>
Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 - disponível em
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_encaa/default.shtm
Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Disponível em
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf
Política Nacional de Atenção Básica - Disponível em
<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/pnab>
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Disponível em
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_homem.pdf
Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - disponível em
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_estrategica_participasus_2ed.pdf
Política Nacional de Vigilância em Saúde e Sanitária. Portaria 1.378 de 9 de julho de 2013. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1378_09_07_2013.html
Portaria 1.559 de 24 de junho de 2011. Rede Cegonha. Disponível em
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html
Portaria 3.088 de 23 de dezembro de 2011. Disponível em
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
PORTARIA Nº 1.498, DE 19 DE JULHO DE 2013 - disponível em
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1498_19_07_2013.html
PORTARIA Nº 2.712, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013 - disponível em
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2712_12_11_2013.html
Problemas mentais comuns na Atenção Básica - Disponível em
http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf
Programa Cegonha Carioca - disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/cegonha-carioca>
Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT). Disponível em
http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/tire_duvidas_PNCT.pdf
Programa Saúde da Criança do Município do Rio de Janeiro - disponível em
<http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/exibeconteudo?id=4288881>

Rouquayrol, MZ, Gurgel, M - Epidemiologia & Saúde. Medbook, 7a ed. 2013 - Capítulos 3, 12, 14, 15, 16, 17 e 18.

Saúde Bucal. Disponível em:

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal.pdf

Terminologias adotadas em Legislação Nacional - Portaria nº 2.472, de 31 de agosto de 2010 - disponível em <http://www.saude.rj.gov.br/atencao-a-saude-1/415-atencao-basica/atencao-as-violencias/6723-portaria-n-2472-de-31-de-agosto-de-2010.html>

CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA: EDUCAÇÃO E CULTURA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Estruturação do texto e dos parágrafos. 1.2 Características e função, considerando o tipo (descritivo, narrativo, dissertativo, injuntivo) e o gênero do texto. 1.3 Localização de informações explícitas; inferência de informações implícitas. 1.4 Sentido e significado de vocábulos e expressões no contexto. **2. Coerência e coesão** na articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. **3. Variação da língua.** 3.1 Seleção vocabular e organização frasal adequadas ao contexto de uso. 3.2 Registro formal escrito: correção, clareza, precisão, concisão. **4. Redação oficial.** **5. Estrutura e formação de palavras** – valor morfológico e semântico dos elementos mórficos. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. **6. Ortografia oficial.** 6.1 Acentuação gráfica – segundo o atual acordo ortográfico. 6.2 Emprego de letras. 6.3 Emprego do hífen. **7. Uso e função das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito.** 7.1 Substantivo, adjetivo, artigo e numeral – a relação determinante/determinado. 7.2 Pronome: classificação, emprego, colocação e formas de tratamento. 7.3 Advérbio, preposição e conjunção: emprego e valor semântico. **8. Flexão verbal.** 8.1 Emprego e valor semântico de tempos, modos e vozes verbais. 8.2 Correlação entre tempos verbais. 8.3. Concordância verbal. **9. Flexão de número e gênero:** concordância nominal. **10. Regência nominal e verbal.** 10.1 Ocorrência de crase. **11. Relações sintáticas e semânticas entre termos, orações e segmentos de texto.** 11.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto – coordenação e subordinação. 11.2 Termos oracionais. 11.3 Figuras de sintaxe. 11.4 Colocação de termos na oração. **12. Equivalência e transformação de estruturas sintático-semânticas.** Reescrita de frases. **13. Emprego dos sinais de pontuação.** **14. Denotação e conotação.** 14.1 Uso e sentido das figuras de palavra e de pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. 2008. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf

OBS. A prova de língua portuguesa priorizará a consciência do uso da língua e, não, o conhecimento de termos técnicos ou a citação de regras gramaticais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: Conceito, Objeto e Elementos; Classificações das Constituições, Supremacia da Constituição. 2. Poder Constituinte Originário e Derivado. 3. Reforma e Revisão da Constituição; Mutações Constitucionais. 4. Interpretação do Texto Constitucional e Aplicação das Normas Constitucionais; Métodos de Interpretação da Constituição; Princípios da Interpretação Constitucional. 5. Direitos Fundamentais; Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 6. Ações Constitucionais. 7. Organização do Estado: Características Básicas do Estado Federal; Soberania e Autonomia; União; Estados; Distrito Federal e Territórios. 8. Repartição de Competências na Constituição de 1988. 9. Intervenção Federal e Estadual. 10. Controle de Constitucionalidade: Evolução; Controle Preventivo e Repressivo; Controle Concentrado e Difuso; Controle Incidental e Concreto; Decisões no Controle de Constitucionalidade de Normas e seus Efeitos. 11. Poder Legislativo; Processo Legislativo. Iniciativa Comum. Iniciativa Reservada. Iniciativa Privativa de Órgãos do Poder Judiciário. Iniciativa Privativa do Ministério Público. Iniciativa Privativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Iniciativa Privativa do Presidente da República. Discussão. Votação. Sanção ou Veto. Promulgação e Publicação. Espécies Legislativas. 12. Poder Executivo. 13. Poder Judiciário. 14. Funções Essenciais à Justiça. 15. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 16. Princípios da Ordem Tributária. Imunidades. 17. Princípios da Ordem Econômica e Financeira. 18. Ordem Social: Da seguridade Social; Da Educação, Da Cultura e Do Desporto; Da Ciência e Tecnologia; Da Comunicação Social; Do Meio Ambiente; Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, dos Índios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*. 8.ed. 2013: Saraiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Regime Jurídico Administrativo: Princípios Administrativos (Expressos e Reconhecidos) 2. Administração Pública: conceito; Sentido Objetivo e Sentido Subjetivo. 3. Administração Direta e Indireta: Organização Administrativa: Centralização e Descentralização; Desconcentração; Administração Direta: Conceito; Natureza da Função; Abrangência; Composição; Contratos de Gestão; Administração Indireta: Conceito, Natureza da Função; Abrangência; Composição; Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mistas. 4. Órgãos Públicos: Conceito; Criação e Extinção; Teorias de Caracterização do Órgão; Capacidade Processual; Classificação. 5. Ato Administrativo: Conceito; Elementos; Discricionariedade e Vinculação; Características; Mérito Administrativo; Formação e Efeitos; Classificação; Espécies: Quanto à Forma de Exteriorização e Quanto ao Conteúdo; Extinção; Invalidação (ou Anulação); Convalidação; Revogação. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos. 6. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos: Uso e Abuso de Poder; Poderes Administrativos: Poder Discricionário, Poder Regulamentar e Poder de Polícia; Deveres dos Administradores Públicos; Hierarquia e Disciplina. 7. Contratos Administrativos: Conceito, Disciplina normativa, Sujeitos, Características e Espécies; Cláusulas de Privilégios; Equação Econômico-Financeira; Formalização; Duração, Prorrogação, Renovação e Inexecução do contrato administrativo; Extinção do Contrato Administrativo; Sanções Administrativas. 8. Convênios Administrativos. 9. Consórcios Públicos. 10. Licitação: conceito, natureza jurídica e disciplina normativa; Princípios Básicos e Correlatos; Dispensa e Inexigibilidade. Tipos de Licitação. Modalidades de Licitação. Lei 8.666/93. Pregão. Lei 10.520/2002. 11. Agentes Públicos: Classificação; Agentes de Fato; Servidores Públicos: Classificação; Regimes Jurídicos Funcionais; Organização Funcional; Classificação dos Cargos; Criação, Transformação e Extinção dos Cargos; Cessão de Servidores; Regime Constitucional. 12. Serviços Públicos: Conceito, Características, Classificação, Titularidade e Remuneração. Princípios que regem o serviço público: Generalidade, Continuidade, Eficiência e Modicidade; Execução de Serviço Público: direta e indireta; Regimes de Parceria: Regime de

Convênios Administrativos; Regime de Contratos de Gestão; Gestão por Colaboração. 13. Concessão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Modalidades; Exigência de Licitação; Direitos e Obrigações dos Usuários; Prazo da Concessão; Intervenção na Concessão. Extinção da Concessão; Reversão; Permissão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Extinção da Permissão; Lei 8.987/95 e alterações. Diferença entre Concessão e Permissão; Autorização. 14. Bens Públicos: Conceito, Classificação e Regime Jurídico dos Bens Públicos; Afetação e Desafetação; Aquisição, Gestão e Alienação dos Bens Públicos; Espécies de Bens Públicos. 15. Responsabilidade Civil do Estado: Conceito; Evolução; Aplicação da Responsabilidade Objetiva; Improbidade Administrativa. Lei. 8.429/92 e alterações. 16. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. 17. Intervenção do Estado na Propriedade: fundamentos; Modalidades. Desapropriação. 18. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e classificação das formas de controle; Controle Interno e Externo; Controle Exercido pela Administração Sobre Seus Próprios Atos (Controle Administrativo); Controle Parlamentar (Controle Legislativo), Controle Jurisdicional (Controle Judiciário); Meios de Controle Jurisdicional; Controle de Mérito e de Legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL, *Lei Federal 8.666/93* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 10.520/2002* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.987/95* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.429/92* e alterações.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26 ed. Rio de Janeiro. 2013: Atlas.

DIREITO FINANCEIRO E CONTROLE EXTERNO E INTERNO

I- Direito Financeiro

Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercícios Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório de Gestão Fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEZERRA FILHO, João Eudes. *Orçamento Aplicado ao Setor Público*. Editora Atlas. 2012.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. Editora Atlas. 14ª ed. 2007

KOHAMA, Heilio. *Contabilidade Pública: teoria e prática*. 12ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.

Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169 e art. 70 a 75).

BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*.

BRASIL. LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (e atualizações posteriores).

BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), e alterações.

Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.

Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

II- Controle Externo e Interno

1. Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), Declaração de Lima e Declaração do México. 2. Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 75 da Constituição Federal). 3. Controle da Administração Pública: conceito; abrangência. 4. Sistema de controle externo. 5. Controle externo no Brasil. 6. Regras constitucionais sobre controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 7. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. 8. Controle de constitucionalidade e os Tribunais de Contas. 9. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 10. Controle interno e os Tribunais de Contas. 11. Controle externo e interno na Constituição Federal. 12. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: Arts. 87 a 98; Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 13. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. 14. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro: NAG 1000 - Normas Gerais; NAG 2000 - Relativas aos Tribunais de Contas; NAG 3000 - Relativas aos Profissionais de Auditoria Governamental; NAG 4000 - Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 101/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 131/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm

____. Lei nº 289, de 25 de novembro de 1981, alterada pela Lei Complementar nº 82, de 05 de julho de 2007.

____. Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

____. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>.

____. Deliberação Nº 183/2011. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/Informa/RI2.pdf>

____. Deliberação Nº 198/2014. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

____. Deliberação Nº 199/2014. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Normas de Auditoria Governamental - NAGs: Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro. 2010. 88p. Disponível em: <http://www.irbcontas.org.br/noticia/normas-de-auditoria-governamental-nags/88>

GUERRA, Evandro Martins. Os Controles Externo e Interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2ed. 2005.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª edição., [s.l.]: Malheiros, 2010.

AGUIAR, Ubiratan; ALBUQUERQUE, Marcio; MEDEIROS, Paulo. A Administração Pública Sob a Perspectiva do Controle Externo. : Editora Fórum, 2011.

Dal Pozzo, Bresser Pereira; Tomaselli, Gabriela. As Funções do Tribunal de Contas e o Estado de Direito. Editora [Fórum](http://www.forum.com.br). 2010.

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Perspectivas teóricas da Administração Pública. 2. Fundamentos de Administração Pública. 3. Trajetória da Administração Pública. 4. Políticas Públicas. 5. Governança e Interações

Multiatores em Redes Políticas. 6. Redes de Políticas. 7. Administração Pública brasileira. 8. Reformas administrativas. 9. Papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. 10. Uso de controles e indicadores de produtividade. 11. Gestão financeira e Orçamentária. 12. Gestão fiscal responsável. 13. Gestão da qualidade e foco nos processos, a natureza dos serviços e do negócio, as interações com os clientes, atributos da qualidade, indicadores de desempenho. 14. Gestão de Processos. 15. Empreendedorismo. 16. Governança corporativa. 17. Contabilidade Pública, serviço público, orçamento público, receita pública, despesa pública, licitações. 18. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão com pessoas*. Rio de Janeiro: Campus, 1999
FILGUEIRAS, José A. *Contabilidade Pública*. Freitas Bastos Editora: Rio de Janeiro, 2007.
GIL, Antônio L. *Gestão da qualidade empresarial*. Atlas: S. Paulo, 1997.
KOHAMA, Heilio. *Contabilidade pública*. Rio de Janeiro: Atlas 1996.
MORAES, Elias. *Gerenciando a qualidade*. Kelps: Goiânia 2002.
MOTTA, Paulo Roberto. *A ciência e a arte de ser dirigente*. Record: Rio de Janeiro, 1991.
NASCIMENTO, Ronaldo Edson. *Gestão Pública*. Saraiva: São Paulo, 2010.
PROCOPIUCK, Mário. *Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública*. Atlas: S. Paulo, 2013.
SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. *Governança corporativa no Brasil e no mundo*. Campus: S. Paulo, 2010.
SORDI, José Osvaldo de. *Gestão de processos*, Saraiva: São Paulo, 2012.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Princípios constitucionais de natureza ética: Moralidade, Impessoalidade, Probidade, Motivação e Publicidade. 2. Normas penais relativas ao Servidor Público; Dos crimes contra a Fazenda Pública; Dos Crimes contra as Finanças Públicas 3. Decreto Municipal 13.319 e respectivas alterações. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.
BRASIL. Código Penal e Legislação Extravagante sobre os tipos penais relativos ao Servidor Público.
BRASIL. Decreto Municipal 13.319 de 20 de Outubro de 1994 e respectivas alterações.
BRASIL. Lei 8.429 de 02 de Junho de 1992 e respectivas alterações.

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais relacionados aos seguintes temas: 1. Política. 2. Economia. 3. Cidadania e Direitos Humanos. 4. Educação e Saúde. 5. Tecnologias da Informação e Comunicação. 6. Cultura, Esporte e Lazer. 7. Meio Ambiente. 8. Infraestrutura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ªed. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26>
CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec. p. 121-159, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141998000300019&script=sci_arttext&tlng=pt>

GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3201>>

PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/jorge/v8n1_artigo_3.pdf>

PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007.

PRETTO, Nelson; PINTO, Claudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v.11. n.31. jan./abr. 2006, p.19-30.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2010.

RIO DE JANEIRO. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/controlar_atividade_parlamentar.php?m1=legislacao&m2=lei_organica&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/organica.nsf/leiorg?OpenForm&Start=1&Count=30&Collapse=1>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

1. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título I – Dos Princípios Fundamentais (arts.1º a 13); Título II – Da Organização Municipal, Capítulo II – Da Competência do Município (arts.30 a 37), Capítulo III – Das Vedações (art. 38); Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Governo Municipal (art. 39), Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção I – Da Câmara Municipal (arts.40 a 43), Seção II – Das Atribuições da Câmara Municipal (arts.44 e 45), Seção III – Dos Vereadores (arts.46 a 51), Seção IV – Do Funcionamento da Câmara Municipal, Seção V – Do Processo legislativo, Seção VI – Da Procuradoria Geral da Câmara Municipal (art.86), Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts.87 a 98) 2. Constituição da República Federativa do Brasil: Título III – Da Organização do Estado, Capítulo IV – Dos Municípios (arts.29 a 31); Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo (art. 44 a 75) 3. Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivos do Município do Rio de Janeiro. 4. Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 5. Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e alterações*.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações*.

BRASIL. *Lei Municipal 94/79* (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e alterações).

BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro) e alterações.

BRASIL. *Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*.

ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO

I- Educação

1. Fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e sociológicos da educação. 1.1 Evolução da educação escolar brasileira. 1.2 O pensamento educacional e pedagógico brasileiro. 2 A educação como direito de todos e dever do Estado e da família. 2.1 Educação escolar obrigatória. 2.2 Normas nacionais e federais sobre educação. 3. Níveis, etapas e modalidades de ensino: estrutura e funcionamento. 3.1 Educação infantil. 3.2 Ensino fundamental. 3.3 Ensino médio. 3.4 Educação de jovens e adultos. 3.5 Educação superior. 3.6 Educação profissional. 3.7 Educação especial. 3.8 Educação indígena. 3.9 Educação afro-brasileira. 3.10 Educação a distância e tecnologias educacionais. 3.11 Educação no campo 4. Legislação e Planejamento educacional. 4.1 O Plano Nacional de Educação. 4.2 Políticas do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 4.3 Interseções das políticas de educação federal, estadual e municipal 5. Políticas de qualificação da educação. 5.1 Financiamento. 5.2 Sistemas de avaliação da educação básica e da educação superior. 6. Questões contemporâneas da educação brasileira. 6.1 Educação e diversidade. 6.2. Educação

em tempo integral. 6.3 Formação inicial e continuada dos profissionais da educação: saberes, tempos e lugares. 6.4 Remuneração dos profissionais da educação. 6.5 Violência nas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. MEC. (LDB)

BRASIL, Parâmetros curriculares nacionais. Brasília. MEC, 1997.

Constituição da República Federativa do Brasil: VIII – DA ORDEM SOCIAL, CAPÍTULO I – DISPOSIÇÃO GERAL (art. 193), CAPÍTULO III – DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO Seção I - DA EDUCAÇÃO (arts. 205 a 214), Seção II - DA CULTURA (arts. 215 a 216-A).

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: disponível no site: www.mec.gov.br

DELORS, Jacques. A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre. Artmed, 2005.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo. Petrópolis, Ed. Vozes, 2009.

FREIRE, P., Pedagogia da autonomia. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E.(orgs). Autonomia da Escola: princípios e propostas, São Paulo, Ed, Cortez, 2000.

KIRAMER, Sonia. A Política do Pré-Escolar no Brasil. São Paulo, Ed Cortez, 2006

Legislação Brasileira sobre Educação , Câmara dos Deputados, Brasília, 2013

Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título VI – das Políticas Municipais, Capítulo I – Disposições Gerais (arts. 261 e 262) Capítulo IV – Do Desenvolvimento Social, Seção II – Da Educação, Subseção I – Dos Princípios Gerais (arts. 320 a 323), Subseção II – Da Organização do Sistema de Ensino (arts. 324 a 329), Subseção III – Do Planejamento da Educação e Seus Conteúdos (arts. 330 a 332), Subseção IV – Disposições Gerais (arts. 333 a 336)

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Goiânia, MF Livros, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mira Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo. Cortez, 2005

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo. Cortez, 2006.

LÜCK, Heloisa. Ação integrada. Petrópolis. Editora Vozes, 2008.

NISKIER, Arnaldo. Educação a distância: a tecnologia da esperança; políticas e estratégias a implantação de um sistema nacional de educação aberta e a distância. São Paulo: Loyola, 1999.

PARECER CNE Nº 12/97 – CEB – Aprovado em 8.10.97

SANTOS, Mônica P. dos & PAULINO, Marcos M. (orgs.). Inclusão em educação: cultura, políticas e práticas. São Paulo. Cortez, 2006.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (PEE)

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO e alterações da RESOLUÇÃO SME Nº 1.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2012.

II- Cultura

1. Cultura. 1.1. Cultura, bens, valores e patrimônio cultural. 1.1.1. Bens culturais materiais e imateriais. 1.1.2. Registro e ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. 1.1.3. Formas de expressão cultural. 1.1.4. Desenvolvimento cultural. 1.1.5. Exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. 1.1.6. Multiculturalismo e identidade nacional. 1.1.7. Preservação e proteção de culturas populares. 1.1.8. Promoção do patrimônio cultural brasileiro. 1.1.9. Produção cultural e conhecimento cultural. 1.2. Proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos. 1.2.1. Sítios arqueológicos. 1.2.2. Bibliotecas, arquivos e museus. 1.2.3. Tombamento de documentos e sítios históricos. 1.2.4. Danos e ameaças ao patrimônio cultural. 1.2.5. Defesa contra evasão, destruição e descaracterização dos patrimônios histórico, cultural, artístico e científico. 1.2.6. Gestão da documentação

governamental. 1.2.7. Patrimônio artístico, científico, histórico, arquitetônico, geográfico, arqueológico, paleontológico e espeleológico. 1.2.8. Cavidades naturais. 1.2.9. Conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. 1.2.10. Conjuntos urbanos e sítios. 1.3 Instituições culturais. 1.3.1. Organização administrativa do sistema de cultura. 1.3.2. Política cultural e ações governamentais. 1.3.3. Normas gerais sobre cultura. 1.3.4. Competência legislativa da União, dos Estados e do Distrito Federal. 1.3.5. Sistema Nacional de Cultura (SNC). Plano Nacional de Cultura. 1.3.6. Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. 1.4. Incentivo à produção e ao conhecimento de bens e valores culturais. 1.4.1. Incentivo fiscal às atividades culturais. 1.4.2. Incentivos e apoio à cultura. 1.4.3. Apoio a projetos e atividades culturais. 1.4.4. Políticas de valorização da diversidade étnica e cultural. 1.4.5. Política Nacional de Museus. 1.4.6. Incentivo à Cultura no Estado e Município do Rio de Janeiro. 1.5. Criações artísticas. 1.5.1. Criações científicas, artísticas e tecnológicas. 1.5.2. Manifestações artístico-culturais. 1.5.3. Obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços às manifestações artístico-culturais. 1.6. Fomento à atividade audiovisual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- LIVIO, SANSONE. Negritude sem etnicidade. RJ: Editora Pallas, 2007.
- MARCONI, MARIANA DE ANDRADE. Antropologia: uma introdução. SP: Editora Atlas, 2011.
- MAFRA & ALMEIDA. Religiões e cidades. SP: Editora Terceiro Nome, 2009.
- LINTON, RALPH. O homem: uma introdução antropológica. SP: Martins Fontes, 2000.
- SALVADOR, EVILASIO. Fundo público e seguridade social no Brasil. SP: Ed. Cortez, 2010.
- Constituição da República Federativa do Brasil: Art. 5, termo LXXIII; art. 23, III, IV, V, VI, VII; Art. 24, VI, VII, VIII, IX; Art. 30, IX; Art. 170, VI; Art. 215, parágrafo 1 e 2, art. 216, I, II, III, IV e V, parágrafos 1, 2, 3, 4 e 5. Art. 220; Art. 221, I, II e III.; Art. 225, parágrafo I, itens I, II, III, IV, V, VI e VII, parágrafos 2, 3, 4, 5 e 6.
- Decreto-Lei Nº 25, de 30 de Novembro de 1937, que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- DECRETO Nº 23162 DE 21 DE JULHO DE 2003 (bens imateriais)
- DECRETO nº. 35879 de 05 de julho de 2012 (Rio Patrimônio da Humanidade)
- Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título VI – das Políticas Municipais, Capítulo I – Disposições Gerais (arts. 261 e 262), Seção I – Da Organização Espacial (arts. 263 a 266), Seção II – Da Função Social da Propriedade (arts. 267 a 269), Seção III – Do Processo de Planejamento (arts. 270 a 274), Capítulo IV – Do Desenvolvimento Social, Seção III – Da Cultura (arts. 337 a 350).
- Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 que dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos.
- Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010. (PNC).
- LEI Nº 5.553, de 14 de janeiro de 2013 (incentivo fiscal para projetos culturais)
- LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, seção III (art. 337 a 350).
- Legislação sobre museus, Câmara dos Deputados, Brasília, 2013.
- Plano Municipal de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro: colegiados e setoriais, disponível no site <http://planomunicipaldeculturario.wordpress.com/oque/documentos/>
- Plano Setorial para as Culturas Populares, SID-MINC, 2010.
- Subsídios para a criação de Museus Municipais, Ministério da Cultura, RJ, 2009.

CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA: TRANSPORTES

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Estruturação do texto e dos parágrafos. 1.2 Características e função, considerando o tipo (descritivo, narrativo, dissertativo, injuntivo) e o gênero do texto. 1.3 Localização de informações explícitas; inferência de informações implícitas. 1.4 Sentido e significado de vocábulos e expressões no contexto. **2. Coerência e coesão** na articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos,

operadores sequenciais. **3. Variação da língua.** 3.1 Seleção vocabular e organização frasal adequadas ao contexto de uso. 3.2 Registro formal escrito: correção, clareza, precisão, concisão. **4. Redação oficial.** **5. Estrutura e formação de palavras** – valor morfológico e semântico dos elementos mórficos. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. **6. Ortografia oficial.** 6.1 Acentuação gráfica – segundo o atual acordo ortográfico. 6.2 Emprego de letras. 6.3 Emprego do hífen. **7. Uso e função das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito.** 7.1 Substantivo, adjetivo, artigo e numeral – a relação determinante/determinado. 7.2 Pronome: classificação, emprego, colocação e formas de tratamento. 7.3 Advérbio, preposição e conjunção: emprego e valor semântico. **8. Flexão verbal.** 8.1 Emprego e valor semântico de tempos, modos e vozes verbais. 8.2 Correlação entre tempos verbais. 8.3. Concordância verbal. **9. Flexão de número e gênero:** concordância nominal. **10. Regência nominal e verbal.** 10.1 Ocorrência de crase. **11. Relações sintáticas e semânticas entre termos, orações e segmentos de texto.** 11.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto – coordenação e subordinação. 11.2 Termos oracionais. 11.3 Figuras de sintaxe. 11.4 Colocação de termos na oração. **12. Equivalência e transformação de estruturas sintático-semânticas.** Reescrita de frases. **13. Emprego dos sinais de pontuação.** **14. Denotação e conotação.** 14.1 Uso e sentido das figuras de palavra e de pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. 2008. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf

OBS. A prova de língua portuguesa priorizará a consciência do uso da língua e, não, o conhecimento de termos técnicos ou a citação de regras gramaticais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: Conceito, Objeto e Elementos; Classificações das Constituições, Supremacia da Constituição. 2. Poder Constituinte Originário e Derivado. 3. Reforma e Revisão da Constituição; Mutação Constitucional. 4. Interpretação do Texto Constitucional e Aplicação das Normas Constitucionais; Métodos de Interpretação da Constituição; Princípios da Interpretação Constitucional. 5. Direitos Fundamentais; Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 6. Ações Constitucionais 7. Organização do Estado: Características Básicas do Estado Federal; Soberania e Autonomia; União; Estados; Distrito Federal e Territórios. 8. Repartição de Competências na Constituição de 1988. 9. Intervenção Federal e Estadual. 10. Controle de Constitucionalidade: Evolução; Controle Preventivo e Repressivo; Controle Concentrado e Difuso; Controle Incidental e Concreto; Decisões no Controle de Constitucionalidade de Normas e seus Efeitos. 11. Poder Legislativo; Processo Legislativo. Iniciativa Comum. Iniciativa Reservada. Iniciativa Privativa de Órgãos do Poder Judiciário. Iniciativa Privativa do Ministério Público. Iniciativa Privativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Iniciativa Privativa do Presidente da República. Discussão. Votação. Sanção ou Veto. Promulgação e Publicação. Espécies Legislativas. 12. Poder Executivo. 13. Poder

Judiciário. 14. Funções Essenciais à Justiça. 15. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 16. Princípios da Ordem Tributária. Imunidades. 17. Princípios da Ordem Econômica e Financeira. 18. Ordem Social: Da seguridade Social; Da Educação, Da Cultura e Do Desporto; Da Ciência e Tecnologia; Da Comunicação Social; Do Meio Ambiente; Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, dos Índios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional.

8.ed. 2013: Saraiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Regime Jurídico Administrativo: Princípios Administrativos (Expressos e Reconhecidos) 2. Administração Pública: conceito; Sentido Objetivo e Sentido Subjetivo. 3. Administração Direta e Indireta: Organização Administrativa: Centralização e Descentralização; Desconcentração; Administração Direta: Conceito; Natureza da Função; Abrangência; Composição; Contratos de Gestão; Administração Indireta: Conceito, Natureza da Função; Abrangência; Composição; Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mistas. 4. Órgãos Públicos: Conceito; Criação e Extinção; Teorias de Caracterização do Órgão; Capacidade Processual; Classificação. 5. Ato Administrativo: Conceito; Elementos; Discricionariedade e Vinculação; Características; Mérito Administrativo; Formação e Efeitos; Classificação; Espécies: Quanto à Forma de Exteriorização e Quanto ao Conteúdo; Extinção; Invalidação (ou Anulação); Convalidação; Revogação. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos. 6. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos: Uso e Abuso de Poder; Poderes Administrativos: Poder Discricionário, Poder Regulamentar e Poder de Polícia; Deveres dos Administradores Públicos; Hierarquia e Disciplina. 7. Contratos Administrativos: Conceito, Disciplina normativa, Sujeitos, Características e Espécies; Cláusulas de Privilégios; Equação Econômico-Financeira; Formalização; Duração, Prorrogação, Renovação e Inexecução do contrato administrativo; Extinção do Contrato Administrativo; Sanções Administrativas. 8. Convênios Administrativos. 9. Consórcios Públicos. 10. Licitação: conceito, natureza jurídica e disciplina normativa; Princípios Básicos e Correlatos; Dispensa e Inexigibilidade. Tipos de Licitação. Modalidades de Licitação. Lei 8.666/93. Pregão. Lei 10.520/2002. 11. Agentes Públicos: Classificação; Agentes de Fato; Servidores Públicos: Classificação; Regimes Jurídicos Funcionais; Organização Funcional; Classificação dos Cargos; Criação, Transformação e Extinção dos Cargos; Cessão de Servidores; Regime Constitucional. 12. Serviços Públicos: Conceito, Características, Classificação, Titularidade e Remuneração. Princípios que regem o serviço público: Generalidade, Continuidade, Eficiência e Modicidade; Execução de Serviço Público: direta e indireta; Regimes de Parceria: Regime de Convênios Administrativos; Regime de Contratos de Gestão; Gestão por Colaboração. 13. Concessão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Modalidades; Exigência de Licitação; Direitos e Obrigações dos Usuários; Prazo da Concessão; Intervenção na Concessão. Extinção da Concessão; Reversão; Permissão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Extinção da Permissão; Lei 8.987/95 e alterações. Diferença entre Concessão e Permissão; Autorização. 14. Bens Públicos: Conceito, Classificação e Regime Jurídico dos Bens Públicos; Afetação e Desafetação; Aquisição, Gestão e Alienação dos Bens Públicos; Espécies de Bens Públicos. 15. Responsabilidade Civil do Estado: Conceito; Evolução; Aplicação da Responsabilidade Objetiva; Improbidade Administrativa. Lei. 8.429/92 e alterações. 16. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. 17. Intervenção do Estado na Propriedade: fundamentos; Modalidades. Desapropriação. 18. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e classificação das formas de controle; Controle Interno e Externo; Controle Exercido pela Administração Sobre Seus Próprios Atos (Controle Administrativo); Controle Parlamentar (Controle Legislativo), Controle Jurisdicional (Controle Judiciário); Meios de Controle Jurisdicional; Controle de Mérito e de Legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.
BRASIL, *Lei Federal 8.666/93* e alterações.
BRASIL. *Lei Federal 10.520/2002* e alterações.
BRASIL. *Lei Federal 8.987/95* e alterações.
BRASIL. *Lei Federal 8.429/92* e alterações.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26 ed. Rio de Janeiro. 2013: Atlas.

DIREITO FINANCEIRO E CONTROLE EXTERNO E INTERNO

I- Direito Financeiro

Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercícios Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório de Gestão Fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEZERRA FILHO, João Eudes. *Orçamento Aplicado ao Setor Público*. Editora Atlas. 2012.
GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. Editora Atlas. 14ª ed. 2007
KOHAMA, Heilio. *Contabilidade Pública: teoria e prática*. 12ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.
Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169 e art. 70 a 75).
BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*.
BRASIL. LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.
BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (e atualizações posteriores).
BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), e alterações.
Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.
Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 5ª edição 2013. www.tesouro.gov.br
MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, 5ª EDIÇÃO. (Parte I, II e III) www.tesouro.gov.br

II- Controle Externo e Interno

1. Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), Declaração de Lima e Declaração do México. 2. Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 75 da Constituição Federal). 3. Controle da Administração Pública: conceito; abrangência. 4. Sistema de controle externo. 5. Controle externo no Brasil. 6. Regras constitucionais sobre controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 7. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. 8. Controle de constitucionalidade e os Tribunais de Contas. 9. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 10. Controle interno e os Tribunais de Contas. 11. Controle externo e interno na Constituição Federal. 12. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: Arts. 87 a 98; Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 13. Código de ética (ATRICON) do

Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. 14. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro: NAG 1000 - Normas Gerais; NAG 2000 - Relativas aos Tribunais de Contas; NAG 3000 - Relativas aos Profissionais de Auditoria Governamental; NAG 4000 - Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 101/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 131/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm

____. Lei nº 289, de 25 de novembro de 1981, alterada pela Lei Complementar nº 82, de 05 de julho de 2007.

____. Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

____. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>.

____. Deliberação Nº 183/2011. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/Informa/RI2.pdf>

____. Deliberação Nº 198/2014. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

____. Deliberação Nº 199/2014. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Normas de Auditoria Governamental - NAGs:Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro. 2010. 88p. Disponível em: <http://www.irbcontas.org.br/noticia/normas-de-auditoria-governamental-nags/88>

GUERRA, Evandro Martins. Os Controles Externo e Interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2ed. 2005.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª edição., [s.l.]: Malheiros, 2010.

AGUIAR, Ubiratan; ALBUQUERQUE, Marcio; MEDEIROS, Paulo. A Administração Pública Sob a Perspectiva do Controle Externo. : Editora Fórum, 2011.

Dal Pozzo, Bresser Pereira; Tomaselli, Gabriela. As Funções do Tribunal de Contas e o Estado de Direito. Editora [Fórum. 2010.](#)

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Perspectivas teóricas da Administração Pública. 2. Fundamentos de Administração Pública. 3. Trajetória da Administração Pública. 4. Políticas Públicas. 5. Governança e Interações Multiatores em Redes Políticas. 6. Redes de Políticas. 7. Administração Pública brasileira. 8. Reformas administrativas. 9. Papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. 10. Uso de controles e indicadores de produtividade. 11. Gestão financeira e Orçamentária. 12. Gestão fiscal responsável. 13. Gestão da qualidade e foco nos processos, a natureza dos serviços e do negócio, as interações com os clientes, atributos da qualidade, indicadores de desempenho. 14. Gestão de Processos. 15. Empreendedorismo. 16. Governança corporativa. 17. Contabilidade Pública, serviço público, orçamento público, receita pública, despesa pública, licitações. 18. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão com pessoas. Rio de Janeiro: Campus, 1999

FILGUEIRAS, José A. Contabilidade Pública. Freitas Bastos Editora: Rio de Janeiro, 2007.

GIL, Antônio L. Gestão da qualidade empresarial. Atlas: S. Paulo, 1997.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública. Rio de Janeiro: Atlas 1996.

MORAES, Elias. Gerenciando a qualidade. Kelps: Goiânia 2002.

MOTTA, Paulo Roberto. A ciência e a arte de ser dirigente. Record: Rio de Janeiro, 1991.

NASCIMENTO, Ronaldo Edson. *Gestão Pública*. Saraiva: São Paulo, 2010.
PROCOPIUCK, Mário. *Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública*. Atlas: S. Paulo, 2013.
SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. *Governança corporativa no Brasil e no mundo*. Campus: S. Paulo, 2010.
SORDI, José Osvaldo de. *Gestão de processos*, Saraiva: São Paulo, 2012.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Princípios constitucionais de natureza ética: Moralidade, Impessoalidade, Probidade, Motivação e Publicidade. 2. Normas penais relativas ao Servidor Público; Dos crimes contra a Fazenda Pública; Dos Crimes contra as Finanças Públicas 3. Decreto Municipal 13.319 e respectivas alterações. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.
BRASIL. Código Penal e Legislação Extravagante sobre os tipos penais relativos ao Servidor Público.
BRASIL. Decreto Municipal 13.319 de 20 de Outubro de 1994 e respectivas alterações.
BRASIL. Lei 8.429 de 02 de Junho de 1992 e respectivas alterações.

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais relacionados aos seguintes temas: 1. Política. 2. Economia. 3. Cidadania e Direitos Humanos. 4. Educação e Saúde. 5. Tecnologias da Informação e Comunicação. 6. Cultura, Esporte e Lazer. 7. Meio Ambiente. 8. Infraestrutura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ªed. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26>
CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec. p. 121-159, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141998000300019&script=sci_arttext&tlng=pt>
GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3201>>
PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/jorge/v8n1_artigo_3.pdf>
PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007.
PRETTO, Nelson; PINTO, Claudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v.11. n.31. jan./abr. 2006, p.19-30.
RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2010.
RIO DE JANEIRO. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/controlador_documento_parlamentar.php?m1=legislacao&m2=lei_organica&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/organica.nsf/leiorg?OpenForm&Start=1&Count=30&Collapse=1>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

1. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título I – Dos Princípios Fundamentais (arts.1º a 13); Título II – Da Organização Municipal, Capítulo II – Da Competência do Município (arts.30

a 37), Capítulo III – Das Vedações (art. 38); Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Governo Municipal (art. 39), Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção I – Da Câmara Municipal (arts.40 a 43), Seção II – Das Atribuições da Câmara Municipal (arts.44 e 45), Seção III – Dos Vereadores (arts.46 a 51), Seção IV – Do Funcionamento da Câmara Municipal, Seção V – Do Processo legislativo, Seção VI – Da Procuradoria Geral da Câmara Municipal (art.86), Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts.87 a 98) 2. Constituição da República Federativa do Brasil: Título III – Da Organização do Estado, Capítulo IV – Dos Municípios (arts.29 a 31); Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo (art. 44 a 75) 3. Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivos do Município do Rio de Janeiro. 4. Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 5. Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e alterações.*

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações.*

BRASIL. *Lei Municipal 94/79* (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e alterações).

BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro) e alterações.

BRASIL. *Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.*

ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO

1. Aspectos gerais do transporte. 1.1. Sistemas ferroviário, rodoviário, aquaviário, aeroviário e dutoviário; carga e passageiros; infraestrutura física e aspectos operacionais. 1.2. Multimodalidade. 1.3. Interfaces do setor de transportes: transporte e energia; transporte e meio ambiente; transporte e política urbana e regional. 1.4. Transporte e cidadania; transporte público e inclusão social; benefícios tarifários e gratuidades. 1.5 Integração de sistemas de transporte público. 2. Panorama do transporte no Brasil. 2.1. Principais corredores aquaviários, ferroviários e rodoviários; terminais portuários e aeroportuários. 2.2. Matriz de repartição modal. 2.3. Principais deficiências do setor. 2.4. Planos e programas governamentais para o setor. 2.5. Concessões de transportes existentes. 3. Aspectos institucionais do transporte. 3.1. Competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: atribuições de cada esfera governamental. 3.2. Principais órgãos integrantes e respectivas funções. 4. Papel do Estado e formas de participação da iniciativa privada nas diferentes modalidades de transportes. 4.1. Conceitos e princípios que regem os serviços públicos; o transporte como serviço público e como atividade econômica. 4.2. Agências reguladoras. 4.3. Privatização; formas de outorga da exploração dos serviços e da infraestrutura de transportes nas várias modalidades; parcerias público-privadas. 4.4. Licitação; modelos de concessão; tarifas e precificação na concessão dos serviços de transportes; contratos de prestação de serviços e de exploração da infraestrutura. 4.5. Modelos de gestão dos sistemas de transporte nas várias modalidades. 4.6. Indicadores de desempenho de concessões de serviços e de infraestrutura de transporte. 4.7. Direito dos usuários; responsabilidade civil do transportador; defesa de concorrência. 4.8. Direitos de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. 5. Legislação de transportes e de serviços públicos concedidos. 5.1. A Constituição Federal e os transportes. 5.2. Legislação federal de interesse do setor de transportes e das várias modalidades. 5.2.1. Lei 6.009, de 26 de dezembro de 1973 (Aeroportos). 5.2.2. Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica). 5.2.3. Lei 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei dos Portos). 5.2.4. Lei 9.432, de 9 de janeiro de 1997 (Lei do Transporte Aquaviário). 5.2.5. Lei 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário). 5.2.6. Lei 9.611, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei do Transporte Multimodal de Cargas). 5.2.7. Lei 10.209, de 23 de março de 2001 (Vale-Pedágio). 5.2.8. Lei 10.233, de 5 de junho de 2001 (Lei de Reestruturação dos Transportes Aquaviário e Terrestre). 5.2.9. Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005 (Lei da Agência Nacional de Aviação Civil). 5.2.10. Lei 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (Transporte Rodoviário de Cargas). 5.2.11. Lei 12.379, de 6 de janeiro de 2011 (Lei do Sistema

Nacional de Viação). 5.3. Legislação sobre licitação: Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; alterações e legislação correlata. 5.4. Legislação sobre a concessão de serviços públicos e parcerias público-privadas: Lei 8.987, 13 de fevereiro de 1995; Lei 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, alterações e legislação correlata. 5.5. Legislação sobre recursos hídricos: Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997. 5.6 Lei 12.587/ 2012 Mobilidade Urbana. 5.7 Lei 10.257, de 10 de julho 2001 (Estatuto da cidade). 6. Mecanismos de financiamento. 6.1. Políticas e modelos tarifários; pedágio. 6.2. Pedágio Urbano. 6.3. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis). 6.4 Índice de desempenho do transporte público. 7. Trânsito. 7.1. Aspectos institucionais: órgãos integrantes do sistema nacional de trânsito e respectivas competências. 7.2. Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); alterações; legislação correlata e normas complementares. 7.3. Seguro obrigatório DPVAT: Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974 e legislação correlata. 7.4. Questões atuais sobre trânsito (a violência no trânsito; o crescimento da frota e a participação das motocicletas; álcool ao volante, entre outros). 7.5 Segurança viária: Equipamentos de controle de tráfego; fundamentos, qualificação e avaliação de acidentes de trânsito; 7.6 SINIAV. 8. Processo de planejamento de Transportes; 8.1 Planos diretores de transportes; 8.2 Modalidades de transporte urbano : motorizado e não motorizado; 8.3 Relação transporte e Uso do solo; 8.4 Pólos Geradores de viagem. 8.5 Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título VI Capítulo IV – Do Desenvolvimento Social, Seção VI – Dos Transportes e do Sistema Viário, Subseção I – Disposições Gerais (arts. 392 e 393), Subseção II – Do Transporte Coletivo (arts. 394 a 402), Subseção III – Da Organização do Trânsito e dos Sistemas Viário(arts. 403 a 416), Subseção IV – Disposições Especiais (arts. 417 a 420).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- VASCONCELLOS, Eduardo A. **A cidade, o Transporte e o Trânsito**, Editora Prolivros, 2005.
- Antônio C. P. Ferraz e Isaac G. E. Torres. **Transporte Público Urbano**, Editora Rima, 2004.
- Antônio C. P. Ferraz e outros. **Segurança viária**, Suprema Gráfica Editora, 2012.
- Medidores Eletrônicos de Velocidade, Lucia. M. Brandão, Perkons, 2011.
- PlanMob (caderno de Referência), **Construindo a Cidade Sustentável**, Ministério das Cidades, 2007.
- Premissas para um plano de Mobilidade urbana, ANTP, 2012.
- Vânia B. G. Campos, **Planejamento de Transportes: conceitos e Modelos**, Editora Interciência, 2013.
- Política Nacional de Logística de Transportes (PNLT), Ministério dos transportes. 2007 e 2011.
- Política Nacional de Trânsito (PNT)- cartilha, Min. Das Cidades e DENATRAN, 2005.
- Licínio S. Portugal e Lenise Goldner, Edgard Blücher. **Estudo de pólos geradores de tráfego e de seus impactos nos sistemas viários e de transportes**, 2003.
- IPEA e DENATRAN. **Impactos Sociais e Econômicos dos acidentes de Trânsito nas Rodovias Brasileiras**, 2006.
- Plano Setorial de Transportes e de Mobilidade para Mitigação e adaptação a mudanças climáticas (PSTM), jul 2013, Min. dos Transportes e Min. Das Cidades.
- NTU - Avaliação comparativa das modalidades de Transporte Público Urbano, jul 2009.

DENATRAN. **Código Brasileiro de Trânsito**, Jul 2008.

ANTP. **Panorama da Mobilidade Urbana no Brasil**, Cadernos técnicos. Vol 3.

ANTP. **Acessibilidade nos Transportes**, Cadernos técnicos. Vol 4.

ANTP. **Integração nos Transportes Públicos**, Cadernos técnicos. Vol 5.

Amir M. Valente e outros, CENCAGE Learning. **Gerenciamento de Transporte e Frotas**, 2ed 2008.

Projeto de Reavaliação de Estimativas e Metas do PNLT, set 2012, Min. dos transportes.

Leis citadas acima no conteúdo Programático.

CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA: OBRAS PÚBLICAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Estruturação do texto e dos parágrafos. 1.2 Características e função, considerando o tipo (descritivo, narrativo, dissertativo, injuntivo) e o gênero do texto. 1.3 Localização de informações explícitas; inferência de informações implícitas. 1.4 Sentido e significado de vocábulos e expressões no contexto. **2. Coerência e coesão** na articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. **3. Variação da língua.** 3.1 Seleção vocabular e organização frasal adequadas ao contexto de uso. 3.2 Registro formal escrito: correção, clareza, precisão, concisão. **4. Redação oficial.** **5. Estrutura e formação de palavras** – valor morfológico e semântico dos elementos mórficos. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. **6. Ortografia oficial.** 6.1 Acentuação gráfica – segundo o atual acordo ortográfico. 6.2 Emprego de letras. 6.3 Emprego do hífen. **7. Uso e função das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito.** 7.1 Substantivo, adjetivo, artigo e numeral – a relação determinante/determinado. 7.2 Pronome: classificação, emprego, colocação e formas de tratamento. 7.3 Advérbio, preposição e conjunção: emprego e valor semântico. **8. Flexão verbal.** 8.1 Emprego e valor semântico de tempos, modos e vozes verbais. 8.2 Correlação entre tempos verbais. 8.3. Concordância verbal. **9. Flexão de número e gênero:** concordância nominal. **10. Regência nominal e verbal.** 10.1 Ocorrência de crase. **11. Relações sintáticas e semânticas entre termos, orações e segmentos de texto.** 11.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto – coordenação e subordinação. 11.2 Termos oracionais. 11.3 Figuras de sintaxe. 11.4 Colocação de termos na oração. **12. Equivalência e transformação de estruturas sintático-semânticas.** Reescrita de frases. **13. Emprego dos sinais de pontuação.** **14. Denotação e conotação.** 14.1 Uso e sentido das figuras de palavra e de pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. 2008. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf

OBS. A prova de língua portuguesa priorizará a consciência do uso da língua e, não, o conhecimento de termos técnicos ou a citação de regras gramaticais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: Conceito, Objeto e Elementos; Classificações das Constituições, Supremacia da Constituição. 2. Poder Constituinte Originário e Derivado. 3. Reforma e Revisão da Constituição; Mutações Constitucionais. 4. Interpretação do Texto Constitucional e Aplicação das Normas Constitucionais; Métodos de Interpretação da Constituição; Princípios da Interpretação Constitucional. 5. Direitos Fundamentais; Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 6. Ações Constitucionais 7. Organização do Estado: Características Básicas do Estado Federal; Soberania e Autonomia; União; Estados; Distrito Federal e Territórios. 8. Repartição de Competências na Constituição de 1988. 9. Intervenção Federal e Estadual. 10. Controle de Constitucionalidade: Evolução; Controle Preventivo e Repressivo; Controle Concentrado e Difuso; Controle Incidental e Concreto; Decisões no Controle de Constitucionalidade de Normas e seus Efeitos. 11. Poder Legislativo; Processo Legislativo. Iniciativa Comum. Iniciativa Reservada. Iniciativa Privativa de Órgãos do Poder Judiciário. Iniciativa Privativa do Ministério Público. Iniciativa Privativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Iniciativa Privativa do Presidente da República. Discussão. Votação. Sanção ou Veto. Promulgação e Publicação. Espécies Legislativas. 12. Poder Executivo. 13. Poder Judiciário. 14. Funções Essenciais à Justiça. 15. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 16. Princípios da Ordem Tributária. Imunidades. 17. Princípios da Ordem Econômica e Financeira. 18. Ordem Social: Da seguridade Social; Da Educação, Da Cultura e Do Desporto; Da Ciência e Tecnologia; Da Comunicação Social; Do Meio Ambiente; Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, dos Índios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações*.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*. 8.ed. 2013: Saraiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Regime Jurídico Administrativo: Princípios Administrativos (Expressos e Reconhecidos) 2. Administração Pública: conceito; Sentido Objetivo e Sentido Subjetivo. 3. Administração Direta e Indireta: Organização Administrativa: Centralização e Descentralização; Desconcentração; Administração Direta: Conceito; Natureza da Função; Abrangência; Composição; Contratos de Gestão; Administração Indireta: Conceito, Natureza da Função; Abrangência; Composição; Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mistas. 4. Órgãos Públicos: Conceito; Criação e Extinção; Teorias de Caracterização do Órgão; Capacidade Processual; Classificação. 5. Ato Administrativo: Conceito; Elementos; Discricionariedade e Vinculação; Características; Mérito Administrativo; Formação e Efeitos; Classificação; Espécies: Quanto à Forma de Exteriorização e Quanto ao Conteúdo; Extinção; Invalidação (ou Anulação); Convalidação; Revogação. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos. 6. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos: Uso e Abuso de Poder; Poderes Administrativos: Poder Discricionário, Poder Regulamentar e Poder de Polícia; Deveres dos Administradores Públicos; Hierarquia e Disciplina. 7. Contratos Administrativos: Conceito, Disciplina normativa, Sujeitos, Características e Espécies; Cláusulas de Privilégios;

Equação Econômico-Financeira; Formalização; Duração, Prorrogação, Renovação e Inexecução do contrato administrativo; Extinção do Contrato Administrativo; Sanções Administrativas. 8. Convênios Administrativos. 9. Consórcios Públicos. 10. Licitação: conceito, natureza jurídica e disciplina normativa; Princípios Básicos e Correlatos; Dispensa e Inexigibilidade. Tipos de Licitação. Modalidades de Licitação. Lei 8.666/93. Pregão. Lei 10.520/2002. 11. Agentes Públicos: Classificação; Agentes de Fato; Servidores Públicos: Classificação; Regimes Jurídicos Funcionais; Organização Funcional; Classificação dos Cargos; Criação, Transformação e Extinção dos Cargos; Cessão de Servidores; Regime Constitucional. 12. Serviços Públicos: Conceito, Características, Classificação, Titularidade e Remuneração. Princípios que regem o serviço público: Generalidade, Continuidade, Eficiência e Modicidade; Execução de Serviço Público: direta e indireta; Regimes de Parceria: Regime de Convênios Administrativos; Regime de Contratos de Gestão; Gestão por Colaboração. 13. Concessão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Modalidades; Exigência de Licitação; Direitos e Obrigações dos Usuários; Prazo da Concessão; Intervenção na Concessão. Extinção da Concessão; Reversão; Permissão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Extinção da Permissão; Lei 8.987/95 e alterações. Diferença entre Concessão e Permissão; Autorização. 14. Bens Públicos: Conceito, Classificação e Regime Jurídico dos Bens Públicos; Afetação e Desafetação; Aquisição, Gestão e Alienação dos Bens Públicos; Espécies de Bens Públicos. 15. Responsabilidade Civil do Estado: Conceito; Evolução; Aplicação da Responsabilidade Objetiva; Improbidade Administrativa. Lei. 8.429/92 e alterações. 16. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. 17. Intervenção do Estado na Propriedade: fundamentos; Modalidades. Desapropriação. 18. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e classificação das formas de controle; Controle Interno e Externo; Controle Exercido pela Administração Sobre Seus Próprios Atos (Controle Administrativo); Controle Parlamentar (Controle Legislativo), Controle Jurisdicional (Controle Judiciário); Meios de Controle Jurisdicional; Controle de Mérito e de Legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL, *Lei Federal 8.666/93* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 10.520/2002* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.987/95* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.429/92* e alterações.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26 ed. Rio de Janeiro. 2013: Atlas.

DIREITO FINANCEIRO E CONTROLE EXTERNO E INTERNO

I- Direito Financeiro

Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercícios Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório de Gestão Fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEZERRA FILHO, João Eudes. *Orçamento Aplicado ao Setor Público*. Editora Atlas. 2012.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. Editora Atlas. 14ª ed. 2007
KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.
Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169 e art. 70 a 75).
BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*.
BRASIL. LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.
BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (e atualizações posteriores).
BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), e alterações.
Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.
Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 5ª edição 2013. www.tesouro.gov.br
MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, 5ª EDIÇÃO. (Parte I, II e III) www.tesouro.gov.br

II- Controle Externo e Interno

1. Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), Declaração de Lima e Declaração do México. 2. Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 75 da Constituição Federal). 3. Controle da Administração Pública: conceito; abrangência. 4. Sistema de controle externo. 5. Controle externo no Brasil. 6. Regras constitucionais sobre controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 7. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. 8. Controle de constitucionalidade e os Tribunais de Contas. 9. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 10. Controle interno e os Tribunais de Contas. 11. Controle externo e interno na Constituição Federal. 12. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: Arts. 87 a 98; Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 13. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. 14. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro: NAG 1000 - Normas Gerais; NAG 2000 - Relativas aos Tribunais de Contas; NAG 3000 - Relativas aos Profissionais de Auditoria Governamental; NAG 4000 - Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
____. Lei Complementar Federal n.º 101/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm
____. Lei Complementar Federal n.º 131/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm
____. Lei nº 289, de 25 de novembro de 1981, alterada pela Lei Complementar nº 82, de 05 de julho de 2007.
____. Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
____. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>.
____. Deliberação Nº 183/2011. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/Informa/RI2.pdf>
____. Deliberação Nº 198/2014. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.
____. Deliberação Nº 199/2014. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.
Normas de Auditoria Governamental - NAGs:Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro. 2010. 88p. Disponível em: <http://www.irbcontas.org.br/noticia/normas-de-auditoria-governamental-nags/88>
GUERRA, Evandro Martins. Os Controles Externo e Interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2ed. 2005.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª edição., [s.l.]: Malheiros, 2010.

AGUIAR, Ubiratan; ALBUQUERQUE, Marcio; MEDEIROS, Paulo. A Administração Pública Sob a Perspectiva do Controle Externo. : Editora Fórum, 2011.

Dal Pozzo, Bresser Pereira; Tomaselli, Gabriela. As Funções do Tribunal de Contas e o Estado de Direito. Editora [Fórum. 2010.](#)

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Perspectivas teóricas da Administração Pública. 2. Fundamentos de Administração Pública. 3. Trajetória da Administração Pública. 4. Políticas Públicas. 5. Governança e Interações Multiatores em Redes Políticas. 6. Redes de Políticas. 7. Administração Pública brasileira. 8. Reformas administrativas. 9. Papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. 10. Uso de controles e indicadores de produtividade. 11. Gestão financeira e Orçamentária. 12. Gestão fiscal responsável. 13. Gestão da qualidade e foco nos processos, a natureza dos serviços e do negócio, as interações com os clientes, atributos da qualidade, indicadores de desempenho. 14. Gestão de Processos. 15. Empreendedorismo. 16. Governança corporativa. 17. Contabilidade Pública, serviço público, orçamento público, receita pública, despesa pública, licitações. 18. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão com pessoas. Rio de Janeiro: Campus, 1999

FILGUEIRAS, José A. Contabilidade Pública. Freitas Bastos Editora: Rio de Janeiro, 2007.

GIL, Antônio L. Gestão da qualidade empresarial. Atlas: S. Paulo, 1997.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública. Rio de Janeiro: Atlas 1996.

MORAES, Elias. Gerenciando a qualidade. Kelps: Goiânia 2002.

MOTTA, Paulo Roberto. A ciência e a arte de ser dirigente. Record: Rio de Janeiro, 1991.

NASCIMENTO, Ronaldo Edson. Gestão Pública. Saraiva: São Paulo, 2010.

PROCOPIUCK, Mário. Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública. Atlas: S. Paulo, 2013.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. Governança corporativa no Brasil e no mundo. Campus: S. Paulo, 2010.

SORDI, José Osvaldo de. Gestão de processos, Saraiva: São Paulo, 2012.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Princípios constitucionais de natureza ética: Moralidade, Impessoalidade, Probidade, Motivação e Publicidade. 2. Normas penais relativas ao Servidor Público; Dos crimes contra a Fazenda Pública; Dos Crimes contra as Finanças Públicas 3. Decreto Municipal 13.319 e respectivas alterações. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL. Código Penal e Legislação Extravagante sobre os tipos penais relativos ao Servidor Público.

BRASIL. Decreto Municipal 13.319 de 20 de Outubro de 1994 e respectivas alterações.

BRASIL. Lei 8.429 de 02 de Junho de 1992 e respectivas alterações.

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais relacionados aos seguintes temas: 1. Política. 2. Economia. 3. Cidadania e Direitos Humanos. 4. Educação e Saúde. 5. Tecnologias da Informação e Comunicação. 6. Cultura, Esporte e Lazer. 7. Meio Ambiente. 8. Infraestrutura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ªed. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26>

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec. p. 121-159, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141998000300019&script=sci_arttext&tIng=pt>

GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3201>>

PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/jorge/v8n1_artigo_3.pdf>

PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007.

PRETTO, Nelson; PINTO, Claudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v.11. n.31. jan./abr. 2006, p.19-30.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2010.

RIO DE JANEIRO. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/controle_atividade_parlamentar.php?m1=legislacao&m2=lei_orgnica&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/orgnica.nsf/leiorg?OpenForm&Start=1&Count=30&Collapse=1>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

1. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título I – Dos Princípios Fundamentais (arts.1º a 13); Título II – Da Organização Municipal, Capítulo II – Da Competência do Município (arts.30 a 37), Capítulo III – Das Vedações (art. 38); Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Governo Municipal (art. 39), Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção I – Da Câmara Municipal (arts.40 a 43), Seção II – Das Atribuições da Câmara Municipal (arts.44 e 45), Seção III – Dos Vereadores (arts.46 a 51), Seção IV – Do Funcionamento da Câmara Municipal, Seção V – Do Processo legislativo, Seção VI – Da Procuradoria Geral da Câmara Municipal (art.86), Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts.87 a 98) 2. Constituição da República Federativa do Brasil: Título III – Da Organização do Estado, Capítulo IV – Dos Municípios (arts.29 a 31); Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo (art. 44 a 75) 3. Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivos do Município do Rio de Janeiro. 4. Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 5. Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e alterações*.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações*.

BRASIL. *Lei Municipal 94/79* (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e alterações).

BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro) e alterações.

BRASIL. *Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*.

ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO

1. Direito urbanístico: Elementos, princípios e institutos fundamentais. **2. Política urbana da Constituição e competência dos entes federativos:** Gestão associada de serviços públicos. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Função social da propriedade urbana. Plano diretor. Proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural. **3. Parcelamento do solo urbano:**

Conceitos de lote e gleba. Áreas de risco. Áreas de proteção permanente em zona urbana. Requisitos urbanísticos e de infraestrutura para loteamento e desmembramento. Elaboração e aprovação de projeto de loteamento e desmembramento. Parcelamento. Abertura de logradouros. Licenciamento em áreas de risco. **4. Diretrizes e instrumentos de política urbana:** Estatuto da Cidade: Instrumentos de política urbana; Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; IPTU progressivo no tempo; Desapropriação; Desapropriação com pagamento em títulos; Usucapião especial de imóvel urbano; Direito de preempção; Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; Operações urbanas consorciadas; Transferência do direito de construir; Estudo de impacto de vizinhança; Plano diretor: conteúdo, obrigatoriedade e processo de elaboração. Desenvolvimento urbano e regional. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro: Política Urbana Ambiental - Princípios e diretrizes; Plano Diretor, Função social da propriedade urbana; Ordenamento Territorial – Uso e ocupação do solo, Macrozoneamento, Ordenação para o Planejamento; Instrumentos da Política Urbana; Políticas Públicas Setoriais; Estratégias de Implementação, Acompanhamento e Controle do Plano Diretor. **5. Regularização fundiária de assentamentos urbanos:** Projeto de regularização. Regularização de interesse social e de interesse específico. Usucapião urbano. Concessão de direito real de uso. Concessão de uso especial. **6. Acessibilidade urbana de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.** **7. Diretrizes nacionais para o saneamento básico:** Princípios. Planejamento. Titularidade. Aspectos econômicos, sociais e técnicos. Política federal. Prestação regionalizada de serviço. **8. Resíduos sólidos:** Diretrizes, planos e responsabilidades. Responsabilidades dos geradores de resíduos sólidos e do poder público, coleta seletiva, logística reversa; Diretrizes aplicáveis à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos; Planos de resíduos sólidos; Resíduos perigosos. Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos. Instrumentos Econômicos. Resíduos Sólidos da Construção Civil: classificação, instrumentos, destinação, planos de gerenciamento, diretrizes e procedimento para gestão dos resíduos. Resíduos Sólidos Industriais: geradores, inventário nacional de resíduos sólidos industriais. Gestão integrada de resíduos sólidos no Município do Rio de Janeiro: definições, objetivos, instrumentos, princípios e diretrizes, responsabilidades, coleta seletiva, procedimentos diferenciados, instrumentos econômicos e financeiros, proibições. Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil do Município do Rio de Janeiro. **9. Política Nacional de Habitação:** Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Programa Minha Casa, Minha Vida. Sistema Financeiro da Habitação. **10. Convênios e consórcios públicos:** Formação e regime jurídico dos consórcios públicos. Contrato de programa. Parceria público-privada: modalidades, contratos, garantias, licitações, disposições aplicáveis à União. Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas. **11. Desenvolvimento urbano e Defesa Civil:** Política Nacional de Defesa Civil. Sistema Nacional de Defesa Civil. Transferências de recursos da União, beneficiários, responsabilidades das partes envolvidas. Estados de emergência e de calamidade pública. **12. Meio Ambiente:** Política Nacional do Meio Ambiente: objetivos, sistema e instrumentos. Unidades de Conservação da Natureza: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; categorias de unidades de conservação; criação, implantação e gestão das unidades de conservação; incentivos, isenções e penalidades; reservas da biosfera. Condutas e atividades lesivas ao meio ambiente: responsabilidades, aplicação da pena, apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime, cooperação internacional para a preservação do meio ambiente. Infrações e sanções administrativas. Proteção da vegetação nativa: normas, princípios, definições, áreas de preservação permanente, áreas de uso restrito, área de reserva legal, supressão de vegetação para uso alternativo do solo, cadastro ambiental rural, exploração florestal, controle da origem dos produtos florestais, proibição do uso de fogo, controle de incêndios, programa de apoio o incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente, controle do desmatamento. Cooperação entre União, Estados e Municípios na proteção ao meio ambiente: ações administrativas, instrumentos e ações. Impactos Ambientais: estudo e relatórios de impactos ambientais. Licenciamento Ambiental. Licenciamento de projetos de loteamento, construção, ampliação, instalação e funcionamento de atividades que possam causar danos ao meio

ambiente no Município do Rio de Janeiro. Licenciamento Ambiental, a Avaliação de Impactos Ambientais e o Cadastro Ambiental do Município do Rio de Janeiro. Medidas compensatórias ou mitigadoras relativas aos impactos ambientais irreversíveis ou inevitáveis no Município do Rio de Janeiro. **13. Zoneamento, uso e ocupação do solo no Município do Rio de Janeiro.** **14. Mobilidade Urbana:** Política e Sistema Nacional de Mobilidade Urbana: diretrizes para a regulação dos serviços de transporte público coletivo; direitos dos usuários, atribuições; diretrizes para o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana; instrumentos de apoio à mobilidade urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Maurício de A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- BAETA, André Pachioni. **Orçamento e controle de preços de obras públicas.** São Paulo: PINI, 2012.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Istitut, 2001.

Legislação Federal e suas atualizações:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004;
- Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008;
- Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010,
- Decreto-lei nº 271 de 28 de fevereiro de 1967;
- Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941;
- Instrução Normativa nº 01 do Ministério da Integração Nacional de 24 de agosto de 2012;
- Lei Complementar nº 140 de 8 de dezembro de 2011;
- Lei nº 10.048 de 8 de novembro de 2000;
- Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000;
- Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001;
- Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004;
- Lei nº 11.107 de 6 de abril de 2005;
- Lei nº 11.124 de 16 de junho de 2005;
- Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007;
- Lei nº 11.673 de 8 de maio de 2008;
- Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009;
- Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010;
- Lei nº 12.340 de 1 de dezembro de 2010;
- Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012.
- Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012;
- Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012;
- Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964;
- Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979;
- Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981;
- Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998;
- Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000;
- Medida Provisória nº 2.220 de 4 de setembro de 2001;
- Resolução Conama nº 001 de 23 de janeiro de 1986;
- Resolução Conama nº 237 de 19 de dezembro de 1997;
- Resolução Conama nº 307 de 5 de julho de 2002;
- Resolução Conama nº 313 de 29 de outubro de 2002;

Legislação municipal:

Decreto nº 10.917 de 25 de março de 1992;
Decreto nº 13.748 de 14 de março de 1995;
Decreto nº 21.307 de 19 de abril de 2002;
Decreto nº 22.705 de 7 de março de 2003;
Decreto nº 26.912 de 21 de agosto de 2006;
Decreto nº 28.329 de 17 de agosto de 2007;
Decreto nº 29.063 de 6 de março de 2008;
Decreto nº 3.800 de 20 de abril de 1970;
Decreto nº 322 de 3 de março de 1976;
Decreto nº 323 de 3 de março de 1976;
Decreto nº 33.534 de 23 de março de 2011;
Decreto nº 51 de 1 de julho de 1975;
Decreto nº 6.048 de 21 de fevereiro de 1973;
Decreto nº 6.168 de 15 de maio de 1973;
Decreto nº 6.527 de 14 de setembro de 1973;
Decreto nº 835 de 1 de fevereiro de 1977;
Decreto nº 9.767 de 8 de novembro de 1990;
Decreto-lei nº 77 de 29 de abril de 1975;
Lei Complementar nº 111 de 1 de fevereiro de 2011;
Lei complementar nº 105 de 22 de dezembro de 2009;
Lei Complementar nº 108 de 25 de novembro de 2010;
Lei nº 1.574 de 11 de dezembro de 1967;
Lei nº 2.128 de 18 de abril de 1994;
Lei nº 3.311 de 3 de dezembro de 2001;
Lei nº 4.698 de 26 de outubro de 2007;
Lei nº 4.969 de 3 de dezembro 2008;
Resolução conjunta nº 05 de 17 de fevereiro de 1998;
Resolução Conjunta nº 735 de 12 de agosto de 2007;
Resolução SMAC nº 331 de 12 de setembro de 2003;
Resolução SMAC nº 512 de 11 de maio de 2012;
Resolução SMU nº 130 de 6 de novembro de 1992;
Resolução SMU nº 467 de 5 de junho de 2003;
Resolução SMU nº 703 de 9 de dezembro de 2006;
Resolução SMU nº 728 de 10 de julho de 2007;
Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT
NBR 9050:2004.

CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA: ESPORTES E LAZER

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Estruturação do texto e dos parágrafos. 1.2 Características e função, considerando o tipo (descritivo, narrativo, dissertativo, injuntivo) e o gênero do texto. 1.3 Localização de informações explícitas; inferência de informações implícitas. 1.4 Sentido e significado de vocábulos e expressões no contexto. **2. Coerência e coesão** na articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. **3. Variação da língua.** 3.1 Seleção vocabular e organização frasal adequadas ao contexto de uso. 3.2 Registro formal escrito: correção, clareza, precisão, concisão. **4. Redação oficial.** **5. Estrutura e formação de palavras** – valor morfológico e semântico dos elementos mórficos. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. **6. Ortografia oficial.** 6.1 Acentuação gráfica – segundo o atual acordo ortográfico. 6.2 Emprego de letras. 6.3 Emprego do hífen. **7. Uso e função das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito.** 7.1 Substantivo, adjetivo, artigo e numeral – a

relação determinante/determinado. 7.2 Pronome: classificação, emprego, colocação e formas de tratamento. 7.3 Advérbio, preposição e conjunção: emprego e valor semântico. **8. Flexão verbal.** 8.1 Emprego e valor semântico de tempos, modos e vozes verbais. 8.2 Correlação entre tempos verbais. 8.3. Concordância verbal. **9. Flexão de número e gênero:** concordância nominal. **10. Regência nominal e verbal.** 10.1 Ocorrência de crase. **11. Relações sintáticas e semânticas entre termos, orações e segmentos de texto.** 11.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto – coordenação e subordinação. 11.2 Termos oracionais. 11.3 Figuras de sintaxe. 11.4 Colocação de termos na oração. **12. Equivalência e transformação de estruturas sintático-semânticas.** Reescrita de frases. **13. Emprego dos sinais de pontuação.** **14. Denotação e conotação.** 14.1 Uso e sentido das figuras de palavra e de pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. 2008. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf

OBS. A prova de língua portuguesa priorizará a consciência do uso da língua e, não, o conhecimento de termos técnicos ou a citação de regras gramaticais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: Conceito, Objeto e Elementos; Classificações das Constituições, Supremacia da Constituição. 2. Poder Constituinte Originário e Derivado. 3. Reforma e Revisão da Constituição; Mutações Constitucionais. 4. Interpretação do Texto Constitucional e Aplicação das Normas Constitucionais; Métodos de Interpretação da Constituição; Princípios da Interpretação Constitucional. 5. Direitos Fundamentais; Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 6. Ações Constitucionais 7. Organização do Estado: Características Básicas do Estado Federal; Soberania e Autonomia; União; Estados; Distrito Federal e Territórios. 8. Repartição de Competências na Constituição de 1988. 9. Intervenção Federal e Estadual. 10. Controle de Constitucionalidade: Evolução; Controle Preventivo e Repressivo; Controle Concentrado e Difuso; Controle Incidental e Concreto; Decisões no Controle de Constitucionalidade de Normas e seus Efeitos. 11. Poder Legislativo; Processo Legislativo. Iniciativa Comum. Iniciativa Reservada. Iniciativa Privativa de Órgãos do Poder Judiciário. Iniciativa Privativa do Ministério Público. Iniciativa Privativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Iniciativa Privativa do Presidente da República. Discussão. Votação. Sanção ou Veto. Promulgação e Publicação. Espécies Legislativas. 12. Poder Executivo. 13 Poder Judiciário. 14. Funções Essenciais à Justiça. 15. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 16. Princípios da Ordem Tributária. Imunidades. 17. Princípios da Ordem Econômica e Financeira. 18. Ordem Social: Da seguridade Social; Da Educação, Da Cultura e Do Desporto; Da Ciência e Tecnologia; Da Comunicação Social; Do Meio Ambiente; Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, dos Índios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.
BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional.
8.ed. 2013: Saraiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Regime Jurídico Administrativo: Princípios Administrativos (Expressos e Reconhecidos) 2. Administração Pública: conceito; Sentido Objetivo e Sentido Subjetivo. 3. Administração Direta e Indireta: Organização Administrativa: Centralização e Descentralização; Desconcentração; Administração Direta: Conceito; Natureza da Função; Abrangência; Composição; Contratos de Gestão; Administração Indireta: Conceito, Natureza da Função; Abrangência; Composição; Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mistas. 4. Órgãos Públicos: Conceito; Criação e Extinção; Teorias de Caracterização do Órgão; Capacidade Processual; Classificação. 5. Ato Administrativo: Conceito; Elementos; Discricionariedade e Vinculação; Características; Mérito Administrativo; Formação e Efeitos; Classificação; Espécies: Quanto à Forma de Exteriorização e Quanto ao Conteúdo; Extinção; Invalidação (ou Anulação); Convalidação; Revogação. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos. 6. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos: Uso e Abuso de Poder; Poderes Administrativos: Poder Discricionário, Poder Regulamentar e Poder de Polícia; Deveres dos Administradores Públicos; Hierarquia e Disciplina. 7. Contratos Administrativos: Conceito, Disciplina normativa, Sujeitos, Características e Espécies; Cláusulas de Privilégios; Equação Econômico-Financeira; Formalização; Duração, Prorrogação, Renovação e Inexecução do contrato administrativo; Extinção do Contrato Administrativo; Sanções Administrativas. 8. Convênios Administrativos. 9. Consórcios Públicos. 10. Licitação: conceito, natureza jurídica e disciplina normativa; Princípios Básicos e Correlatos; Dispensa e Inexigibilidade. Tipos de Licitação. Modalidades de Licitação. Lei 8.666/93. Pregão. Lei 10.520/2002. 11. Agentes Públicos: Classificação; Agentes de Fato; Servidores Públicos: Classificação; Regimes Jurídicos Funcionais; Organização Funcional; Classificação dos Cargos; Criação, Transformação e Extinção dos Cargos; Cessão de Servidores; Regime Constitucional. 12. Serviços Públicos: Conceito, Características, Classificação, Titularidade e Remuneração. Princípios que regem o serviço público: Generalidade, Continuidade, Eficiência e Modicidade; Execução de Serviço Público: direta e indireta; Regimes de Parceria: Regime de Convênios Administrativos; Regime de Contratos de Gestão; Gestão por Colaboração. 13. Concessão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Modalidades; Exigência de Licitação; Direitos e Obrigações dos Usuários; Prazo da Concessão; Intervenção na Concessão. Extinção da Concessão; Reversão; Permissão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Extinção da Permissão; Lei 8.987/95 e alterações. Diferença entre Concessão e Permissão; Autorização. 14. Bens Públicos: Conceito, Classificação e Regime Jurídico dos Bens Públicos; Afetação e Desafetação; Aquisição, Gestão e Alienação dos Bens Públicos; Espécies de Bens Públicos. 15. Responsabilidade Civil do Estado: Conceito; Evolução; Aplicação da Responsabilidade Objetiva; Improbidade Administrativa. Lei. 8.429/92 e alterações. 16. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. 17. Intervenção do Estado na Propriedade: fundamentos; Modalidades. Desapropriação. 18. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e classificação das formas de controle; Controle Interno e Externo; Controle Exercido pela Administração Sobre Seus Próprios Atos (Controle Administrativo); Controle Parlamentar (Controle Legislativo), Controle Jurisdicional (Controle Judiciário); Meios de Controle Jurisdicional; Controle de Mérito e de Legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.
BRASIL, *Lei Federal 8.666/93* e alterações.
BRASIL. *Lei Federal 10.520/2002* e alterações.
BRASIL. *Lei Federal 8.987/95* e alterações.
BRASIL. *Lei Federal 8.429/92* e alterações.

DIREITO FINANCEIRO E CONTROLE EXTERNO E INTERNO

I- Direito Financeiro

Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercícios Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório de Gestão Fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento Aplicado ao Setor Público. Editora Atlas. 2012.
GIACOMONI, James. Orçamento Público. Editora Atlas. 14ª ed. 2007
KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.
Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169 e art. 70 a 75).
BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*.
BRASIL. LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.
BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (e atualizações posteriores).
BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), e alterações.
Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.
Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 5ª edição 2013. www.tesouro.gov.br
MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, 5ª EDIÇÃO. (Parte I, II e III)
www.tesouro.gov.br

II- Controle Externo e Interno

1. Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), Declaração de Lima e Declaração do México. 2. Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 75 da Constituição Federal). 3. Controle da Administração Pública: conceito; abrangência. 4. Sistema de controle externo. 5. Controle externo no Brasil. 6. Regras constitucionais sobre controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 7. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. 8. Controle de constitucionalidade e os Tribunais de Contas. 9. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 10. Controle interno e os Tribunais de Contas. 11. Controle externo e interno na Constituição Federal. 12. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: Arts. 87 a 98; Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 13. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. 14. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro: NAG 1000 - Normas Gerais; NAG 2000 - Relativas aos Tribunais de Contas; NAG 3000 - Relativas aos Profissionais de Auditoria Governamental; NAG 4000 - Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 101/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 131/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm

____. Lei nº 289, de 25 de novembro de 1981, alterada pela Lei Complementar nº 82, de 05 de julho de 2007.

____. Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

____. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>.

____. Deliberação Nº 183/2011. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/Informa/RI2.pdf>

____. Deliberação Nº 198/2014. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

____. Deliberação Nº 199/2014. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Normas de Auditoria Governamental - NAGs:Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro. 2010. 88p. Disponível em: <http://www.irbcontas.org.br/noticia/normas-de-auditoria-governamental-nags/88>

GUERRA, Evandro Martins. Os Controles Externo e Interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2ed. 2005.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª edição., [s.l.]: Malheiros, 2010.

AGUIAR, Ubiratan; ALBUQUERQUE, Marcio; MEDEIROS, Paulo. A Administração Pública Sob a Perspectiva do Controle Externo. : Editora Fórum, 2011.

Dal Pozzo, Bresser Pereira; Tomaselli, Gabriela. As Funções do Tribunal de Contas e o Estado de Direito. Editora [Fórum. 2010.](#)

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Perspectivas teóricas da Administração Pública. 2. Fundamentos de Administração Pública. 3. Trajetória da Administração Pública. 4. Políticas Públicas. 5. Governança e Interações Multiatores em Redes Políticas. 6. Redes de Políticas. 7. Administração Pública brasileira. 8. Reformas administrativas. 9. Papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. 10. Uso de controles e indicadores de produtividade. 11. Gestão financeira e Orçamentária. 12. Gestão fiscal responsável. 13. Gestão da qualidade e foco nos processos, a natureza dos serviços e do negócio, as interações com os clientes, atributos da qualidade, indicadores de desempenho. 14. Gestão de Processos. 15. Empreendedorismo. 16. Governança corporativa. 17. Contabilidade Pública, serviço público, orçamento público, receita pública, despesa pública, licitações. 18. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão com pessoas. Rio de Janeiro: Campus, 1999

FILGUEIRAS, José A. Contabilidade Pública. Freitas Bastos Editora: Rio de Janeiro, 2007.

GIL, Antônio L. Gestão da qualidade empresarial. Atlas: S. Paulo, 1997.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública. Rio de Janeiro: Atlas 1996.

MORAES, Elias. Gerenciando a qualidade. Kelps: Goiânia 2002.

MOTTA, Paulo Roberto. A ciência e a arte de ser dirigente. Record: Rio de Janeiro, 1991.

NASCIMENTO, Ronaldo Edson. Gestão Pública. Saraiva: São Paulo, 2010.

PROCOPIUCK, Mário. Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública. Atlas: S. Paulo, 2013.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. Governança corporativa no Brasil e no mundo. Campus: S. Paulo, 2010.

SORDI, José Osvaldo de. Gestão de processos, Saraiva: São Paulo, 2012.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Princípios constitucionais de natureza ética: Moralidade, Impessoalidade, Probidade, Motivação e Publicidade. 2. Normas penais relativas ao Servidor Público; Dos crimes contra a Fazenda Pública; Dos Crimes contra as Finanças Públicas 3. Decreto Municipal 13.319 e respectivas alterações. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL. Código Penal e Legislação Extravagante sobre os tipos penais relativos ao Servidor Público.

BRASIL. Decreto Municipal 13.319 de 20 de Outubro de 1994 e respectivas alterações.

BRASIL. Lei 8.429 de 02 de Junho de 1992 e respectivas alterações.

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais relacionados aos seguintes temas: 1. Política. 2. Economia. 3. Cidadania e Direitos Humanos. 4. Educação e Saúde. 5. Tecnologias da Informação e Comunicação. 6. Cultura, Esporte e Lazer. 7. Meio Ambiente. 8. Infraestrutura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ªed. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26>

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec. p. 121-159, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141998000300019&script=sci_arttext&tlng=pt>

GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3201>>

PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/jorge/v8n1_artigo_3.pdf>

PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007.

PRETTO, Nelson; PINTO, Claudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v.11. n.31. jan./abr. 2006, p.19-30.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2010.

RIO DE JANEIRO. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.camara.rj.gov.br/controlatividadeparlamentar.php?m1=legislacao&m2=leiorganica&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/organica.nsf/leiorg?OpenForm&Start=1&Count=30&Collapse=1>>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

1. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título I – Dos Princípios Fundamentais (arts.1º a 13); Título II – Da Organização Municipal, Capítulo II – Da Competência do Município (arts.30 a 37), Capítulo III – Das Vedações (art. 38); Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Governo Municipal (art. 39), Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção I – Da Câmara Municipal (arts.40 a 43), Seção II – Das Atribuições da Câmara Municipal (arts.44 e 45), Seção III – Dos Vereadores (arts.46 a 51), Seção IV – Do Funcionamento da Câmara Municipal, Seção V – Do Processo legislativo, Seção VI – Da Procuradoria Geral da Câmara Municipal

(art.86), Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts.87 a 98) 2. Constituição da República Federativa do Brasil: Título III – Da Organização do Estado, Capítulo IV – Dos Municípios (arts.29 a 31); Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo (art. 44 a 75) 3. Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivos do Município do Rio de Janeiro. 4. Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 5. Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e alterações.*

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações.*

BRASIL. *Lei Municipal 94/79* (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e alterações).

BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro) e alterações.

BRASIL. *Regimento Interno da Câmara Municipal* do Rio de Janeiro.

ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO

I- Desporto

1. Princípios do desporto nacional. 1.1. Constituição Federal/1988: Título VIII, Capítulo III, Seção III – Do Desporto (art. 217). 1.2. Lei 9.615, de 1998: Capítulo II – Dos Princípios Fundamentais. 2. A legislação do desporto nacional e suas características. 2.1. O histórico da evolução legislativa do desporto nacional. 2.2. A constitucionalização do desporto. 2.3. A Lei 9.615, de 1998 (Lei Pelé) e suas alterações 3. Sistema Brasileiro do Desporto. 3.1. Composição e objetivos. 3.2. Ministério do Esporte. 3.2.1. Histórico. 3.2.2. Principais programas e ações. 3.2.3. Lei 10.891, de 2004 (Lei da Bolsa-Atleta). 3.3. Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro (CDDB). 3.4. Sistema Nacional do Desporto. 3.5. Natureza e finalidades do desporto. 3.5.1. Desporto educacional e educação física. 3.5.1.1. Decreto-Lei 3.617, de 1941. 3.5.1.2. Decreto 69.450, de 1971. 3.5.1.3. Direito ao Lazer. 3.5.2. Desporto de participação. 3.5.3. Desporto de rendimento. 3.5.3.1. Lei 12.395, de 2011. 3.5.4. Prática desportiva formal. 3.5.5. Prática desportiva não formal. 4. Valores. 4.1. Valores do e no desporto. 5. Olimpismo. 5.1. Movimento olímpico internacional. 5.1.1. Valores, conceitos e ideais. 5.1.2. Ciclo Olímpico, Olimpíada, Jogos Olímpicos e Jogos Paraolímpicos: conceitos e diferenças. 5.1.3. Comitê Olímpico Internacional (COI). 5.1.4. Comitê Paraolímpico Internacional (CPOI). 5.2. Movimento olímpico no Brasil. 5.2.1. Histórico. 5.2.2. Comitê Olímpico Brasileiro (COB). 5.2.3. Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). 5.3. Academia Olímpica Brasileira. 5.3.1. Estudos Olímpicos. 6. Megaeventos Esportivos. 7. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título VI – das Políticas Municipais, Capítulo I – Disposições Gerais (arts. 261 e 262), Seção I – Da Organização Espacial (arts. 263 a 266), Seção II – Da Função Social da Propriedade (arts. 267 a 269), Seção III – Do Processo de Planejamento (arts. 270 a 274), Capítulo IV – Do Desenvolvimento Social, Seção V – Do Desporto e Lazer, Subseção I – Disposições Gerais (arts. 382), Subseção II – Do Fomento ao Esporte e ao Lazer (arts. 383 a 391).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SENADO FEDERAL. *Legislação Desportiva*, Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas , 4ª. Edição, 2013.

NERY COSTA, Nelson. *Constituição Federal Anotada e Explicada*. – 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

REZENDE, José Ricardo. *Nova Legislação do Direito Desportivo* – 1ª. Edição. Rio de Janeiro: All print, 2010.

SAMEGUINI PREIRA, Marcela Andresa. *Direito ao lazer e legislação vigente no Brasil*. Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/a1.pdf

TAVARES, Otávio e DACOSTA, Lamartine P. *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.

SESI. *Manual de Valores do Esporte - Fundamentos*, 2009. Disponível em:

http://www3.sesi.org.br/Programas/S_esporte/manualFundamentosEsporte.pdf

DACOSTA, Lamartine P. et al. (Eds.). Legados de Megaeventos Esportivos. Brasília: Ministério do Esporte.

DACOSTA, Lamartine P. (Org) Atlas do Esporte no Brasil, 2005. Disponível em: www.atlasesportebrazil.org.br

OGATA, Alberto. Profissionais Saudáveis, Empresas Produtivas. São Paulo: Elsevier, 2011.

PROCURADORIA GERAL, Município do Rio de Janeiro. Rio Lei Orgânica do Município – 2ª. ed. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, 2010.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. Sobre o COB. 2010. Disponível em:

<http://www.cob.org.br/comite-olimpico-brasileiro>

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. Conheça o CPB – Movimento Paralímpico. Disponível em:

<http://www.cpb.org.br/movimento-paralimpico/>

PRONI, Marcelo W., FAUSTINO, Raphael B. e SILVA, Leonardo O. Impactos Econômicos de Megaeventos Esportivos. Campinas: Casa da Educação Física/UNICAMP, 2014.

II- Lazer

1. O lazer como um direito social garantido na Constituição brasileira de 1988, Arts. 6, 217 (desportos) e 227. 2. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, Seção IV: Do Desporto e do Lazer. 3. Política Nacional de Promoção da Saúde. 3.1. Rede básica de saúde na comunidade. 4. O Programa Saúde nas Escolas (PSE). 4.1. O espaço público como área de lazer destinado às atividades de educação e saúde do PSE. 5. PELC/PRONASCI (Política de Esporte e Lazer nas Cidades/ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania). 5.1. O papel do PELC/PRONASCI. 5.2. Violência, Juventude e Inclusão social. 5.3. Atividades esportivas no PELC/PRONASCI. 5.4. Orientações do PELC/PRONASCI para o trabalho com jovens em situação de vulnerabilidade. 5.5. Afastamento dos jovens de situações de criminalidade. 6. Teoria do Lazer. Definição, histórico, fundamento e dimensões. 6.1 Estudos precursores do Lazer. 6.2 Sistematização do conhecimento sobre o lazer no Brasil. 6.3 Manifestações do lazer no contexto local, territorial e regional. 6.4 Aspectos sociais, educacionais, esportivos e lúdicos do Lazer na sociedade contemporânea. 6.5 Planejamento e aplicação das atividades esportivas e lúdicas aprendizagem em situações formais e não-formais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Tempo Livre. In: Palavras e sinais: modelos críticos 2. Petrópolis: Vozes, 1995.

AMARAL, Silva Cristina Franco. Políticas públicas de lazer: existe possibilidade de uma gestão participativa? Campinas: fotocopiado, 2004.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Lazer: concepções e significados. Licere, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-17, set. 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Política Nacional de Promoção da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf

BRASIL. Política intersetorial PELC/PRONASCI. Secretaria Nacional de Desenvolvimento de esporte e de Lazer. Brasília: Ministério do Esporte, 2010. Disponível em:

<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/pelcPronasciv3.pdf>

<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/pelcPronasciv3.pdf>

BRASIL. Programa Saúde nas Escolas. Brasília: Ministério da Educação, Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14578:programa-saude-nas-escolas&Itemid=817

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14578:programa-saude-nas-escolas&Itemid=817

CASTELLANI FILHO, Lino. Lazer e qualidade de vida. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 7-21.

_____. Política educacional e educação física. Campinas: Autores Associados, 1998.

DE MASI, Domenico. Porto Alegre, a utopia feita cidade. In: GENRO, T. (Org.). Porto da cidadania. Porto Alegre: Artes e Ofício, 1997. p. 247-252.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: SESC, 1980.

_____. A revolução cultural do tempo livre. São Paulo: Studio Nobel-SESC, 1994.

_____. Sociologia empírica do lazer. 2a. ed. São Paulo: Perspectiva; SESC, 1999.

ELIAS, Nobert e DUNNING, Erich. Memória e Sociedade: A Busca da Excitação. Lisboa: Difel, 1992.

GEBARA, Ademir. Nobert Elias e a teoria do processo civilizador. In: BRUHNS e GUTIERREZ (Orgs). Temas sobre o Lazer. Campinas: Autores Associados, 2000.

GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor Andrade de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. Movimento, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, jun. 2003.

GUTIERREZ, Gustavo. Lazer e Prazer Questões Metodológicas e Alternativas Políticas. São Paulo: EDUSP, 2001

MELO, Victor Andrade; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. Introdução ao lazer. Barueri: Manole, 2003.

PADILHA, Valquíria. Shopping Center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PARKER, Stanley. A sociologia do lazer. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA: CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Estruturação do texto e dos parágrafos. 1.2 Características e função, considerando o tipo (descritivo, narrativo, dissertativo, injuntivo) e o gênero do texto. 1.3 Localização de informações explícitas; inferência de informações implícitas. 1.4 Sentido e significado de vocábulos e expressões no contexto. **2. Coerência e coesão** na articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. **3. Variação da língua.** 3.1 Seleção vocabular e organização frasal adequadas ao contexto de uso. 3.2 Registro formal escrito: correção, clareza, precisão, concisão. **4. Redação oficial.** **5. Estrutura e formação de palavras** – valor morfológico e semântico dos elementos mórficos. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. **6. Ortografia oficial.** 6.1 Acentuação gráfica – segundo o atual acordo ortográfico. 6.2 Emprego de letras. 6.3 Emprego do hífen. **7. Uso e função das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito.** 7.1 Substantivo, adjetivo, artigo e numeral – a relação determinante/determinado. 7.2 Pronome: classificação, emprego, colocação e formas de tratamento. 7.3 Advérbio, preposição e conjunção: emprego e valor semântico. **8. Flexão verbal.** 8.1 Emprego e valor semântico de tempos, modos e vozes verbais. 8.2 Correlação entre tempos verbais. 8.3. Concordância verbal. **9. Flexão de número e gênero:** concordância nominal. **10. Regência nominal e verbal.** 10.1 Ocorrência de crase. **11. Relações sintáticas e semânticas entre termos, orações e segmentos de texto.** 11.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto – coordenação e subordinação. 11.2 Termos oracionais. 11.3 Figuras de sintaxe. 11.4 Colocação de termos na oração. **12. Equivalência e transformação de estruturas sintático-semânticas.** Reescrita de frases. **13. Emprego dos sinais de pontuação.** **14. Denotação e conotação.** 14.1 Uso e sentido das figuras de palavra e de pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. 2008. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf

OBS. A prova de língua portuguesa priorizará a consciência do uso da língua e, não, o conhecimento de termos técnicos ou a citação de regras gramaticais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: Conceito, Objeto e Elementos; Classificações das Constituições, Supremacia da Constituição. 2. Poder Constituinte Originário e Derivado. 3. Reforma e Revisão da Constituição; Mutações Constitucionais. 4. Interpretação do Texto Constitucional e Aplicação das Normas Constitucionais; Métodos de Interpretação da Constituição; Princípios da Interpretação Constitucional. 5. Direitos Fundamentais; Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 6. Ações Constitucionais 7. Organização do Estado: Características Básicas do Estado Federal; Soberania e Autonomia; União; Estados; Distrito Federal e Territórios. 8. Repartição de Competências na Constituição de 1988. 9. Intervenção Federal e Estadual. 10. Controle de Constitucionalidade: Evolução; Controle Preventivo e Repressivo; Controle Concentrado e Difuso; Controle Incidental e Concreto; Decisões no Controle de Constitucionalidade de Normas e seus Efeitos. 11. Poder Legislativo; Processo Legislativo. Iniciativa Comum. Iniciativa Reservada. Iniciativa Privativa de Órgãos do Poder Judiciário. Iniciativa Privativa do Ministério Público. Iniciativa Privativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Iniciativa Privativa do Presidente da República. Discussão. Votação. Sanção ou Veto. Promulgação e Publicação. Espécies Legislativas. 12. Poder Executivo. 13 Poder Judiciário. 14. Funções Essenciais à Justiça. 15. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 16. Princípios da Ordem Tributária. Imunidades. 17. Princípios da Ordem Econômica e Financeira. 18. Ordem Social: Da seguridade Social; Da Educação, Da Cultura e Do Desporto; Da Ciência e Tecnologia; Da Comunicação Social; Do Meio Ambiente; Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, dos Índios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações*.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*. 8.ed. 2013: Saraiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Regime Jurídico Administrativo: Princípios Administrativos (Expressos e Reconhecidos) 2. Administração Pública: conceito; Sentido Objetivo e Sentido Subjetivo. 3. Administração Direta e Indireta: Organização Administrativa: Centralização e Descentralização; Desconcentração; Administração Direta: Conceito; Natureza da Função; Abrangência; Composição; Contratos de Gestão; Administração Indireta: Conceito, Natureza da Função; Abrangência; Composição; Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mistas. 4.

Órgãos Públicos: Conceito; Criação e Extinção; Teorias de Caracterização do Órgão; Capacidade Processual; Classificação. 5. Ato Administrativo: Conceito; Elementos; Discricionariedade e Vinculação; Características; Mérito Administrativo; Formação e Efeitos; Classificação; Espécies: Quanto à Forma de Exteriorização e Quanto ao Conteúdo; Extinção; Invalidação (ou Anulação); Convalidação; Revogação. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos. 6. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos: Uso e Abuso de Poder; Poderes Administrativos: Poder Discricionário, Poder Regulamentar e Poder de Polícia; Deveres dos Administradores Públicos; Hierarquia e Disciplina. 7. Contratos Administrativos: Conceito, Disciplina normativa, Sujeitos, Características e Espécies; Cláusulas de Privilégios; Equação Econômico-Financeira; Formalização; Duração, Prorrogação, Renovação e Inexecução do contrato administrativo; Extinção do Contrato Administrativo; Sanções Administrativas. 8. Convênios Administrativos. 9. Consórcios Públicos. 10. Licitação: conceito, natureza jurídica e disciplina normativa; Princípios Básicos e Correlatos; Dispensa e Inexigibilidade. Tipos de Licitação. Modalidades de Licitação. Lei 8.666/93. Pregão. Lei 10.520/2002. 11. Agentes Públicos: Classificação; Agentes de Fato; Servidores Públicos: Classificação; Regimes Jurídicos Funcionais; Organização Funcional; Classificação dos Cargos; Criação, Transformação e Extinção dos Cargos; Cessão de Servidores; Regime Constitucional. 12. Serviços Públicos: Conceito, Características, Classificação, Titularidade e Remuneração. Princípios que regem o serviço público: Generalidade, Continuidade, Eficiência e Modicidade; Execução de Serviço Público: direta e indireta; Regimes de Parceria: Regime de Convênios Administrativos; Regime de Contratos de Gestão; Gestão por Colaboração. 13. Concessão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Modalidades; Exigência de Licitação; Direitos e Obrigações dos Usuários; Prazo da Concessão; Intervenção na Concessão. Extinção da Concessão; Reversão; Permissão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Extinção da Permissão; Lei 8.987/95 e alterações. Diferença entre Concessão e Permissão; Autorização. 14. Bens Públicos: Conceito, Classificação e Regime Jurídico dos Bens Públicos; Afetação e Desafetação; Aquisição, Gestão e Alienação dos Bens Públicos; Espécies de Bens Públicos. 15. Responsabilidade Civil do Estado: Conceito; Evolução; Aplicação da Responsabilidade Objetiva; Improbidade Administrativa. Lei. 8.429/92 e alterações. 16. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. 17. Intervenção do Estado na Propriedade: fundamentos; Modalidades. Desapropriação. 18. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e classificação das formas de controle; Controle Interno e Externo; Controle Exercido pela Administração Sobre Seus Próprios Atos (Controle Administrativo); Controle Parlamentar (Controle Legislativo), Controle Jurisdicional (Controle Judiciário); Meios de Controle Jurisdicional; Controle de Mérito e de Legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL, *Lei Federal 8.666/93* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 10.520/2002* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.987/95* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 8.429/92* e alterações.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26 ed. Rio de Janeiro. 2013: Atlas.

DIREITO FINANCEIRO E CONTROLE EXTERNO E INTERNO

I- Direito Financeiro

Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação

Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercícios Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório de Gestão Fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento Aplicado ao Setor Público. Editora Atlas. 2012.
GIACOMONI, James. Orçamento Público. Editora Atlas. 14ª ed. 2007
KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.
Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169 e art. 70 a 75).
BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*.
BRASIL. LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.
BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (e atualizações posteriores).
BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), e alterações.
Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.
Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 5ª edição 2013. www.tesouro.gov.br
MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, 5ª EDIÇÃO. (Parte I, II e III)
www.tesouro.gov.br

II- Controle Externo e Interno

1. Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), Declaração de Lima e Declaração do México. 2. Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 75 da Constituição Federal). 3. Controle da Administração Pública: conceito; abrangência. 4. Sistema de controle externo. 5. Controle externo no Brasil. 6. Regras constitucionais sobre controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 7. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. 8. Controle de constitucionalidade e os Tribunais de Contas. 9. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 10. Controle interno e os Tribunais de Contas. 11. Controle externo e interno na Constituição Federal. 12. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: Arts. 87 a 98; Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 13. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. 14. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro: NAG 1000 - Normas Gerais; NAG 2000 - Relativas aos Tribunais de Contas; NAG 3000 - Relativas aos Profissionais de Auditoria Governamental; NAG 4000 - Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
____. Lei Complementar Federal n.º 101/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm
____. Lei Complementar Federal n.º 131/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm
____. Lei nº 289, de 25 de novembro de 1981, alterada pela Lei Complementar nº 82, de 05 de julho de 2007.
____. Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
____. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>.

____. Deliberação Nº 183/2011. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/Informa/RI2.pdf>

____. Deliberação Nº 198/2014. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

____. Deliberação Nº 199/2014. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Normas de Auditoria Governamental - NAGs:Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro. 2010. 88p. Disponível em: <http://www.irbcontas.org.br/noticia/normas-de-auditoria-governamental-nags/88>

GUERRA, Evandro Martins. Os Controles Externo e Interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2ed. 2005.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª edição., [s.l.]: Malheiros, 2010.

AGUIAR, Ubiratan; ALBUQUERQUE, Marcio; MEDEIROS, Paulo. A Administração Pública Sob a Perspectiva do Controle Externo. : Editora Fórum, 2011.

Dal Pozzo, Bresser Pereira; Tomaselli, Gabriela. As Funções do Tribunal de Contas e o Estado de Direito. Editora [Fórum. 2010.](#)

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Perspectivas teóricas da Administração Pública. 2. Fundamentos de Administração Pública. 3. Trajetória da Administração Pública. 4. Políticas Públicas. 5. Governança e Interações Multiatores em Redes Políticas. 6. Redes de Políticas. 7. Administração Pública brasileira. 8. Reformas administrativas. 9. Papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. 10. Uso de controles e indicadores de produtividade. 11. Gestão financeira e Orçamentária. 12. Gestão fiscal responsável. 13. Gestão da qualidade e foco nos processos, a natureza dos serviços e do negócio, as interações com os clientes, atributos da qualidade, indicadores de desempenho. 14. Gestão de Processos. 15. Empreendedorismo. 16. Governança corporativa. 17. Contabilidade Pública, serviço público, orçamento público, receita pública, despesa pública, licitações. 18. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão com pessoas. Rio de Janeiro: Campus, 1999

FILGUEIRAS, José A. Contabilidade Pública. Freitas Bastos Editora: Rio de Janeiro, 2007.

GIL, Antônio L. Gestão da qualidade empresarial. Atlas: S. Paulo, 1997.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública. Rio de Janeiro: Atlas 1996.

MORAES, Elias. Gerenciando a qualidade. Kelps: Goiânia 2002.

MOTTA, Paulo Roberto. A ciência e a arte de ser dirigente. Record: Rio de Janeiro, 1991.

NASCIMENTO, Ronaldo Edson. Gestão Pública. Saraiva: São Paulo, 2010.

PROCOPIUCK, Mário. Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública. Atlas: S. Paulo, 2013.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. Governança corporativa no Brasil e no mundo. Campus: S. Paulo, 2010.

SORDI, José Osvaldo de. Gestão de processos, Saraiva: São Paulo, 2012.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Princípios constitucionais de natureza ética: Moralidade, Impessoalidade, Probidade, Motivação e Publicidade. 2. Normas penais relativas ao Servidor Público; Dos crimes contra a Fazenda Pública; Dos Crimes contra as Finanças Públicas 3. Decreto Municipal 13.319 e respectivas alterações. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL. Código Penal e Legislação Extravagante sobre os tipos penais relativos ao Servidor Público.

BRASIL. Decreto Municipal 13.319 de 20 de Outubro de 1994 e respectivas alterações.
BRASIL. Lei 8.429 de 02 de Junho de 1992 e respectivas alterações.

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais relacionados aos seguintes temas: 1. Política. 2. Economia. 3. Cidadania e Direitos Humanos. 4. Educação e Saúde. 5. Tecnologias da Informação e Comunicação. 6. Cultura, Esporte e Lazer. 7. Meio Ambiente. 8. Infraestrutura e Urbanismo.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ªed. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26>
- CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec. p. 121-159, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141998000300019&script=sci_arttext&tlng=pt>
- GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3201>>
- PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/jorge/v8n1_artigo_3.pdf>
- PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PRETTO, Nelson; PINTO, Claudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v.11. n.31. jan./abr. 2006, p.19-30.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2010.
- RIO DE JANEIRO. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/controle_atividade_parlamentar.php?m1=legislacao&m2=lei_orgnica&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/orgnica.nsf/leiorg?OpenForm&Start=1&Count=30&Collapse=1>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

1. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título I – Dos Princípios Fundamentais (arts.1º a 13); Título II – Da Organização Municipal, Capítulo II – Da Competência do Município (arts.30 a 37), Capítulo III – Das Vedações (art. 38); Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Governo Municipal (art. 39), Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção I – Da Câmara Municipal (arts.40 a 43), Seção II – Das Atribuições da Câmara Municipal (arts.44 e 45), Seção III – Dos Vereadores (arts.46 a 51), Seção IV – Do Funcionamento da Câmara Municipal, Seção V – Do Processo legislativo, Seção VI – Da Procuradoria Geral da Câmara Municipal (art.86), Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts.87 a 98) 2. Constituição da República Federativa do Brasil: Título III – Da Organização do Estado, Capítulo IV – Dos Municípios (arts.29 a 31); Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo (art. 44 a 75) 3. Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivos do Município do Rio de Janeiro. 4. Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 5. Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e alterações*.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações*.
- BRASIL. *Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e alterações)*.

BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro) e alterações.

BRASIL. *Regimento Interno da Câmara Municipal* do Rio de Janeiro.

ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO

1. Ciência e Tecnologia. 1.1. Política nacional de ciência e tecnologia. 1.2. Desenvolvimento e organização institucional do setor no Brasil. 1.2.1. Órgãos federais e estaduais de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. 1.2.2. Planejamento e gestão em ciência e tecnologia: modelos e paradigmas. 1.3. Financiamento da ciência e tecnologia no Brasil: investimentos diretos públicos e privados, incentivos fiscais e fundos setoriais. 1.4. Programas e ações governamentais em energia nuclear, biotecnologia, química e mecânica finas, microeletrônica, pesquisa e tecnologia espaciais, tecnologia industrial, novos materiais e outros setores estratégicos. 1.5. Política de formação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico. 1.6. Programas de apoio à inventividade e à criatividade. 1.6.1. Política de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. 1.6.2. Programas e ações de promoção da inovação tecnológica: cooperação universidade-empresa, incubadoras de empresas. 1.7. Pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia num ambiente de globalização. 1.7.1. Planos nacionais de pós-graduação. 1.7.2. Pesquisa científica em instituições de ensino superior. 1.7.3. Propriedade industrial e intelectual. 1.8. Mecanismos internacionais de transferência de tecnologia, investimentos em C&T realizados por países industrializados e por países da América Latina. 1.9. Progresso tecnológico e expansão econômica. 1.10 Acordos de cooperação científica e tecnológica com outros países e com organismos internacionais. 1.11. Princípios e conceitos éticos em ciência e tecnologia. 1.12. Desenvolvimento científico e tecnológico na perspectiva de satisfação das necessidades sociais. 1.13. Plano Diretor de informática. Planejamento Estratégico. 2. Tecnologias e Internet. 2.1. Tecnologias da Informação. 2.2. Internet X Intranet X Extranet X VPN. 2.2.1. Estrutura de Governança global da Internet: Internet Corporation for Assigned Names and Numbers – ICANN, World Summit on the Information Society – WSIS, Internet Governance Forum – IGF, União Internacional de Telecomunicações – UIT. 2.2.2. Organização da Internet no Brasil. 2.2.3. Aspectos jurídicos: princípios de governança, classificação dos serviços, direitos e obrigações dos provedores e usuários. 2.2.4. Aspectos institucionais: Comitê Gestor da Internet no Brasil e órgãos auxiliares. 2.2.5. Políticas públicas propostas: o marco civil da Internet, fomento à inovação tecnológica. Lei 12.965, de 23 de abril de 2014 – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. 2.2.6. Exploração. 2.2.7. Infraestrutura para provimento de acesso: cenário atual. 2.2.8. Estrutura do mercado. 2.2.9. Demanda. 2.2.10. Principais serviços e tecnologias. 2.2.11. Financiamento. 2.2.12. Temas Gerais. 2.2.13. Neutralidade de rede. 2.2.14. Comércio eletrônico. 2.2.15. Propriedade intelectual e Direito Autoral. 2.2.16. Segurança. 2.2.17. Tributação e o Sistema Público de Escrituração Digital. 2.2.18. Crimes. 2.2.19. Outsourcing. 2.2.20. Redes Sociais. 2.2.21. Wikis. 2.2.22. Política e Eleições. 2.3. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). 2.3.1. A economia das funções estruturantes das TIC (armazenamento, processamento e transporte da informação). 2.3.2. Princípios de Governança de TI (custo de propriedade, desempenho, segurança, interoperabilidade, usabilidade, etc.). 2.3.3. Gestão de TI. 2.3.4. Desenvolvimento e padronização: processo e fóruns nacionais de padronização e participação brasileira nos fóruns globais; principais obstáculos à inovação em TICs e os desafios da escala e do acesso ao mercado externo; a utilização do mercado interno de TIC nas negociações comerciais com outros países. 2.3.5. Tecnologias dominantes e principais tendências: cloud computing, IPTV, VoIP, SaaS, FTTx, certificação digital, e-gov, e-commerce, e-learning, mobile payment, Gestão Eletrônica de Documentos (GED), entre outras. 2.3.6. Web2.0 e Web 3.0 . 2.3.7. W3C 3. Comunicações. 3.1. As comunicações na ordem constitucional: radiodifusão, telecomunicações e mídia Comunicações. 3.2. Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). 3.3. Ordenamento legal. 3.3.1. Lei 4.117, de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações). 3.3.2. Lei 8.389, de 1991 (Lei do Conselho de Comunicação Social). 3.3.3. Lei 8.977, de 1995 (Lei de TV a Cabo). 3.3.4. Emenda Constitucional 8, de 1995. 3.3.5. Lei 9.472, de 1997 (Lei Geral das

Telecomunicações). 3.3.6. Lei 9.612, de 1998 (Lei de Radiodifusão Comunitária). 3.3.7. Lei 10.610, de 2002 (Lei da Participação do Capital Estrangeiro na Radiodifusão e na Mídia Impressa). 3.3.8. Lei 11.652, de 2008 (Lei da Empresa Brasil de Comunicação). 3.3.9. Lei 12.485, de 2011 (Lei do Serviço de Acesso Condicionado). 3.4. Ordenamento infralegal. 3.4.1. Decreto 5.820, de 2006 (TV Digital). 3.4.2. Decreto 6.654, de 2008 (Plano Geral de Outorgas). 3.4.3. Decreto 7.175, de 2010 (Plano Nacional de Banda Larga). 3.4.4. Decreto 7.512, de 2011 (Plano Geral de Metas para Universalização do Serviço Telefônico Fixo comutado prestado no Regime Público - PGMU). 3.4.5. Regulamentação específica dos serviços de radiodifusão e de telecomunicações. 3.5. Fundos Setoriais. 3.5.1. Organização e arrecadação dos fundos setoriais. 3.6. Ordenamento legal. 3.6.1. Lei 5.070, de 1966 (FISTEL). 3.6.2. Lei 9.998, de 2000 (FUST). 3.6.3. Lei 10.052, de 2000 (FUNTTEL). 3.7. Legislação comparada: Europa e Estados Unidos. 3.8. Audiovisual. 3.8.1. Políticas do audiovisual no Brasil: histórico e cenário atual. 3.8.2. Organização institucional. 3.8.2.1. Ministério da Cultura. 3.8.2.2. Agência Nacional do Cinema (ANCINE). 3.8.3. Ordenamento legal. 3.8.3.1. Medida Provisória 2.228-1, de 2001 (MP da Ancine). 3.8.3.2. Lei 11.437, de 2006 (Lei que altera a destinação da Condecine). 3.8.3.3. Lei 12.485, de 2011 (Lei do Serviço de Acesso Condicionado). 4. Informática. Conceitos. 4.1. Hardware X Software. Grid Computing. Cloud Computing. DataCenter. 4.1.1. Sistemas Operacionais Windows e Linux. 4.2. Redes de Computadores. 4.3. MSOffice 2010/2013 BR. 4.4. Sistemas de Informação. 4.5. Bancos de Dados. 4.6. Teoria da Computação X Estruturas de Dados X Programação X Linguagens X Ambientes de Desenvolvimento. 4.7. Projeto, Análise e Desenvolvimento de Sistemas X Metodologias. 4.8. Auditoria de Sistemas. 4.9. Gerência de Projetos. 4.9.1. Governança de TI. 4.9.2. PMI/PMBOK. 4.9.3. CobiT. 4.9.4. ITIL. 4.10. Qualidade de Software. 4.11. Sistemas de Apoio à Decisão. 4.12. ERP. 4.13. Inteligência Artificial. 4.14. Segurança da informação, de dados, de sistemas, de equipamentos, de redes e da internet. 4.15. Engenharia de Software. 4.16. Infraestrutura de TI e Sistemas de Suporte. 4.17. Gerenciamento de dados, texto e documentos. 4.18. Gerenciamento e Mobilidade de Redes. 4.19. Sistemas de Informação Corporativos. 4.20. Business Intelligence e Suporte à Decisão. 4.21. Sistema de Planejamento e Controle Operacionais. 4.22. Gestão de Processos de Negócio e Desenvolvimento de Sistemas. 4.23. Como as empresas usam os sistemas de informação. 4.24. Ecologia Global, Ética e Responsabilidade Social. 4.25. Conquistando Vantagem Competitiva com os Sistemas de Informação. 4.26. Fundamentos da Inteligência de Negócios: Gerenciamento da Informação e de Banco de Dados. 4.27. Telecomunicações, Internet e Tecnologia sem fio. 4.28. Principais Aplicações de Sistemas para a era Digital: Aplicativos integrados e comércio eletrônico. 4.29. Tomada de Decisão e a Gestão do Conhecimento. 4.30. Como desenvolver e gerenciar Sistemas de Informação. 4.31. Computação Gráfica. 5. Legislação. 5.1. Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 (Normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências) e atualizações posteriores. 6. Constituição da República Federativa do Brasil: TÍTULO VIII – DA ORDEM SOCIAL, CAPÍTULO I – DISPOSIÇÃO GERAL (art. 193), CAPÍTULO IV - DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (arts. 218 e 219), CAPÍTULO V – DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (arts. 220 a 224).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes & CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi de. Programação de Computadores – Algoritmos, Pascal e C/C++, Pearson, 2003.

AHMED, Khawar Zaman & UMRYSH, Cary E. Desenvolvendo Aplicações Comerciais em Java com J2EE e UML, Ciência Moderna, 2002.

ALVES, William Pereira. Crie, Anime e Publique seu Site Utilizando Fireworks, Flash e Dreamweaver, Érica, 2006.

AMARAL, Luís Gustavo. CSS, Novatec, 2009.

ANÔNIMO. Segurança Máxima. Ed. Campus, 2001.

ALMEIDA, A. Arquitetura de Redes de Armazenamento de Dados. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000431324>>.

ARAUJO, E. Desenvolvimento para Web com Java. Bookstore Livraria Ltda, 2010.

ARAÚJO, Anderson Viçoso de. Treinamento Avançado em .NET, Digerati, 2006.

BABIN, Lee. Ajax com PHP, Alfabeta, 2007.

BALTZAN & PHILLIPS. Sistemas de Informação, McGraw-Hill/Bookman, 2012.

BATISTA, Emerson de O. Sistemas de Informação, Saraiva, 2006.

BENYON, David. Interação Humano-Computador, Pearson, 2011.

BEZERRA, Eduardo. Princípios de Análise e Projeto de Sistemas com UML, Campus, 2003.

BONAN, Adison Rodrigues. Java % & 6 - Fundamentos, Prática & Certificação, Alta Books, 2008.

BONAN, Adison Rodrigues. Linux - Fundamentos, Prática & Certificação LPI, Alta Books, 2010.

BOWERS, Michael. Profissional Padrões de Projeto com CSS e HTML, AltaBooks, 2008.

BRANCHER, P. Contratos de Software. VisualBooks Editora, 2003.

CÂMARA, Fábio. Orientação a Objeto com .NET, VisualBooks, 2006.

CARVALHO, J. Noções de Informática para Concursos. 2ª edição, ed. Elsevier, 2013.

CHEDE, Cezar Taurion. Cloud Computing, Brasport, 2009.

CHEDE, Cezar Taurion. Grid Computing, Brasport, 2004.

COMER, Douglas E. Interligação de Redes com TCP/IP, Campus, 2006.

CONCI, Aura & AZEVEDO, Eduardo. Computação Gráfica, Campus, 2003.

COSTA, R. Áquila, R. Informática Básica. Ed. Impetus, 2009.

CYBIS, Walter. Ergonomia e Usabilidade, Novatec, 2007.

DAMAS, Luís. SQL, LTC, 2005.

DANTE Explica Java, Ciência Moderna, 2005.

DATE, C. J. Introdução a Sistemas de Bancos de Dados, Campus, 2004.

DIAS, Cláudia. Usabilidade na Web, AltaBooks, 2007.

ERICKSON, Jon. Hacking, Digerati, 2008.

FARIAS, B. CÉSAR, P. Curso Essencial de Redes. Digerati Books, 2006.

FALBRIARD, C. Protocolos e Aplicações para Redes de Computadores. Ed. Erica, 2002.

FEDELI, R.; POLLONI, E.; PERES, F. Introdução à Ciência da Computação. 2ª edição, 2010.

FERNANDES, A.; Abreu, V. Implementando a Governança da TI. Ed. Érica, 2008.

FERNANDES, L.; TAVEIRA, G. Modelagem de Dados. Ed. SENAC, 2012.

FERNANDES, Wallace & SOARES, Gabriel. Linux – Fundamentos, -Érica, 2010.

FLANAGAN, David. JavaScript, Bookman, 2002.

FOROUZAN, Behrouz A. Comunicação de Dados e Redes de Computadores, McGraw-Hill, 2008.

FURGERI, Sérgio. Java 6 Ensino Didático, Érica, 2011.

GOMES, Daniel Adorno. WebServices em Java, Novatec, 2010.

GOMES, Yuri Marx P. Java na Web com FSF, Spring, Hibernate e NetBeans 6, Ciência Moderna, 2009.

GONÇALVES, Édson. Dominando JavaServer Faces e Facelets utilizando Spring 2.5, Hibernate e JPA, Ciência Moderna, 2008.

GREENWALD, Rick & STACKOWIAK, Robert & STERN, Jonathan. Oracle Essencial 11g, AltaBooks, 2008.

GUEDES, Gilleanes T. A. UML2 – Uma Abordagem Prática, Novatec, 2011.

GUILHEM, B.; NASCIMENTO, R. Informática – Coleção Concursos Públicos. Ed. Saraiva, 2013.

GONÇALVES, M.; KRITZ, S. Estruturas de Dados. Ed. Senac, 2003.

HELDMAN, Kym. Gerência de Projetos, Campus, 2005.

HEUSER, C. Projeto de Banco de Dados. Ed. Sagra Luzzatto, 2004.

HOTEK, Mike. SQL Server 2008, Bookman, 2008.

KEELING, Ralph. Gestão de Projetos, Saraiva, 2002.

KUROSE, James F. Redes de Computadores e a Internet, Pearson, 2014.

KÖLLING, Michael & BARNES, David J. Programação Orientada a Objetos com Java, Pearson, 2004.

LAUDON, K. & LAUDON, J. Sistemas de Informação Gerenciais. Ed. Prentice Hall, 2008.

LOBO, E. Curso de Engenharia de Software. Digerati Books, 2008.

LOPES, Anita & GARCIA, Guto. Introdução à Programação, Campus, 2002.

LYRA, Maurício Rocha. Segurança e Auditoria em Sistemas de Informação, Ciência Moderna, 2008.

MAGALHÃES, Ivan Luizio & PINHEIRO, Walfrido Brito. Gerenciamento de Serviços de TI na Prática, Novatec, 2005.

MAGGIO, A. Informática para Concursos. Ed. Ciência Moderna, 2011.

MAGRIN, M. Guia do Profissional Linux. Digerati, 2006.

MAIA, Luiz Paulo & MACHADO, Francis Berenger. Arquitetura de Sistemas Operacionais, LTC, 2013.

McCLURE, Stuart & SCAMBRAY, Joel & KURTZ, George. Hackers Expostos, Makron Books, 2000.

Manuais e Help/Ajuda dos softwares

MANZANO, José Augusto N. G. Oracle DataBase10g, Érica, 2007.

MATTOS, Antonio Carlos M. Sistemas de Informação, Saraiva, 2005.

MARÇULA, M.; FILHO, P. Informática Conceitos e Aplicações. Ed. Érica, 3ª edição, 2012.

MARZULLO, F. SOA na Prática, Ed. Novatec, 2009.

MECENAS, Ivan. Java6 Fundamentos, Swing, BlueJ & JDBC, AltaBooks, 2008.

MECENAS, Ivan. Análise de Pontos de Função, AltaBooks, 2009.

MELENDEZ FILHO, Rubem. Service Desk Corporativo – Solução com Base na ITIL v3.0, Novatec, 2011.

MILANI, André. Construindo Aplicações Web com PHP e MySQL, Novatec, 2010.

MIYAGUSKU, R. Informática passo a passo para concursos públicos. Digerati Books, 2008.

MIZRAHI, Victorine Viviane. Treinamento em Linguagem C, Pearson, 2008.

MORRISON, Michael. Use a Cabeça – JavaScript. AltaBooks, 2008.

NAKAMURA, Emilio Tissato & GEUS, Paulo Lício de. Segurança de Redes em Ambientes Cooperativos, Novatec, 2007.

NEMETH, Evi & HEIN, Trent R. Manual Completo do Linux: Guia do Administrador, Prentice-Hall. 2007.

Normas ABNT e ISO.

O'BRIAN, James A. Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet, Saraiva, 2004.

PARHAMI, Behrooz. Arquitetura de Computadores, McGraw-Hill, 2008.

PMI. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos – Guia PMI/PMBok, PMI, 2011.

PRATES, Rubens. ASP, Novatec, 2000.

PRESSMAN, Roger S. Engenharia de Software, McGrawHill/Bookman, 2005.

RUMBAUGH, James & BLAHA, Michael. Modelagem e Projetos Baseados em Objetos com UML 2, Campus, 2006.

SAMPAIO, Cleuton. Java Enterprise Edition 6 – Desenvolvendo Aplicações Corporativas, Brasport, 2011.

SERSON, Roberto Rubinstein. Certificação Java 6 – A Bíblia, Brasport, 2011.

SERSON, Roberto Rubinstein. Oracle 10g DataBase, Novatec, 2004.

SILVA, Robson Soares. Oracle 10g, Érica, 2007.

SILVA, M. Informática Terminologia Básica. Ed. Érica, 6ª edição, 2011.

SILVA, Mauricio Samy. Criando Sites com HTML, Novatec, 2008.

SILBERSCHATZ, Abraham. Fundamentos de Sistemas Operacionais, LTC, 2010.

SOMMERVILLE. Engenharia de Software, Pearson, Saraiva, 2007.

STALLINGS, William. Arquitetura e Organização de Computadores, Prentice Hall, 2010.

STALLINGS, William. Redes e Sistemas de Comunicação de Dados, Campus, 2005.

STARLIN, Gorki & ALCÂNTARA, Izaias. Windows 2000 Server, AltaBooks, LTC, 2002.

SOUZA, Welber Amaro Santos de & PINTO, Claudio José & BARBOSA, Dalva de Souza. SQUID, Novatec, 2007.

TANENBAUM & WETHERALL. Redes de Computadores, Pearson, 2011.

TORRES, G. Hardware Curso Completo 4ª Ed. Axcel Books, 2001.

TURBAN, E. & MCLEAN, E. & WETHERBE, J. Tecnologia da Informação para gestão. Ed. Bookman, 2004.

TURBAN, E.; VOLONINO, L. Tecnologia da Informação para Gestão. Ed. Bookman, 2013.
VANDYK, John K. Desenvolvimento Profissional com o Drupal, AltaBooks, 2009.
VANSTEFANOV, Stoyan. Padrões JavaScript, Novatec, 2010.
VELLOSO, F. Informática Conceitos Básicos. Ed. Campus, 2004.
VERAS, Manoel. Datacenter – Componente Central da Infraestrutura de TI, Brasport, 2009.
VIEIRA, Marconi Fábio. Gerenciamento de Projetos de TI, Campus, 2003.
WAZLAWICK, Raul Sidnei. Análise e Projeto de Sistemas de Informação Orientados a Objetos, Campus, 2004.
XIE, DONALD & LIBERTY, Jesse. C# 3.0, Alta Books, 2009.

LEGISLAÇÃO:

Lei 4.117, de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).
Lei 8.389, de 1991 (Lei do Conselho de Comunicação Social).
Lei 8.977, de 1995 (Lei de TV a Cabo).
Legislação constante do site da ANATEL.
Emenda Constitucional 8, de 1995.
Lei 9.472, de 1997 (Lei Geral das Telecomunicações).
Lei 9.612, de 1998 (Lei de Radiodifusão Comunitária).
Lei 10.610, de 2002 (Lei da Participação do Capital Estrangeiro na Radiodifusão e na Mídia Impressa).
Lei 11.652, de 2008 (Lei da Empresa Brasil de Comunicação).
Lei 12.485, de 2011 (Lei do Serviço de Acesso Condicionado).
Decreto 5.820, de 2006 (TV Digital).
Decreto 6.654, de 2008 (Plano Geral de Outorgas).
Decreto 7.175, de 2010 (Plano Nacional de Banda Larga).
Decreto 7.512, de 2011 (Plano Geral de Metas para Universalização do Serviço Telefônico Fixo comutado prestado no Regime Público - PGMU).
Regulamentação específica dos serviços de radiodifusão e de telecomunicações.
Lei 5.070, de 1966 (FISTEL).
Lei 9.998, de 2000 (FUST).
Lei 10.052, de 2000 (FUNTTEL).
Medida Provisória 2.228-1, de 2001 (MP da Ancine).
Lei 11.437, de 2006 (Lei que altera a destinação da Condecine).
Lei 12.485, de 2011 (Lei do Serviço de Acesso Condicionado).
Lei 12.965, de 23 de abril de 2014 – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 (Normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências) e atualizações posteriores
Constituição da República Federativa do Brasil: TÍTULO VIII – DA ORDEM SOCIAL,
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÃO GERAL (art. 193), CAPÍTULO IV -
DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (arts. 218 e 219), CAPÍTULO V – DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
(arts. 220 a 224)

CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA: INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Estruturação do texto e dos parágrafos. 1.2 Características e função, considerando o tipo (descritivo, narrativo, dissertativo, injuntivo) e o gênero do texto. 1.3 Localização de informações explícitas; inferência de informações implícitas. 1.4 Sentido e significado de vocábulos e expressões no contexto. **2. Coerência e coesão** na articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. **3. Variação da língua.** 3.1 Seleção vocabular e organização frasal adequadas ao contexto de uso. 3.2 Registro formal escrito: correção, clareza, precisão, concisão. **4. Redação oficial.** **5. Estrutura e formação de palavras** – valor morfológico e

semântico dos elementos mórficos. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. **6. Ortografia oficial.** 6.1 Acentuação gráfica – segundo o atual acordo ortográfico. 6.2 Emprego de letras. 6.3 Emprego do hífen. **7. Uso e função das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito.** 7.1 Substantivo, adjetivo, artigo e numeral – a relação determinante/determinado. 7.2 Pronome: classificação, emprego, colocação e formas de tratamento. 7.3 Advérbio, preposição e conjunção: emprego e valor semântico. **8. Flexão verbal.** 8.1 Emprego e valor semântico de tempos, modos e vozes verbais. 8.2 Correlação entre tempos verbais. 8.3. Concordância verbal. **9. Flexão de número e gênero:** concordância nominal. **10. Regência nominal e verbal.** 10.1 Ocorrência de crase. **11. Relações sintáticas e semânticas entre termos, orações e segmentos de texto.** 11.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto – coordenação e subordinação. 11.2 Termos oracionais. 11.3 Figuras de sintaxe. 11.4 Colocação de termos na oração. **12. Equivalência e transformação de estruturas sintático-semânticas.** Reescrita de frases. **13. Emprego dos sinais de pontuação.** **14. Denotação e conotação.** 14.1 Uso e sentido das figuras de palavra e de pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. 2008. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf

OBS. A prova de língua portuguesa priorizará a consciência do uso da língua e, não, o conhecimento de termos técnicos ou a citação de regras gramaticais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: Conceito, Objeto e Elementos; Classificações das Constituições, Supremacia da Constituição. 2. Poder Constituinte Originário e Derivado. 3. Reforma e Revisão da Constituição; Mutações Constitucionais. 4. Interpretação do Texto Constitucional e Aplicação das Normas Constitucionais; Métodos de Interpretação da Constituição; Princípios da Interpretação Constitucional. 5. Direitos Fundamentais; Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 6. Ações Constitucionais 7. Organização do Estado: Características Básicas do Estado Federal; Soberania e Autonomia; União; Estados; Distrito Federal e Territórios. 8. Repartição de Competências na Constituição de 1988. 9. Intervenção Federal e Estadual. 10. Controle de Constitucionalidade: Evolução; Controle Preventivo e Repressivo; Controle Concentrado e Difuso; Controle Incidental e Concreto; Decisões no Controle de Constitucionalidade de Normas e seus Efeitos. 11. Poder Legislativo; Processo Legislativo. Iniciativa Comum. Iniciativa Reservada. Iniciativa Privativa de Órgãos do Poder Judiciário. Iniciativa Privativa do Ministério Público. Iniciativa Privativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Iniciativa Privativa do Presidente da República. Discussão. Votação. Sanção ou Veto. Promulgação e Publicação. Espécies Legislativas. 12. Poder Executivo. 13 Poder Judiciário. 14. Funções Essenciais à Justiça. 15. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 16. Princípios da Ordem Tributária. Imunidades. 17. Princípios da Ordem Econômica e Financeira. 18. Ordem Social: Da seguridade Social; Da Educação, Da Cultura e

Do Desporto; Da Ciência e Tecnologia; Da Comunicação Social; Do Meio Ambiente; Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, dos Índios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 8.ed. 2013: Saraiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Regime Jurídico Administrativo: Princípios Administrativos (Expressos e Reconhecidos) 2. Administração Pública: conceito; Sentido Objetivo e Sentido Subjetivo. 3. Administração Direta e Indireta: Organização Administrativa: Centralização e Descentralização; Desconcentração; Administração Direta: Conceito; Natureza da Função; Abrangência; Composição; Contratos de Gestão; Administração Indireta: Conceito, Natureza da Função; Abrangência; Composição; Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mistas. 4. Órgãos Públicos: Conceito; Criação e Extinção; Teorias de Caracterização do Órgão; Capacidade Processual; Classificação. 5. Ato Administrativo: Conceito; Elementos; Discricionariedade e Vinculação; Características; Mérito Administrativo; Formação e Efeitos; Classificação; Espécies: Quanto à Forma de Exteriorização e Quanto ao Conteúdo; Extinção; Invalidação (ou Anulação); Convalidação; Revogação. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos. 6. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos: Uso e Abuso de Poder; Poderes Administrativos: Poder Discricionário, Poder Regulamentar e Poder de Polícia; Deveres dos Administradores Públicos; Hierarquia e Disciplina. 7. Contratos Administrativos: Conceito, Disciplina normativa, Sujeitos, Características e Espécies; Cláusulas de Privilégios; Equação Econômico-Financeira; Formalização; Duração, Prorrogação, Renovação e Inexecução do contrato administrativo; Extinção do Contrato Administrativo; Sanções Administrativas. 8. Convênios Administrativos. 9. Consórcios Públicos. 10. Licitação: conceito, natureza jurídica e disciplina normativa; Princípios Básicos e Correlatos; Dispensa e Inexigibilidade. Tipos de Licitação. Modalidades de Licitação. Lei 8.666/93. Pregão. Lei 10.520/2002. 11. Agentes Públicos: Classificação; Agentes de Fato; Servidores Públicos: Classificação; Regimes Jurídicos Funcionais; Organização Funcional; Classificação dos Cargos; Criação, Transformação e Extinção dos Cargos; Cessão de Servidores; Regime Constitucional. 12. Serviços Públicos: Conceito, Características, Classificação, Titularidade e Remuneração. Princípios que regem o serviço público: Generalidade, Continuidade, Eficiência e Modicidade; Execução de Serviço Público: direta e indireta; Regimes de Parceria: Regime de Convênios Administrativos; Regime de Contratos de Gestão; Gestão por Colaboração. 13. Concessão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Modalidades; Exigência de Licitação; Direitos e Obrigações dos Usuários; Prazo da Concessão; Intervenção na Concessão. Extinção da Concessão; Reversão; Permissão de Serviços Públicos: Conceito; Objeto; Extinção da Permissão; Lei 8.987/95 e alterações. Diferença entre Concessão e Permissão; Autorização. 14. Bens Públicos: Conceito, Classificação e Regime Jurídico dos Bens Públicos; Afetação e Desafetação; Aquisição, Gestão e Alienação dos Bens Públicos; Espécies de Bens Públicos. 15. Responsabilidade Civil do Estado: Conceito; Evolução; Aplicação da Responsabilidade Objetiva; Improbidade Administrativa. Lei. 8.429/92 e alterações. 16. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. 17. Intervenção do Estado na Propriedade: fundamentos; Modalidades. Desapropriação. 18. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e classificação das formas de controle; Controle Interno e Externo; Controle Exercido pela Administração Sobre Seus Próprios Atos (Controle Administrativo); Controle Parlamentar (Controle Legislativo), Controle Jurisdicional (Controle Judiciário); Meios de Controle Jurisdicional; Controle de Mérito e de Legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL, *Lei Federal 8.666/93* e alterações.

BRASIL. *Lei Federal 10.520/2002* e alterações.

BRASIL. Lei Federal 8.987/95 e alterações.

BRASIL. Lei Federal 8.429/92 e alterações.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26 ed. Rio de Janeiro. 2013: Atlas.

DIREITO FINANCEIRO E CONTROLE EXTERNO E INTERNO

I- Direito Financeiro

Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extraorçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercícios Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório de Gestão Fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento Aplicado ao Setor Público. Editora Atlas. 2012.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. Editora Atlas. 14^a ed. 2007

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12^a ed. São Paulo: Atlas. 2012.

Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169 e art. 70 a 75).

BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*.

BRASIL. LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (e atualizações posteriores).

BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), e alterações.

Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.

Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 5^a edição 2013. www.tesouro.gov.br

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, 5^a EDIÇÃO. (Parte I, II e III) www.tesouro.gov.br

II- Controle Externo e Interno

1. Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), Declaração de Lima e Declaração do México. 2. Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 75 da Constituição Federal). 3. Controle da Administração Pública: conceito; abrangência. 4. Sistema de controle externo. 5. Controle externo no Brasil. 6. Regras constitucionais sobre controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 7. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. 8. Controle de constitucionalidade e os Tribunais de Contas. 9. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 10. Controle interno e os Tribunais de Contas. 11. Controle externo e interno na Constituição Federal. 12. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: Arts. 87 a 98; Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 13. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. 14. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro: NAG 1000 - Normas Gerais;

NAG 2000 - Relativas aos Tribunais de Contas; NAG 3000 - Relativas aos Profissionais de Auditoria Governamental; NAG 4000 - Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 101/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm

____. Lei Complementar Federal n.º 131/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm

____. Lei n.º 289, de 25 de novembro de 1981, alterada pela Lei Complementar n.º 82, de 05 de julho de 2007.

____. Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

____. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>.

____. Deliberação Nº 183/2011. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/Informa/RI2.pdf>

____. Deliberação Nº 198/2014. Código de ética (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

____. Deliberação Nº 199/2014. Normas de Auditoria Governamental (ATRICON) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Normas de Auditoria Governamental - NAGs:Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro. 2010. 88p. Disponível em: <http://www.irbcontas.org.br/noticia/normas-de-auditoria-governamental-nags/88>

GUERRA, Evandro Martins. Os Controles Externo e Interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2ed. 2005.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª edição., [s.l.]: Malheiros, 2010.

AGUIAR, Ubiratan; ALBUQUERQUE, Marcio; MEDEIROS, Paulo. A Administração Pública Sob a Perspectiva do Controle Externo. : Editora Fórum, 2011.

Dal Pozzo, Bresser Pereira; Tomaselli, Gabriela. As Funções do Tribunal de Contas e o Estado de Direito. Editora [Fórum. 2010.](#)

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Perspectivas teóricas da Administração Pública. 2. Fundamentos de Administração Pública. 3. Trajetória da Administração Pública. 4. Políticas Públicas. 5. Governança e Interações Multiatores em Redes Políticas. 6. Redes de Políticas. 7. Administração Pública brasileira. 8. Reformas administrativas. 9. Papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. 10. Uso de controles e indicadores de produtividade. 11. Gestão financeira e Orçamentária. 12. Gestão fiscal responsável. 13. Gestão da qualidade e foco nos processos, a natureza dos serviços e do negócio, as interações com os clientes, atributos da qualidade, indicadores de desempenho. 14. Gestão de Processos. 15. Empreendedorismo. 16. Governança corporativa. 17. Contabilidade Pública, serviço público, orçamento público, receita pública, despesa pública, licitações. 18. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão com pessoas. Rio de Janeiro: Campus, 1999

FILGUEIRAS, José A. Contabilidade Pública. Freitas Bastos Editora: Rio de Janeiro, 2007.

GIL, Antônio L. Gestão da qualidade empresarial. Atlas: S. Paulo, 1997.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública. Rio de Janeiro: Atlas 1996.

MORAES, Elias. Gerenciando a qualidade. Kelps: Goiânia 2002.

MOTTA, Paulo Roberto. A ciência e a arte de ser dirigente. Record: Rio de Janeiro, 1991.

NASCIMENTO, Ronaldo Edson. Gestão Pública. Saraiva: São Paulo, 2010.

PROCOPIUCK, Mário. Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública. Atlas: S. Paulo, 2013.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. Governança corporativa no Brasil e no mundo. Campus: S. Paulo, 2010.

SORDI, José Osvaldo de. Gestão de processos, Saraiva: São Paulo, 2012.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Princípios constitucionais de natureza ética: Moralidade, Impessoalidade, Probidade, Motivação e Publicidade. 2. Normas penais relativas ao Servidor Público; Dos crimes contra a Fazenda Pública; Dos Crimes contra as Finanças Públicas 3. Decreto Municipal 13.319 e respectivas alterações. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* e alterações.

BRASIL. Código Penal e Legislação Extravagante sobre os tipos penais relativos ao Servidor Público.

BRASIL. Decreto Municipal 13.319 de 20 de Outubro de 1994 e respectivas alterações.

BRASIL. Lei 8.429 de 02 de Junho de 1992 e respectivas alterações.

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais relacionados aos seguintes temas: 1. Política. 2. Economia. 3. Cidadania e Direitos Humanos. 4. Educação e Saúde. 5. Tecnologias da Informação e Comunicação. 6. Cultura, Esporte e Lazer. 7. Meio Ambiente. 8. Infraestrutura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O Mundo Globalizado*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ªed. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26>

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec. p. 121-159, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141998000300019&script=sci_arttext&tIng=pt>

GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3201>>

PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/jorge/v8n1_artigo_3.pdf>

PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007.

PRETTO, Nelson; PINTO, Claudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v.11. n.31. jan./abr. 2006, p.19-30.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2010.

RIO DE JANEIRO. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.camara.rj.gov.br/controlatividadeparlamentar.php?m1=legislacao&m2=leiorganica&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/organica.nsf/leiorg?OpenForm&Start=1&Count=30&Collapse=1>>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

1. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título I – Dos Princípios Fundamentais (arts.1º a 13); Título II – Da Organização Municipal, Capítulo II – Da Competência do Município (arts.30 a 37), Capítulo III – Das Vedações (art. 38); Título III – Da Organização dos Poderes, Capítulo I

– Do Governo Municipal (art. 39), Capítulo II – Do Poder Legislativo, Seção I – Da Câmara Municipal (arts.40 a 43), Seção II – Das Atribuições da Câmara Municipal (arts.44 e 45), Seção III – Dos Vereadores (arts.46 a 51), Seção IV – Do Funcionamento da Câmara Municipal, Seção V – Do Processo legislativo, Seção VI – Da Procuradoria Geral da Câmara Municipal (art.86), Seção VII – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts.87 a 98) 2. Constituição da República Federativa do Brasil: Título III – Da Organização do Estado, Capítulo IV – Dos Municípios (arts.29 a 31); Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo (art. 44 a 75) 3. Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivos do Município do Rio de Janeiro. 4. Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. 5. Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e alterações.*

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações.*

BRASIL. *Lei Municipal 94/79* (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e alterações).

BRASIL. *Lei Municipal 207/80* (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro) e alterações.

BRASIL. *Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.*

ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO

1. Microeconomia. 1.1 Teoria do Consumidor, demanda individual e demanda de mercado. Elasticidades-preço, efeitos renda e substituição. **1.2** Teoria da Firma: função de produção; produtividade média e marginal; lei dos rendimentos decrescentes e rendimentos de escala; custos de produção no curto e longo prazo; custos totais, médios, marginais, fixos e variáveis. **1.3** Estruturas de Mercado. Maximização de lucros e oferta competitiva. Monopólio. Oligopólio e escolhas estratégicas. Ponto de equilíbrio da firma no curto e no longo prazo. Falhas de mercado. Regulação e defesa da concorrência **1.4** Aplicações da análise microeconômica em políticas públicas: preço mínimo, impostos e subsídios. Incidência de um imposto e elasticidades-preço da oferta e da demanda. **1.5** Mercado de Trabalho: conceitos, definições, funcionamento e estatísticas básicas para o Brasil. **1.6** Economia industrial. Empresas, mercados indústrias, cadeias e complexos industriais. Economia de escala e escopo. Barreiras à entrada. Estratégias de inovação. Política industrial. Fontes de informação sobre a indústria brasileira. **1.7** Bens públicos. Externalidades. **1.8** Desigualdade econômica. **2. Macroeconomia. 2.1** Contabilidade social: Noções básicas e contas nacionais no Brasil. **2.2** Os mercados de bens e financeiros, IS/LM. Oferta e demanda agregada. Economia aberta, regimes cambiais, determinação da renda. Impactos das políticas fiscal e monetária sobre o produto e nível de preço. Comércio internacional. **3.** Tópicos de Economia Brasileira: Desenvolvimento brasileiro no pós-guerra: Plano de metas. PAEG. Milagre econômico. II PND. A crise da dívida externa na década de 1980. Planos heterodoxos. Abertura comercial e financeira, privatização e desindexação. Plano Real, estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos. Economia brasileira pós-estabilização. **4.** Definição e classificação das atividades econômicas do turismo. Estrutura das Atividades Características do Turismo. **5.** Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título VI – das Políticas Municipais, Capítulo I – Disposições Gerais (arts. 261 e 262), Seção I – Da Organização Espacial (arts. 263 a 266), Seção II – Da Função Social da Propriedade (arts. 267 a 269), Seção III – Do Processo de Planejamento (arts. 270 a 274), Capítulo III – Do Desenvolvimento Econômico, Seção I – Dos Princípios Gerais (arts. 282 a 285), Seção II – Da Indústria, do Comércio e dos Serviços (arts. 286 a 291), Seção III – Do Fomento ao Turismo (arts. 292 a 296), Seção IV – Da Agricultura, da Criação Animal e da Pesca, Subseção I – Disposição Geral (art. 297), Subseção II – Da Política para o Setor Agrícola (arts. 298 a 303), Subseção III – Da Política para a Criação Animal (arts. 304 a 307), Subseção IV – Da Política para o Setor Pesqueiro (arts. 308 a 311).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENEVIDES, D e VASCONCELLOS, M..A.(orgs). *Manual de economia*. 4ª edição, São Paulo. Ed Saraiva, 2003.

BLANCHARD,O. *Macroeconomia*. 5ª edição. São Paulo. Ed. Pearson. 2011.

GIAMBIAGI, F., VILLELLA, André, CASTRO, L e HERMANN, J.(orgs). *Economia brasileira contemporânea, 10ª reimpressão, Rio de Janeiro*. Ed. Elsevier. 2005.

GREMAUD, A.; VASCONCELLOS, M. A. e TONETO, R. *Economia brasileira contemporânea*. 7ª edição. São Paulo. Ed. Atlas. 2007.

IBGE. *Economia do turismo - Uma perspectiva macroeconômica 2003-2009. Estudos e Pesquisas Informação Econômica número 18*. Rio de Janeiro, 2012

Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_tur_20032007/publ_com_p_ecotur.pdf.

KUPFER, D. e HASENCLEVER, L. (orgs). *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro. Ed. Campus. 2002.

PARKIN, M. *Economia*, 8ª edição. São Paulo. Ed. Pearson. 2009.

PINDYCK, R. e RUBINFELD, D. *Microeconomia*. 7ª edição. São Paulo. Ed. Pearson, 2010.

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro*. Texto atualizado até a Emenda n.º 20/2009. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>

VARIAN, H. *Microeconomia – Princípios básicos*. Tradução da 5ª edição americana. Rio de Janeiro. Ed. Campus. 2000.